

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

VERA CELINA CANDIDO DE FARIAS

**POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO/REINSERÇÃO PRODUTIVA DOS
MORADORES DE RUA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre
2007

VERA CELINA CANDIDO DE FARIAS

**POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO/REINSERÇÃO PRODUTIVA DOS
MORADORES DE RUA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação – Mestrado em Assistência
Social – da Faculdade de Serviço Social, da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientador (a): Prof^a. Dr. Jane Cruz Prates

Porto Alegre
2007

VERA CELINA CANDIDO DE FARIAS

**POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO/REINSERÇÃO PRODUTIVA DOS
MORADORES DE RUA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre, ao Programa de
Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social
– da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador (a): Prof^a. Dr. Jane Cruz Prates

Aprovada em _____, de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof^a. Dr. Jane Prates

Prof. Dr. Paulo Antonio Oliveira - UFRGS

Prof^a Dr. Berenice Rojas Couto - PUCRS

Dedico este trabalho ao meu pai, Paulo Candido de Farias (in memoriam), que apesar de sua pouca instrução formal soube repassar o maior dos ensinamentos: o amor e o respeito incondicional ao outro ser humano. Pai querido, às vezes os pensamentos viajam a um tempo qualquer, lá no passado, e me descubro novamente criança e como tal refugio-me, ao sinal de iminente perigo, em teus braços sempre seguros e acolhedores.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, pois creio ser ele o provedor de toda a energia que viabiliza nossa “passagem” por este plano;

Aos *moradores de rua* pelos renovados estímulos e esperanças em um amanhã mais pleno em justiça e igualdade social;

As colegas assistentes sociais *Almerinda, Maria Geralcina, Maribela, Tatiane, Greice, Livia, Micheli, Marli, Bernadete, Lourenço, Débora, Lucí* e as psicólogas *Maristela, Virginia, Emanuelle, Crhistiane, Bibiana, Daniela e Flávia*, funcionárias do Grupo Hospitalar Conceição, pelo incentivo e apoio dado no transcorrer desse processo;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial a *Claúdia, Nilene, Elisângela, Paulo, Thiago, Fabiana Nascimento, Cláucia, Simones, Cleverton, Rosangela e Rosemara* (querida amiga), pelo companheirismo, trocas maravilhosas, e festivas “cervejadas” nesses dois inesquecíveis anos como mestrandos;

Aos colegas de *NEDEPS* pelas parcerias e construções coletivas, que possibilitaram construir através da pesquisa respostas a muitas de nossas indagações;

À professora *Dr. Leônia Capaverde Bulla*, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais, pelo compartilhamento de experiências, projetos e desafios;

Aos professores do curso de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em especial a fantástica *Prof. Dra. Berenice Rojas Couto*, pelas aulas maravilhosas, orientações e debates calorosos;

À banca examinadora composta pelos *Professores Doutores Paulo Antonio Oliveira e Berenice Rojas Couto* pelas suas importantes contribuições;

À querida professora e orientadora deste trabalho, *Prof. Dra. Jane Cruz Prates*, por saber traduzir com tamanha simplicidade “bagagens” de experiências e conhecimentos e possibilitar alimentar-nos de sua paixão e crença na capacidade de superação dos sujeitos sociais;

Aos funcionários da Faculdade de Serviço Social, em especial à *Juliana e Antônio*;

Aos meus filhos *Marcella*, *Vinicius* e *Luísa*, e ao sobrinho e filho de coração *Guilherme*, presenças maravilhosas em minha vida;

Ao meu amado *Luis*, companheiro e amigo de todas as horas, pela dedicação e amor dedicados a mim, a nossa filhinha e aos “filhos emprestados” que assumiu de coração;

A querida vovó *Nena*, por sua presença marcante em nossas vidas e pela dedicação constante a netinha *Luísa*, o que favoreceu para que os momentos de ausência em razão do mestrado fossem supridos por ela com muito amor e carinho;

Aos meus pais *Vera* e *Paulo* que não estão mais neste plano, contudo, são presenças constantes em meu coração, por todo o amor e ensinamentos de uma vida inteira; aos meus *irmãos* e *irmãs*, *sobrinhos* e *sobrinhas* queridos companheiros de jornada;

A todos que, de alguma forma, contribuíram com a minha formação e produção, especialmente, gostaria de agradecer.

Na minha Galícia rural, (...) há um querido monumento ao povo humilde, levantado em honra das “aguadoras”, aquelas esforçadas mulheres que atravessavam os montes e as valadas com latas d’água na cabeça, para matar a sede dos povoados mais remotos. Oxalá chegue o dia, remoto também, em que a consciência moral das pessoas acerte em levantar monumentos aos vendedores de lencinhos nos semáforos, aos alados e esforçados mensageiros adolescentes, aos distribuidores de propagandas, aos catadores de papelão e papel usado...a todas essas pessoas,(...), que com suas economias informais, como correntes de águas subterrâneas, fazem reverdecer as hortas mais humildes, evitando que a voracidade de alguns as paste todas.

REGUERA

RESUMO

Nossa discussão problematiza as possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, mais especificamente a um segmento populacional, os moradores de rua, que dispõem de um número reduzido de recursos para ingressar e manter-se em atividades produtivas; atividades estas que viabilizem formas de buscar a subsistência e a reprodução de sua vida material e subjetiva. A população de rua, sujeito do presente estudo, sofre sobremaneira o revés deste modo de produção, e ainda vivencia, em seu cotidiano, processos de rupturas com a família, o mundo do trabalho e a sociedade, experienciando, dessa forma, processos de fragilização e “desfiliação social”. Contudo, entendemos que tal população necessita muito mais do que políticas públicas focalizadas e paliativas, mas o reconhecimento de sua cidadania, de seus direitos constitucionais e merecem ter restituída a dívida histórica de exclusão e espoliação que se revelam elementos intrínsecos ao modo de produção capitalista. Propomos, também, uma reflexão sobre o avanço do capitalismo e suas forma de acumulação e reprodução nas economias dos países centrais e periféricos, sabendo que esses estados nacionais, ao assumirem as políticas neoliberais, impulsionaram ainda mais a acumulação e a reprodução capitalista e, conseqüentemente, a desigualdade que dela se origina. Tratamos, ainda, das conseqüências dos distintos modelos de *Welfare State*, no pós-guerra, nos países desenvolvidos e, de modo precário, nos países em desenvolvimento, sem o intuito de detalhá-las, mas sim problematizar seus impactos nas políticas de proteção social; bem como suas conseqüências na vida da população usuária, que delas necessita, e que ao seu acesso tem direito. Pretendemos, enfim, contribuir para dar visibilidade aos processos de exclusão a que estão sujeitos os moradores de rua, na expectativa de que alternativas sejam coletivamente pensadas para viabilizar iniciativas que garantam os seus direitos de inclusão.

Palavras-chave: Inserção/reinserção produtiva. Morador de rua.

ABSTRACT

Our discussion problematizes the possibilities of access to the world of work, more specifically to a populational segment, the homeless, who dispose of a reduced number of resources to start and stay in productive activities, activities such that produce viable ways of looking for subsistence and the reproduction of their material and subjective life. The population that lives on the streets, subject of our study, suffers strongly the set back of this way of production at the same time as they go through rupture processes in their daily lives with their families, the working world and the society, experiencing, therefore, weakening and “social defiliating” processes. However, we understand that this population needs more than focused and palliative political policies, but the recognition of their citizenship, their constitutional rights and deserve that this society restitutes them the historical debt of exclusion and spoliation that turned out to be intrinsic elements to the capitalist way of production. We propose, yet, a reflection on the advance of capitalism and its ways of accumulation and reproduction in the economies of central and peripheric countries. Being aware that these national states, when accepting the neoliberal politics, impulsed even further the capitalist accumulation and reproduction and, consequently, the unevenness that it originates. We will also address the consequences of the distincted models of Welfare State in the post-war in the developed countries and, in precarious ways, in the developing countries, without the purpose of detailing them, but of problematizing their impacts on the social protection policies, as well as their consequences in the lives of the user population, that needs it and has the right to access it. We intend to contribute by giving some visibility to the exclusion processes to which the homeless are subject in the expectation that alternatives be collectively thought to make viable initiatives that grant their rights of inclusion.

Keywords: Productive insertion/reinsertion. Homeless.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento no Brasil – 1960/1990	38
Tabela 2 – Taxas de desemprego no Brasil	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO NEOLIBERAL: O ESTADO REDUZIDO COMO ESTRATÉGIA PARA A EXPANSÃO CAPITALISTA	15
2.1. A PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO DE BEM-ESTAR LIBERAL.....	17
2.2. CIDADÃO DE DIREITO: O ESTADO NEOLIBERAL O RECONHECE?.....	20
2.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA QUE COMPLEMENTA A PROTEÇÃO SOCIAL	23
3 TRABALHO: ELEMENTO FUNDANTE NA CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL	29
3.1 O TRABALHO COMO ELEMENTO ONTOLÓGICO	29
3.2 O TRABALHO NA SOCIEDADE SALARIAL: BREVE RETROSPECTIVA DAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	33
3.3 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	35
3.4 AS CONTRADIÇÕES DO CONTEXTO BRASILEIRO.....	37
4 O SUJEITO DE DIREITO: O MORADOR DE RUA	42
4.1 CONTEXTUALIZANDO A POPULAÇÃO DE RUA.....	45
4.2 O MORADOR DE RUA – HISTÓRIAS QUE SE REPETEM	47
5 O CICLO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL	58
5.1 O MÉTODO E A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	63
5.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA.....	64
5.3 A ESCOLHA DOS INSTRUMENTOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	66
5.4 ORIENTANDO A INTERVENÇÃO: AS CATEGORIAS DO MÉTODO MARXIANO.....	67
5.4.1 Aprofundando as Categorias do Método	71
6 ETAPAS DO ESTUDO	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	108
ANEXO A – Reportagem 1	112
ANEXO B – Reportagem 2	114
ANEXO C – Reportagem 3	116
ANEXO D – Reportagem 4	118
ANEXO E – Reportagem 5	120
ANEXO F – Reportagem 6	122
ANEXO G – Reportagem 7	124

APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa Dirigido aos Técnicos Sociais e Gestores da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC	126
APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa Dirigido aos Usuários dos Equipamentos Públicos Municipais	129
APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa - Roteiro de Análise Documental do Projeto RAP - Reinserção à Atividade Produtiva	134
APÊNDICE D – Termo de Esclarecimento.....	136
APÊNDICE E – Termo de Consentimento	138

1 INTRODUÇÃO

Cachorro, gato, galinha, bicho de pé
 E a população real
 Convive em harmonia normal
 Faz parte do dia-a-dia
 Banheiro, cama, cozinha no chão
 Esperança, fé em Deus, ilusão
 Trummer/Man/Chopinho

Introduzimos este trabalho partindo da letra de uma música que tem muitos significados, entre os quais a saudade, pois a melodia na voz de Cássia Eller, através da arte fala de um mundo concreto, de vidas reais, dolorosas vidas, mas encharcadas de realidade, de desejos, de possibilidades de transformação. Mesmo porque este estudo tem a pretensão de problematizar as possibilidades efetivas de uma “população real”, que vive nas ruas de Porto Alegre, e o acesso que tem a condições de vida material, necessárias ao alcance de suas expectativas e sua sobrevivência com dignidade. Através das políticas públicas sociais, esperamos que esses sujeitos possam ter possibilidades de ampliar suas alternativas facultando, assim, a ampliação das formas de inserção/reinserção à atividade produtiva.

Portanto, neste estudo discutimos as características do morador de rua de Porto Alegre e suas possibilidades de inserção ou reinserção produtiva, no chamado mundo do trabalho. A proposta é a de desvendar os processos que permitiram a essa população não acessar e/ou acessar precariamente ao trabalho, tido como forma de manutenção de sua vida material, social e subjetiva.

Agravados pelo recrudescimento da questão social, o desemprego ou subemprego tem sido lugar comum na vida desses homens e mulheres, a quem Castel (2000) classifica de “sobrantes”, que trazem trajetórias marcadas por perdas consecutivas de vínculos com a família, o trabalho e a sociedade, conforme apontam vários estudos realizados sobre esse segmento populacional.

Estando à margem das conquistas e proteções sociais, esses sujeitos se fragilizam dia-a-dia, experienciando perdas consecutivas, como se um processo devastador os assolasse,

introjando sentimentos de apartados da vida em sociedade; fazendo-os crer que não foram merecedores das “benesses” da sociedade capitalista. Por essas características, a população de rua torna-se mais vulnerável aos efeitos da apartação da vida em sociedade.

Entendemos que, por sua condição de vulnerabilidade, a população de rua necessita mais do que políticas voltadas a sua inserção social, necessita de fato, de condições viáveis a sua inserção/reinserção produtiva, pois “estão vivendo a experiência de um processo de desqualificação social que os expulsa do mundo do trabalho para a esfera da inatividade e da dependência...” (PAUGAM, 1999, p.42).

Em Porto Alegre, pesquisas realizadas em albergues com moradores de rua, quanto ao perfil da população de rua adulta, refere ser ela predominantemente masculina (78%), negros ou pardos (57%); “com idades que variam predominantemente adultas” (MENDES e SILVEIRA, 2004). Com vínculos familiares precários, saúde debilitada, frágeis possibilidades de acesso a emprego, estigmatizado por sua situação de rua, esta população caracteriza-se por perdas consecutivas de condições de acesso e possibilidades mínimas de sobrevivência.

O nosso interesse pela temática surgiu a partir da experiência no espaço de formação (estágio curricular de Graduação em Serviço Social), realizado no *Abrivivência*, equipamento municipal que atende a população de rua em Porto Alegre e a experiência como (Gerente do Módulo Centro da FASC – que presta atendimento à população de rua adulta da cidade).

Para o Serviço Social é relevante apontar o tratamento dispensado a esta população, na sociedade capitalista, com estudos que auxiliem a desvendar processos relativos às múltiplas perdas de recursos materiais, redes sócio-familiares e proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho formal, com vistas a contribuir para o enfrentamento destas situações e possibilitar condições de reconstrução de suas vidas.

Portanto, eis aqui um convite para participar conosco do produto dessa caminhada, de problematizações, angústias, dúvidas e acima de tudo certezas quanto às potencialidades destes homens, mulheres e jovens, construtores de história, que almejam, nesta sociedade, obter as condições reais de produzir seus meios de vida, tais como: comer, beber, ter um teto, trabalho; enfim, ter direito a uma vida com um mínimo de garantias às suas necessidades e recebam a atenção necessária, a fim de que possam ter produção e reprodução em sua vida material e subjetiva.

No primeiro capítulo realizamos algumas análises sobre o avanço do capitalismo e suas formas de acumulação e reprodução nas economias dos países centrais e periféricos. Nossas análises propõem uma reflexão sobre as conseqüências da instalação dos distintos modelos de *Welfare State* no pós-guerra, nos países desenvolvidos e nos em desenvolvimento.

No segundo capítulo, discutimos a relação do homem com o trabalho na sociedade capitalista, pois entendemos que essa análise é imprescindível para compreender a gênese do momento atual. Assim nossa proposta é reconstituir as formas como o capitalismo desenvolveu sua relação na história com o trabalho e com a classe-que dele vive.

Na seqüência, ao ingressarmos no terceiro capítulo, são abordadas as características do morador de rua de Porto Alegre, em seus distintos processos sociais, sua condição de vida, suas possibilidades de acessos aos recursos públicos, seus sonhos, enfim existências concretas de pertencimento e sobrevivência numa sociedade que não o reconhece e que pior, o torna invisível, negando sua existência. Discutimos, ainda, neste capítulo, as formas de manutenção material/social e subjetiva da população de rua e o seu (não) acesso ao mundo do trabalho. No final do capítulo problematizamos, do Projeto de Reinserção à Atividade Produtiva – RAP, uma experiência de inserção produzida a partir do trabalho integrado entre áreas diversas, direcionado à população de rua, realizada pela Administração Popular, no Município de Porto Alegre.

No quarto capítulo detalhamos o “movimento” ocorrido na construção deste estudo, tendo presente que cada passo dado concretizava o método assumido, pois o Método Dialético ou Marxiano, por excelência, possibilita-nos uma aproximação efetiva da concretização dos processos históricos e da apreensão da materialidade das questões objetivas, vivenciadas pelo sujeito social.

Por fim, nas considerações finais, destacamos algumas sugestões, apontadas pelos moradores de rua, através da coleta de suas impressões sobre o tema desta investigação, tais como: a inexistência de políticas, no município, voltadas à inserção produtiva desses moradores, à fragilidade, à não-existência de uma rede articulada na atenção a esse público, de forma que estando nas ruas, possa efetivamente valer-se das políticas de proteção social, dar um passo adiante para sair desta condição.

Ressaltamos, ainda, a necessidade desta população, mais do que de ações paliativas e emergenciais, que por décadas demonstram sua ineficácia, de fato possa ser contemplada com políticas capazes de responder, de forma não discriminatória, às necessidades de homens e mulheres, com ações articuladas entre o Estado e a sociedade civil.

Dessa forma, consideramos tais políticas e ações articuladas urgentes, pois propiciam a garantia dos direitos constitucionais do cidadão e que a conduta, hoje adotada pela sociedade, seja revertida, não responsabilizando o sujeito social pelo descalabro que afeta indistintamente a todos, provocando maiores danos naqueles que têm menos ou nenhuma possibilidade de alcançar os meios para sua proteção, neste estudo, a população de rua.

2 POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO NEOLIBERAL: O ESTADO REDUZIDO COMO ESTRATÉGIA PARA A EXPANSÃO CAPITALISTA

Dizemos não ao elogio do dinheiro e da morte (...) a um sistema que põe preços nas coisas e nas pessoas, onde quem mais tem é quem mais vale; (...) nós dizemos não a um sistema que nega comida e nega amor, que condena muitos à fome de comida e muitos mais à fome de abraços. (...) Dizendo não à paz sem dignidade, nós estamos dizendo sim ao sagrado direito de rebelião contra a injustiça e contra sua longa história. (...) Dizendo não à liberdade do dinheiro, nós estamos dizendo sim à liberdade das pessoas.¹

Essa sociedade que põe preços nas coisas e nas pessoas, como denuncia Galeano, é a que desejamos problematizar, antes de tudo, desnudando suas mazelas e contradições, para dar visibilidade a seus propósitos e, assim, buscar estratégias que promovam a emancipação do ser humano de todas as formas de escravidão e alienação, as quais têm lugar na relação do homem com o trabalho explorado. Esse processo impede a realização plena, a manutenção e a reprodução da vida dessas pessoas. Acreditamos que, assim, contribuimos para a resistência ao avanço indiscriminado da injustiça social, característico dessa longa trajetória construída pelo modelo de produção capitalista.

Dentre as desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista destacamos a desigualdade de renda. Entre a população ocupada, os 40% mais pobres representam os enormes contingentes de aproximadamente 26 milhões, vivendo com um rendimento mensal de 0,83 salário mínimo, ou seja, menos do que 300 reais mensais. Enquanto isso, os 10% mais ricos, cerca de 6 milhões e 500 mil pessoas, possuem um rendimento mensal de 15,25 salários mínimos, ou seja, com renda 15 vezes maior do que a dos mais pobres (SOARES, 2002); tendo em vista a concentração de renda, os 50% mais pobres possuíam 14% do total dos rendimentos, enquanto os 1% mais ricos do Brasil concentravam 13,3% do total dos rendimentos, ou seja, quase a mesma porcentagem que os 50% mais pobres.

¹ Discurso de Eduardo Galeano, na abertura do Encontro Internacional de Arte Ciência e Cultura “Chile Cria”, julho de 1998, em plena ditadura de Pinochet.

Analisando os indicadores Sociais de 2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Soares destaca que “os antigos problemas sociais não só não foram resolvidos como recrudesceram” (2004, p.1).

O Brasil é hoje um dos países mais desiguais do mundo, onde se localizam os mais elevados índices de concentração de renda. De forma contraditória às dimensões continentais, com imenso potencial produtivo, com uma das maiores diversidades e riquezas em termos de recursos naturais do mundo. Contudo, a história brasileira mostra que o potencial produtivo, o crescimento econômico não repercutiu na distribuição de renda e no desenvolvimento social de sua população pobre. Salama a esse respeito ressalta que

(...) é um dado evidente que a pobreza tem crescido enormemente nos países do Terceiro Mundo, mas não somente neles. Os efeitos das políticas neoliberais, no entanto, não param por aí. Ainda mais grave é o fato de as desigualdades terem se intensificado entre os próprios pobres. Estamos diante de um processo novo: a pauperização da pobreza, de setores que são, hoje, muito mais pobres do que antes. As políticas liberais, tal como vêm sendo aplicadas, conduziram certas sociedades a uma rápida e profunda dinâmica de desagregação (1995, p.143).

O Brasil, como integrante dos países da ala periférica da mesma forma que seus vizinhos de América Latina, também adotou o neoliberalismo como teoria econômica e política que impulsionou a acumulação e reprodução capitalista nestas sociedades.

A sociedade capitalista convive desde os seus primórdios com maior ou menor grau de exclusão social. Em função disso, o tema da desigualdade na economia de mercado não representa uma novidade. Tem sido constante objeto de estudos e pesquisas, bem como fonte de profundos debates acadêmicos e políticos (POCHMANN, 1999, p.11).

Propomos uma reflexão sobre as conseqüências do Estado de bem-estar, no modelo capitalista de produção, nos países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Conforme Laurell “a principal característica das suas políticas sociais é que estão articuladas de tal forma que acarretam a menor desmercantilização possível tanto dos bens sociais quanto da satisfação que deles se obtém”. (2002, p.155). A nossa intenção aqui será problematizar o impacto que este modelo de Estado provocaram nas políticas de proteção social e as conseqüências na vida da população beneficiária dessas políticas.

2.1. A PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO DE BEM-ESTAR LIBERAL

A fome tem que ter raiva pra interromper
 A raiva dá pra parar pra interromper
 A fome não dá pra interromper
 A raiva e a fome é coisa dos homens.
 Bosco e Blanc (1997)

O mundo capitalista experienciou, na década de 70 do século XX, com duas crises que, da mesma forma que, na década de 30 do mesmo século, implicaram um rearranjo do capital e de suas formas de acumulação e exploração, infligindo também uma reorganização nos padrões de acumulação do capital. O seu reordenamento na lógica mundial e a tendência da economia internacional de reduzir a intervenção do Estado na regulação do mercado, em tese afirmavam que o estado deveria limitar-se a garantir os meios de reprodução e acumulação do capital.

Conforme Couto (2004) a orientação neoliberal e as lições propostas na “cartilha” do Consenso de Washington, não deixavam dúvidas quanto à receita a ser aplicada nos países de economia periférica. Essas orientações apontavam medidas de geração de poupança, combate à inflação com estabilidade monetária a qualquer preço e, é claro, a orientação que não poderia faltar, o pagamento da dívida externa, com o foco nos países endividados do terceiro mundo. Vieira (2004) esclarece os pressupostos da lógica neoliberal.

O pensamento liberal é produção ideológica que reflete os interesses e as pretensões da sociedade burguesa aparecida com a revolução industrial na Inglaterra, sobretudo a partir de meados do século XVIII. Expressão do industrialismo, o pensamento liberal consagra as liberdades individuais, a liberdade de empresa, a liberdade de contrato, sob a égide do racionalismo, do individualismo e do não-intervencionismo estatal na esfera econômica e social. (Vieira, 2004, p.186).

Convivendo desde o pós-guerra com a ampliação das políticas de proteção social e visando à reconstrução política, econômica e social dos países envolvidos nos conflitos mundiais, de 1914 e 1939, o capital procurava ainda a manutenção e a reprodução da classe operária, garantindo assim condições para a reconstrução dos estados nacionais e a reorganização dos capitais. Isso demandaria necessariamente a exploração da força de trabalho, “mercadoria” essencial para a reprodução e acumulação do capital; contudo, esta deveria ter condições de manter-se e reproduzir-se. “(...) uma vez que o fundamento do

projeto *Welfare State* se ancora no estado nacional, com atores fortes para o restabelecimento do pacto necessário do projeto” (COUTO, 2004, p.68).

Dessa forma, o estado está fadado a “existir” no limite do essencial, dando conta de responder e/ou atender ao que não é rentável ao capital e ainda manter-se numa estrutura mínima que atenda aos interesses do mercado quanto ao financiamento, reprodução e acumulação do capital. “(...) criando um movimento mini-max, onde os investimentos seriam mínimos para o trabalho e máximos para o capital” (COUTO, 2004, p.70).

Conforme a mesma autora:

A crítica do aparato teórico neoliberal ao estado social é centrada naquilo que é identificado como excessos de poder do estado, tanto em relação ao mercado como à sociedade. É mostrada sua ineficiência e anunciadas sua falência e saturação face aos escassos recursos para cobrir demandas cada vez mais crescentes, agravadas pela crise. Assim, a crise econômica, as altas taxas de inflação, o desequilíbrio fiscal, o crescimento da burocracia e o poder das corporações, em especial o dos sindicatos, são apontados como produtos do estado de bem estar (COUTO, 2004, p.69).

O estado de bem-estar social, como podemos observar, presta um desserviço ao mercado marcadamente liberal, pois o “protecionismo” do estado Keynesiano faz engendrar um estado “pesado”, não-competitivo, limitador da livre concorrência, produzindo categorias antes não existentes, como por exemplo, o cidadão não-trabalhador. Pois cidadão, para o ideário liberal, é apenas o indivíduo que contribui e possui rendas, ou seja, aquele que é provedor de sua subsistência.

É possível entender, portanto, a crítica da teoria neoliberal ao estado de bem-estar, pois este

(...) ao transgredir o princípio da liberdade individual, teria criado condições objetivas de desestímulo aos homens para o trabalho produtivo, uma vez que acabavam escolhendo viver sob as benesses do aparelho estatal do que trabalhar (Couto, 2004, p.69).

Quando atentamos para o discurso liberal é possível entender sua lógica, pois é fato, para os liberais, que a força de trabalho é mercadoria e como tal deve ser tratada e/ou descartada. A lógica do capital e de seus donos é a da exploração e da acumulação do excedente para sua reprodução.

Então, é improvável ao capital qualquer demonstração de complacência com quem vende a sua força de trabalho, pois o trabalhador é reduzido a mais um “objeto”, uma

“mercadoria” como qualquer outra, que pode ser adquirida no mercado por preços cada vez menores e, do mesmo modo, pode ser descartada.

É fato que para o êxito do projeto neoliberal, o trabalhador tende a ser cada vez mais “mercadoria” de pouco valor, visto o excedente da força de trabalho no mercado; é fato, ainda, que o estado deva reduzir o montante de recursos gastos na manutenção e reprodução desta “mercadoria”, pois não há risco algum da falta deste “estoque”.

Dessa forma, são reveladores seus propósitos:

(...) torna-se primordial destruir as instituições de bem estar social, por constituírem uma das bases da ação coletiva e solidária que diminuem a força desagregadora da competição entre os indivíduos no mercado de trabalho. A essa necessidade política acrescenta-se o objetivo econômico de destruir as instituições públicas, para estender os investimentos privados a todas as atividades econômicas rentáveis. (LAURELL, 2002, p.164).

É possível, nessa lógica, entendermos o discurso neoliberal: da redução do estado, da liberdade dos mercados, do culto ao individualismo, da redução/isenção dos tributos ao grande capital, das políticas públicas privatistas, da desqualificação da força de trabalho, da ojeriza dos neoliberais às corporações sindicais, bem como aos movimentos organizados da classe trabalhadora.

Laurell (2002) questiona a relação público-privado, indagando se significa uma simples redução da atividade do estado no âmbito do bem-estar social ou uma redefinição do seu papel. Discorrendo sobre a lógica neoliberal na discussão do público e do privado, é possível tecermos algumas considerações.

Conforme Laurell (2002) o avanço da produção e da organização social capitalista trazem consigo diversas expressões da questão social de grande porte, como o empobrecimento da classe que vive do trabalho e o povoamento dos grandes centros. Isso provoca a redução ou ausência das proteções sociais que, durante um longo período, era vinculada ao trabalho formal, ampliando, por consequência, a insegurança social e a pobreza.

2.2. CIDADÃO DE DIREITO: O ESTADO NEOLIBERAL O RECONHECE?

Como é que pretos, pobres e mulatos/ E quase brancos, quase pretos de tão pobres
São tratados... E ao ouvir o silêncio sorridente de São Paulo/Diante da chacina/111
Presos indefesos/ mas presos são quase todos pretos/ ou quase pretos de tão pobres/e
Pobres são como podres...
Haiti, Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1995.

Reconhecemos que a contradição é parte constitutiva da realidade social, logo, o capitalismo ao instalar-se e determinar as regras do jogo, possibilita o movimento inverso da exploração – a resistência, que determina, aos atores sociais, condições de buscar sua manutenção e reprodução, ancorados nas políticas públicas de recorte social: saúde, educação, habitação, etc.

Contudo, a resistência da classe trabalhadora é incorporada ao discurso capitalista, à medida que este reconhece a necessidade da política social no atendimento aos que não acessam ao mercado de bens e consumo, pois justifica a manutenção do estado e a necessidade de taxar serviços/recursos públicos aos que conseguem arcar com seus custos. E esta é, conforme Laurell (2002), uma outra forma de incrementar a demanda privada, proposta pelos técnicos do Banco Mundial, de modo a transformar a cobrança dos serviços públicos, convertendo-os em mais uma mercadoria. Salama (1999) defende que é possível buscar saídas para o neoliberalismo diferentes das defendidas pelos neoliberais:

Em primeiro lugar, uma questão ética: é inaceitável viver em uma sociedade que se fratura cada vez mais: é inaceitável viver nessas condições de desigualdade na distribuição de renda (desigualdade que se amplia cada vez mais); é extremamente inaceitável viver em um país onde são tão profundas as diferenças sociais entre pobres e ricos e, sobretudo, onde essas desigualdades são tão acentuadas entre os pobres. Mesmo quando todas estas são razões éticas e a ética é fundamental para fazer política (mesmo que nem sempre pareça), nossa alternativa não pode fundar-se só nesta razão (1999 p.53).

O estado neoliberal tende a naturalizar as desigualdades, que servem como fonte propulsora para a competitividade. Conforme Soares (2000) esta é a estratégia do estado neoliberal: tirar de sua responsabilidade o conflito inaugurado pela disputa desigual, forçando os “atores” sociais ao individualismo, pois a lógica do mercado neoliberal sentencia que não há lugar para todos nesta disputa.

Dessa forma, é possível comprovar a fragmentação e a perda de identidade de parcela crescente da classe trabalhadora. A autora analisa as políticas sociais a partir do recorte neoliberal, destacando que “muda, portanto, a orientação da política social: nem consumos coletivos, nem direitos sociais, senão que assistência focalizada para aqueles com ‘menor capacidade de pressão’ ou os mais ‘humildes’ ou, ainda, os mais ‘pobres’” (SOARES, 2000, p.73).

Constatamos, pois, segundo Soares (2000), a perda de direitos, tais como: a saúde, a educação, o trabalho, o salário, a alimentação, estes fundamentais aos sujeitos coletivos, pois, transformam-se em mercadorias reguladas pelo mercado e, dessa forma, “o não-acesso a eles deixa de ser um problema do estado, tornando-se um problema a ser resolvido no âmbito do privado” (SOARES, 2000, p.73).

Tratando-se da sociedade brasileira, esta traz em sua trajetória histórica uma frágil cultura política de participação e de cidadania, onde os direitos e a noção de cidadania estão permeados pela lógica da benesse, da troca de favores e assim constata-se uma dificuldade de democratização do espaço público. Vivemos em uma sociedade com forte cunho conservador e moralizador, que ainda convive com práticas de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, o que talvez não surpreenda tantos quanto esperávamos: a naturalização e banalização das desigualdades.

Os direitos sociais têm em sua trajetória no estado brasileiro, a marca do favorecimento às elites; este traço atravessa períodos históricos da monarquia às repúblicas. Ao formalizar-se nas cartas magnas, o privilégio de famílias abastadas, a manutenção do poder dos coronéis e o punho de ferro do regime militar referendaram em vários momentos a trajetória dos direitos sociais no Brasil,

(...) isto quer dizer, em outras palavras, que aqui se firmou o princípio do privilégio e não o princípio da igualdade, ou mesmo da liberdade. Basta passar os olhos nas constituições e nas legislações para concluir que aqui se firmaram o latifúndio sem investimento, a utilização irracional e injusta da riqueza, a regalia dos militares, o assistencialismo, a caridade dos poderosos e particularmente o favor, uma das chaves da corrupção. (Vieira, 2004, p. 77).

Constatamos, pois, que no Brasil, de modo similar aos países de economia periférica, a mercantilização dos serviços sociais, o que era direito social, agora perde esse *status* e as garantias das condições mínimas de sobrevivência transformam-se, então, em mercadorias, “em serviços vendidos no mercado”. (VIEIRA, 2004, p.107).

Conforme Vieira a miséria humana, para o ideário neoliberal, não constitui violação de direitos, o que estarrece os que não compartilham deste pensar, pois a miséria é tida como falta de “aptidão pessoal” ou “exclusão” do mercado. E os pobres encontram-se nessas condições, por faltas suas, por “incapacidades” próprias; dessa forma suas necessidades se colocam “fora do mercado, não sendo mediadas por direitos”. (VIEIRA, 2004, p. 112)

Entre os pobres, as pessoas nascem, porém inexistem socialmente, não por causa da exclusão e sim porque se originam do lado de cá da apropriação dos bens sociais. Por isso, em vez de a política social dos “sem-nome”, a política social deve ser a dos “com-nome”, pois riqueza e pobreza possuem não somente nomes como raízes históricas diversas. (VIEIRA, 2004, p. 115).

É preciso, pois, dar nome a esse tipo de política social destinada a potencializar o capital, como vimos anteriormente, fazendo-o abdicar de sua função social e das políticas sociais na manutenção e reprodução digna daqueles que o mercado expulsou da rota dos direitos sociais. Segundo Ammann é função ainda deste estado, agora minimizado,

(...) regulamentar quem pode e quem não pode vender sua força de trabalho segundo as conveniências e necessidades do mercado. Tal regulamentação se configura, por exemplo, na ampliação do período escolar obrigatório, do serviço militar, do seguro-desemprego, do auxílio doença, da idade para ingressar no mercado e dele sair (AMMANN, 1991, p. 27).

O estado liberal defende que o gozo dos benefícios deve comportar uma contrapartida, ou seja, os serviços e recursos sociais, os quais, na lógica neoliberal, devem obrigatoriamente atender ao cidadão consumidor, aquele que acessa ao mercado de bens e consumo, em síntese, que é capaz de manter e/ou comprar sua subsistência no mercado.

Portanto, cidadão para o estado neoliberal é o consumidor. No outro extremo da pirâmide está o cidadão que este estado não reconhece como tal, visto não ser proprietário de recursos, bens, salários, portanto de pouco ou nenhum valor ao capital.

Eis a população “mercadoria” a que referia Marx (1993), que perdeu seu valor de troca, que não encontra mais lugar na sociedade de consumo capitalista. Jovens com pouca ou nenhuma qualificação, homens e mulheres que perderam seus postos de trabalho e não encontram lugar na atualidade para “disputar” acesso ao trabalho; outros que sequer acessaram a este mercado e percebem sua incapacidade de inserir-se no modelo econômico ora vigente.

Esses homens e mulheres que buscam cotidianamente formas para a sua manutenção e reprodução são público das políticas sociais. Tais políticas, no estado neoliberal, no entanto,

apresentam severas limitações que comprometem o atendimento mínimo à população que necessita desta atenção.

No modelo liberal prevalece a concepção de que a ação estatal justifica-se para suprir insuficiências do mercado, junto a certos segmentos sociais. A política social é seletiva (...) A assistência social é prestada aos comprovadamente pobres, com caráter tópico e residual. (Silva, 2004, p.67).

Segundo Silva (2004) a assistência social, historicamente, representou possibilidades de acesso à população carente de parte (uma porção bem reduzida) dos bens, recursos e serviços da sociedade capitalista. Importante destacarmos que esses recursos são transferidos de forma residual a esse grupo subalternizado.

A estratégia do estado neoliberal é a de deslocar parte de seus “atendimentos” a uma parcela da população que não acessa, e nesta lógica não acessará, ao mercado de bens e consumo; ou seja, os “cidadãos não consumidores”; desempregados de longa duração, trabalhadores desqualificados, idosos carentes e indigentes, que o estado neoliberal propõe “atender”.

Contudo, tal estratégia comporta uma contrapartida daqueles trabalhadores que atuam no mercado formal. Desvendada a sua roupagem, o estado neoliberal, então, expõe toda a sua crueldade, pois, ao “atender” aos desassistidos, deprecia a exploração dos trabalhadores assalariados, vidas, que perdem seus significados e identidades, com formas de trabalho alienantes e precarizadas; algumas no limiar da escravidão que, dessa forma, inviabilizam a garantia da manutenção e reprodução digna de parcela da população que vive da venda de sua força de trabalho.

2.3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA QUE COMPLEMENTA A PROTEÇÃO SOCIAL

Meu pai não tinha educação
Ainda me lembro, era um grande coração
Ganhava a vida com muito suor
Mas mesmo assim não podia ser pior
Pouco dinheiro pra poder pagar
Todas as contas e despesas do lar
Marvin – versão Sergio Britto e Nando Reis.

A assistência social, junto com a previdência e a saúde, compõe o tripé do sistema de seguridade social. Conforme Silva (2004) esta política, na dependência da lógica mercantil e regulada pelo estado, presta-se ao “preenchimento das lacunas do mercado” aos que não acessam aos serviços e recursos da sociedade capitalista.

Sob a ótica liberal, a assistência social tem sido um modo de satisfazer necessidades sociais que o mercado não satisfaz. Na realidade, uma forma de atenuar o impacto social de políticas econômicas concentradoras de renda, elitizantes do acesso ao mercado e, portanto, reprodutoras da exclusão social. (SILVA, 2004, p.139).

No Brasil, com o golpe militar de 1964, iniciaram-se os primeiros movimentos que buscavam romper as barreiras que obstaculizavam a implantação e o desenvolvimento do projeto de internacionalização, que se projetava desde meados da década de 50. Evidenciamos, neste período, a necessidade de vencer a resistência da sociedade organizada, combatendo a rebeldia das classes subalternas e atendendo aos interesses do grande capital.

O estado ditatorial, implantado pelos militares, visava formatar um rearranjo no desenho das políticas sociais vigentes e na necessidade de expansão dos serviços sociais, com o propósito de manutenção do controle sobre as classes subalternas; dessa forma, não vislumbrava risco à instauração de seu projeto. Conforme Mota (2005) essa expansão seletiva dos serviços sociais, onde se incluem as políticas de seguridade social, davam conta de duas preocupações dos militares tecnocratas: a acomodação dos conflitos que emergiam da sociedade organizada, e a modernização autoritária adotada pelo regime militar. Destaca a autora que:

A questão reside no fato de o capital ser compelido a incorporar algumas exigências dos trabalhadores, mesmo, que elas sejam conflitantes com os seus interesses imediatos; mas, ao fazê-lo, procura integrar tais exigências à sua ordem, transformando o atendimento delas em respostas políticas que, contraditoriamente, também atendem às suas necessidades. (MOTA, 2005, p.123).

É relevante apontarmos o caráter tardio em que é gestada e se afirma a seguridade social no Brasil, como padrão de proteção social, pois se configura na forma de proteção social ao cidadão apenas na constituição de 1988. Portanto, tardiamente, na medida em que os países centrais já davam este *status* à seguridade desde 1945, transformando-a na principal forma de intervenção social do estado. Concomitante a essas características de regulação social tardia verificamos no contexto mundial, o alargamento das políticas neoliberais. E a contraprova foi a elaboração de documentos como o consenso de Washington, que

estabeleceram uma série de medidas as quais os países de economia periférica deveriam adotar, como forma de se adequarem à política neoliberal e aos seus ajustes. Conforme Silva:

O capitalismo sempre precisou, usou e abusou do estado, a despeito do propalado liberalismo econômico. É verdade que, no contexto da mundialização, as grandes decisões são urdidas pelas corporações transnacionais em uma esfera que transcende as fronteiras de qualquer estado nacional. Mas, o estado continua sendo a arena de disputas fundamentais em torno de decisões que, no plano de vida nacional, criam as condições para a revitalização do capitalismo em escala global. E a gestão social é politicamente estratégica para a legitimação e sustentação do processo de acumulação e concentração de riqueza. (SILVA, 2004, p.155).

A humanidade já experienciou diversas formas de tentar sanar os problemas, que foram gerados a partir da ausência de alternativas para a satisfação de suas necessidades sociais. No entanto, no modo de produção capitalista, em diversos períodos, suas formas de tratamentos aos que dependiam do estado para minimizar suas mazelas, evidenciaram, pelo estigma, a forma policialesca e a transferência das sobras do capitalismo, medidas estas que configuravam e configuram as formas de relação do estado com as classes menos favorecidas ou subalternizadas, para usar a expressão de Yazbek (1993).

Em que pese o estado ter ampliado suas ações, no século XX, passando a interferir, com maior fôlego, “(...) na produção, financiamento e gestão de bens e serviços” (SILVA, 2004, p.166), esses alargamentos da intervenção estatal não surtiram efeitos benéficos, como se poderia pensar, para o cidadão que se utiliza das políticas sociais. É possível, portanto inferirmos a partir dos dados de realidade, que se alargou o fosso entre os que concentram os recursos e os que têm escassas ou nenhuma possibilidade deles se beneficiarem.

Concomitante ao alargamento da distância entre ricos e pobres, constatamos que estes últimos foram sitiados em zonas em que não acessam as políticas e/ou não são acessados por elas, ampliando o sentimento de estarem excluídos socialmente. Sposati, referindo-se a exclusão social, destaca que:

Para a situação brasileira e sob o neoliberalismo, a exclusão social tem o significado de apartação social. (...) vai se agudizando o fosso entre a elite dominante e a massa de desempregados, subempregados, segmentos que vão sofrendo continuas perdas sem qualquer possibilidade de reversão de tal quadro sob a lógica neoliberal sustentada na exclusão. O modelo neoliberal é excludente em sua essência (...) No Brasil, a exclusão ainda parte da cultura patrimonialista que rechaça a civilidade como padrão de convívio e sociabilidade (SPOSATI, 1997, p.31).

Esse fosso vem se mostrando cada vez mais ampliado pelo avanço da acumulação capitalista, que se origina com a da manufatura, passa pelo capitalismo monopolista, acirrando

a exploração na grande indústria, pautada no modelo Fordista/Taylorista, e tem continuidade com a exploração flexível do modo japonês (Toyotismo).

Hoje, no apogeu do desenvolvimento capitalista, que se caracteriza pela expropriação dos sentidos do trabalho pelo capital (expropriação global), o fosso parece intransponível ao trabalhador exposto ao subemprego, ao desemprego, à pobreza, à desqualificação, à fragilização. Resta a esse grupo, “acomodar-se” contentando-se com a parte que lhe cabe (ou com a ausência desta), na sociedade que “comercializa” sua vida, ou resistir organizando-se.

Mas ao taxar ou rotular o indivíduo de “sobrante”, “mercadoria” e coisificá-lo, a sociedade capitalista desumaniza-o e ele, de fato, sente-se como coisa, torna-se coisa, objeto, expropriado do trabalho, de referência, de identidade, cujas refrações repercutem nas outras esferas de sua vida, nem sempre encontra forças para estabelecer uma relação.

Conforme Sposati há que se estabelecerem mínimos sociais e estes serem propostos no “patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir a todos seus cidadãos” (1997 p.10).

Entendemos que discutir os mínimos sociais no intuito de melhor defini-los e ampliá-los; sustentar a necessidade de garantir a transferência de renda; defender a seguridade como política de proteção social pública é compromisso dos atores sociais, identificados com a proposta de sociedade alternativa a neoliberal, onde a de proteção aos trabalhadores, em especial aos desempregados, subempregados, desempregados, pobres e excluídos seja assumida coletivamente como compromisso social. No entanto, é fundamental esclarecermos que se trata de um processo contra-hegemônico na contracorrente da cartilha neoliberal.

Nesse sentido, julgamos necessário avançar nas formas de enfrentamento e resistência: dando visibilidade e buscando alternativas às questões que fragilizam a classe que vive do trabalho; fortalecendo as políticas sociais, projetos e/ou programas que favoreçam o suporte econômico e social às classes menos favorecidas; incentivando o controle social da sociedade e iniciativas que ampliem os espaços de participação popular, como o Orçamento Participativo e outros similares.

Segundo Sposati, “este texto não é crédulo, nem cético, é só corajoso no sentido de mostrar que se pode pensar e agir em outra direção, (...)” (1997 p.13).

O neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação. Que articulem a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder, que desarticule ao mesmo tempo as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa, prioritariamente, a passividade, a despolitização, a desagregação social (SADER, 1999, p.37).

Resistir, pois, ao avanço deste modelo é manter em última análise a humanidade do homem. Resistir a este modelo é não naturalizar a degradação humana. Resistir é jamais banalizar a fome, a violência, o abandono, o desemprego...

Portanto, apontamos as políticas de proteção social, abarcadas pela seguridade social, como um importante espaço de resistência para que os indivíduos, que a sociedade capitalista insiste em descartar, na medida em que estes não interessam mais ao capital, tenham acesso aos direitos e possam conquistar a cidadania, no seu sentido pleno. Coutinho define a cidadania, assim como se crê, ela deva constituir-se:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações” (1997, p.146).

No entanto, a dinâmica contraditória da sociedade capitalista, por vezes, esvazia o potencial emancipatório da cidadania, da participação e mesmo da democracia, visando adequá-las ao sistema de modo que, através delas, não se realizem rupturas, mas ao contrário, se convertam em mecanismo de legitimação vigente.

Cidadania, portanto, entendemos aqui como conquista, construção histórica experimentada e incorporada pelo sujeito, em seus diversos processos de desenvolvimento e emancipação humana. Contudo, nesses tempos, cidadãos e direitos aparecem nos discurso e falas como conceitos utópicos e/ou demagógicos. Marx já discutia esse tema dos direitos, em sua obra juvenil – *A questão judaica* – criticando os chamados “direitos do homem”, no sentido de que – entendidos como direitos únicos e exclusivos – eles se transformam na prática em prerrogativas apenas de um tipo de homem, o homem proprietário da classe burguesa (COUTINHO, 1997, p.151).

Locke (...) definindo o direito a propriedade como o direito aos frutos do nosso trabalho; mas, logo em seguida, diz que _ com a invenção do dinheiro, que permite acumular o trabalho passado _ tornou-se legítimo comprar a força de trabalho de outros, sobre cujos frutos teríamos direito de propriedade. Vemos aí um claro exemplo de como um direito universal (todos temos direito aos frutos do nosso trabalho) torna-se um direito burguês, particularista e excludente, restrito aos proprietários dos meios de produção (COUTINHO, 1997, p.151).

São esses sujeitos que, ao alienar a sua força de trabalho, engendram as condições para acumulação e reprodução do capital, mas não recebem deste contrapartida alguma, ou melhor, recebem o abandono e o desprezo quando sua força de trabalho perde o valor.

Ao finalizar esse tópico, onde propomos, em síntese, discorrer sobre os impactos das políticas de proteção social na sociedade de economia neoliberal, é possível inferirmos que neste debate explicitamos o que a visão de homem e mundo já apreendera: o quanto o capitalismo e o modelo que o propaga são aviltantes à dignidade da pessoa humana; modelo que incentiva a competição, acirra o desenvolvimento de uma sociedade individualista, onde o homem torna-se o “lobo” do homem, e a solidariedade humana torna-se “peça” de museu.

Contudo, cremos no homem, na sua capacidade de superação e no seu potencial criativo e produtivo. Este homem que, na história da humanidade, foi capaz de produzir riquezas incorporadas por poucos, também será capaz de construir um novo modelo de sociedade mais justa, onde quem sabe nem mesmo os mínimos sociais sejam mais necessários, onde haja possibilidades concretas para a livre expansão dos indivíduos sociais. Este tempo, acreditamos, é possível de ser alcançado, mas para construí-lo precisamos estar dispostos a fazer a “travessia”, não sem algumas rupturas importantes, dentre as quais, a superação da cultura do egoísmo.

3 TRABALHO: ELEMENTO FUNDANTE NA CONSTRUÇÃO DO SER SOCIAL

Subiu na construção como se fosse máquina
Seus olhos embotados de cimento e lágrimas
Sentou para descansar como se fosse sábado
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego
Construção – Chico Buarque de Holanda (1999).

Identificamos, na música *Construção*, de Chico Buarque, o cotidiano de milhares de operários que têm em seu trabalho sua vida. Dessa forma, julgamos adequado iniciar este capítulo com a epígrafe dessa música que capta, com tamanha precisão, a vida de trabalho árdua do operário, e desnuda, ainda, com singela poesia, o momento de seu desapego. Na liberdade do pássaro, no delírio do bêbado, no trágico fim.

Assim, para discutirmos a relação do homem com o trabalho, na sociedade atual, é imprescindível realizarmos uma contextualização, que busca, na história recente, a gênese do momento atual; logo, é necessário reconstituir as formas com que o capitalismo desenvolveu sua relação com o trabalho e com a classe que dele vive. Neste breve, porém necessário percurso, à luz da história, buscamos dar visibilidade a um processo não-linear, mas sim conformado por movimentos em que ora se fortalece, ora se fragiliza.

3.1 O TRABALHO COMO ELEMENTO ONTOLÓGICO

Conforme Ohlweiler (1984) o processo metabólico entre homem e natureza, isto é, a apropriação pelo homem da natureza, fonte dos recursos naturais que entrariam no processo de produção, demandou intensa luta durante sua evolução como espécie biológica, para que,

apenas de forma relativa, o homem possuísse o domínio sobre as forças da natureza; diz o autor:

(...) o homem não poderá nunca independizar-se da natureza, da qual ele é também parte integrante; até mesmo quando a submete ao seu controle, ele está apenas fazendo uso das leis naturais para seus próprios fins.

A apropriação da natureza pelo homem, no processo produtivo, através dos tempos, impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas materiais e pessoais, entendidas como a totalidade dos meios de produção e das forças de trabalho respectivamente (OHLWEILER, 1984, p.17).

Tal impulso nas forças produtivas, através da apropriação da natureza pelo homem, como refere o autor, é materializado nas atividades de transformação da natureza por este mesmo homem, no seu processo de produção, tanto dos meios para produção como para o seu de consumo pessoal. Segundo Ohlweiler “os meios de produção e as forças de trabalho, à medida que são gastos, devem ser repostos a fim de assegurar a continuidade do processo da produção” (1984, p.18).

Podemos inferir, a partir das afirmativas do autor, que a renovação dos meios de produção, assim como os meios de consumo incorporados no processo produtivo, é condição essencial para a sua continuidade, isto é, para a sua reprodução. O homem desenvolve, dessa forma, na reprodução dos meios de produção e de consumo, habilidades que vão permitir desenvolver-se, criando ou aprimorando instrumentos e habilidades que irão ocasionar o avanço na apropriação e/ou o domínio relativo da natureza pelo homem. O modo ou o estágio desse desenvolvimento reflete tal domínio. Conforme Ohlweiler:

As forças produtivas da sociedade, que expressam a apropriação da natureza pelo homem, no processo produtivo, se desenvolvem progressivamente, à medida que se aperfeiçoam os métodos de trabalho, se introduzem novos instrumentos e procedimentos técnicos e se acumulam os conhecimentos a respeito do mundo físico circundante. O estado das forças produtivas reflete, portanto, em cada momento o grau de domínio do homem sobre a natureza (1984 p.19).

Ainda que apurasse seu domínio sobre a natureza, o homem, em sua relação no desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção, no transcorrer de sua evolução enquanto espécie, oscilava entre o domínio relativo da natureza e sua onipotência frente a ela. Tomando dois pontos extremos da evolução como referência: a inexistência de desenvolvimento tecnológico e sua evolução revolucionária, colocamo-nos frente a frente

(...) a uma situação de dramática inferioridade do homem ante a natureza e uma outra de extenso domínio das forças da natureza através da mediação de uma complexa e poderosa tecnologia baseada em máquinas acionadas por energia extracorporal (OLLWEILER, 1984, p.19).

Esse domínio humano da tecnologia, após milhões de anos de dependência da natureza, segundo Ohlweiler (1984), a partir da descoberta do fogo, propiciou “(...) um espetacular avanço das forças produtivas sociais”. Essas forças, oriundas da capacidade criativa e intelectual do homem, deram um salto espetacular quando da “descoberta e o aperfeiçoamento da máquina a vapor, no último quartel do século XVIII (OHLWEILER, 1984, p.19)”, alterando substancialmente seu labor e sua relação com a natureza, mas não sem contradições.

Nas sociedades medievais, dos séculos XIV e XV, era possível visualizar o que “(...) Engels considerou como primeira grande divisão do trabalho” (OHLWEILER, 1984, p.24), a separação da criação e da agricultura, cujas refrações são destacadas pelo autor:

A expansão da criação e da agricultura não só incrementou a produtividade do trabalho, como fomentou a troca regular dos produtos destes dois ramos da economia. (...) as trocas se tornaram mais freqüentes e regulares à medida que se processou a segunda grande divisão social do trabalho, a qual separou o artesanato da agricultura, e conseqüentemente, conduziu à distinção e a oposição entre a cidade e o campo (OHLWEILER, 1984, p.26).

A expansão da criação e da agricultura intensificou a diferença entre os que tinham a posse das terras ou que delas se apropriavam pela força; e os camponeses, que possuíam a força de trabalho vendida ou apropriada pelos que possuíam os meios de produção, neste caso as terras. Esse processo era acompanhado pela desapropriação dos meios de produção dos camponeses, que deles retiravam seu sustento e reprodução, e viam-se na iminência de deslocar suas forças produtivas da indústria doméstica, fragmentando este processo, isto é, “(...) o trabalho do artesão foi sendo dividido e subdividido em partes elementares e, então, cada parte isolada passou a ser distribuída de modo a ser executada em série por um conjunto articulado de trabalhadores parcelados”. (OHLWEILER, 1984, p.29).

Na Idade Média os ofícios artesanais especializaram-se e com este movimento a “indústria doméstica” cedia espaço para o nascimento da manufatura, “(...) uma forma de cooperação baseada na divisão do trabalho ainda apoiada na técnica manual (...)” (OHLWEILER, 1984 p.29).

A manufatura desempenhou um papel histórico importante, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, ao preparar as condições para

o advento da maquinofatura. A divisão do trabalho, que simplificou as operações convertendo-as em movimentos elementares, e a especialização e o aperfeiçoamento das ferramentas propiciadas por aquela mesma divisão do trabalho, tudo isso viria facilitar sobretudo a substituição dos instrumentos manuais pela máquina (OHLWEILER, 1984, p.29).

Na verdade, a maquinofatura “resultado da revolução industrial, que tendo-se iniciado na segunda metade do século XVIII, propagou-se a todos os países economicamente adiantados, até o primeiro terço do século XIX” (OHLWIELER, 1984, p.29), cristalizou-se nas relações de trabalho, o que em nossos dias podemos verificar na substituição – em escala cada vez maior – do trabalhador pela máquina. No entanto destaca Ohlweiler:

(...) o instrumento de trabalho, propriamente, é transferido das mãos do trabalhador para um mecanismo acionado pela aplicação da força externa e que, então, transmite a ferramenta o movimento desejado; no caso, ao contrário do que aconteceu na manufatura, houve uma mudança radical no processo de trabalho (1984 p. 30).

Com o fim da Idade Média, marcado pelo nascimento da manufatura, ingressamos na Modernidade, a partir do advento da Revolução Industrial; mas nessa etapa, de modo diferente da anterior, “os instrumentos que antes eram operados pelos trabalhadores, perdem sua condição de ferramentas do organismo humano para se converterem em ferramentas de um aparelho mecânico” (OHLWEILER, 1984, p.30); o que significou uma verdadeira revolução no processo laboral e um salto imenso na relação entre o homem e a natureza.

Esse movimento de se “debruçar” na história possibilita-nos a compreensão necessária do “processo metabólico” de apreensão da natureza pelo homem. Apreensão esta que nos permite perceber o desenvolvimento do homem como espécie biológica no mundo, e as situações de desvantagem pelas quais passou, diante das forças naturais, bem como os movimentos efetivados para realizar o domínio, ainda que relativo, sobre essas mesmas forças.

Com o domínio das forças energéticas, durante a Revolução Industrial, intensificaram-se os investimentos do homem para o seu desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade em que vivia, em que pese sua finalidade estar centrada apenas no aumento da produtividade. Nesse período, questões como a substituição do homem pela máquina, ainda que de forma embrionária; e a longa jornada de trabalho estendida indiscriminadamente a homens, mulheres e crianças, não emergiam como preocupação deste homem moderno, proprietário dos meios de produção. Aqui já se explicitavam refrações de

desigualdades que tomariam proporções exorbitantes, na medida em que essa centralidade não fosse problematizada e superada, pelo próprio homem.

Contudo, tal processo permitiu a este mesmo homem perceber o que produzira durante o seu desenvolvimento: que sua, “(...) luta, (...) pela apropriação da natureza não se cinge a uma simples interação envolvendo o homem como sujeito e a natureza como objeto do trabalho, pois a atividade produtiva tem necessariamente uma forma social” (OHLWEILER, 1984, p.35).

Sobre isso, Marx (1993) desenvolveu estudos pormenorizados, dando visibilidade ao caráter contraditório do trabalho como elemento central ao desenvolvimento humano, e como contraponto como o *locus* de sua alienação na sociedade da mercadoria.

3.2 O TRABALHO NA SOCIEDADE SALARIAL: BREVE RETROSPECTIVA DAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Essa incursão pela história, que aqui propomos, se iniciou pelas sociedades medievais dos séculos XIV e XV, com a desapropriação das terras de camponeses, que dela retiravam seu sustento e reprodução, pelos senhores feudais. Têm sido ilustrativas, na história, as lições que vão se desenrolando já nos primórdios da expropriação do trabalho pelo capital (simbolizado pelo poderio bélico de reinos que invadiam outros menores e devastavam o que podiam apropriando-se de suas riquezas, dentre as quais suas terras, apoderando-se, pela barbárie, destas civilizações). As lições que a história não nos permite ignorar são as de que há muito os despossuídos, ou melhor, os expropriados de seus meios de produção, vêm sofrendo este processo. Podemos, portanto, concluir que “os donos dos meios de produção” estão nesta condição há séculos.

Uma divisão radical se fazia entre colonizadores e colonizados, (...) institucionalizava-se uma divisão do mundo que só se aprofundaria a partir de então: uns como países centrais, concentrando riqueza, tecnologia, armamento e poder, enquanto outros eram objetos de exploração de suas matérias-primas, de ocupação de seu território, de extermínio de suas populações nativas, de subjugação pela escravidão de seus povos, para trabalhar pelo enriquecimento de seus escravizadores (SADER, 2001 p.30).

A divisão da qual fala o autor, acentua-se nos séculos XVI e XVII quando a história registra a competição desigual entre o trabalho artesanal e a fábrica, quando o camponês vê-se desprovido dos meios de produção e sente o estranhamento na realização do seu trabalho. A máquina assume seu trabalho artesanal imprimindo a este extrema velocidade na transformação e reprodução da manufatura; com essa nova modalidade o camponês/artesão vê-se obrigado a deixar seu lar e família, indo então vender sua força de trabalho nas fábricas.

Essa separação entre os meios de produção e o produtor, destaca Martinelli (1993) possibilitaram a inevitável subordinação dos que tinham a oferecer somente sua força de trabalho e os donos dos meios de produção sendo, dessa forma, possível o engendramento do ciclo do capital e o seu processo inicial de acumulação.

Avançando nessa incursão, destacamos a competição desigual entre o trabalho artesanal e a fábrica, nos séculos XVI e XVII, que não permitiam quaisquer possibilidades de manutenção do artesão em suas atividades.

Desse modo, as novas tecnologias e a Revolução Industrial inauguravam um novo momento do capitalismo. A fase mercantil do capitalismo havia sido superada, alcançava-se o capitalismo industrial, e com este desnudava-se sua face ainda mais devastadora. Discorrendo sobre o modo de constituição do capitalismo Martinelli, sustenta que:

Instaurando-se como uma forma peculiar de sociedade de classes, fundada sob a compra e venda da força de trabalho, revelou desde logo, sua força opressora em relação ao proletariado com o capitalismo se instituiu a sociedade de classes e se plasma um novo modo de relações sociais, imediatizadas pela posse privada de bens. O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração, da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa (2003, p.54).

Ainda no século da cisão entre a manufatura e a produção das mercadorias fabricadas nas metrópoles, os trabalhadores experienciavam situações que sequer suspeitavam que fizesse parte de sua nova condição de vida na sociedade capitalista: a de trabalhador explorado e alienado aos meios de produção.

Assim, incorporando o trabalho nas fábricas, alijados do processo coletivo, condenados ao isolamento, visto que sua interação não acontecia com outro homem e sim com uma máquina, suas mais novas companheiras, aviltados em seus salários, explorados a exaustão pelos donos do capital, ainda teriam de produzir riquezas para a acumulação deste “seleto grupo”.

3.3 O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O produto do trabalho pertence integralmente, por direito igual, “a todos os membros da sociedade”? Mesmo aos que não trabalham? A quem cabe o “produto integral do trabalho”? Unicamente aos membros da sociedade que trabalham? A quem cabe o “direito igual” de todos os membros da sociedade? (MARX & ENGELS, 2001, p.101).

Diante do questionamento de Marx e Engels, no Manifesto Comunista, ao discutirem as contradições entre a Sociedade de classes e a sociedade “fundada na propriedade comum dos meios de produção”, os autores apresentam as respostas que entendiam ser pertinentes: “a cada, um de acordo com suas habilidades; a cada um, de acordo com suas necessidades!”, falaram, portanto de justiça social, o que nos propomos a discutir, pois acreditamos seja possível.

Como “inérito viável” para usarmos a expressão de Paulo Freire, ou seja, aquilo que ainda não foi concretizado, mas que poderá vir a ser construído pelo nosso protagonismo, quando as condições históricas assim o permitirem. Pois, a utopia de uma sociedade mais justa não é idealismo, mas clareza de direção social.

Quando realizamos um estudo mais apurado, deste modelo na América Latina, percebemos o quanto o modo Capitalista de produção pode ser ainda mais excludente. Assim sendo, tratamos a seguir do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, no pós-guerra.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, na década de 40 do século XX, o Brasil “havia se transformado em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico” (MATTOSO, 1999, p.9), absorvendo um elevado número de pessoas que migravam das zonas rurais em busca de melhores salários e condições de vida nas áreas urbanas.

Em contraposição, no mesmo século – algumas décadas depois, nos anos 80 pela primeira vez – se intensificou o desemprego urbano no Brasil, em que pese a manutenção das estruturas industrial e produtiva existentes. Conforme o autor,

O desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixo e sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário. Em outras palavras, o desemprego e a precarização cresciam com a

retração das atividades produtivas (como em 1981-83, por exemplo) e voltavam a baixar quando a economia voltava a crescer (como em 1984-86) ou se estabilizava como durante a estagnação ocorrida entre 1987-89. Ao final da década o desemprego era baixo e pouco acentuada a deterioração das condições de trabalho. (MATTOSO, 1999, p.11).

Contudo na década de 90 do século XX, a situação relatada anteriormente, sofreu profunda transformação. Uma conjugação de fatores contribuiu para que ocorressem mudanças nesse período, que afetaram sobremaneira o cotidiano de milhares de famílias brasileiras, tais como: o aumento do desemprego, a precarização das condições de trabalho, a ampliação das contratações temporárias, situação esta que contribuiu para a redução ou extinção de direitos trabalhistas. Com isso, muitos trabalhadores passaram a não ter garantias de renda fixa, a trabalhar em tempo parcial, ou seja, é possível concluirmos que neste período, no Brasil, era instituído o trabalho informalizado.

É pertinente destacarmos que os moradores de rua, segundo mostram os diversos estudos realizados com esse segmento populacional (ABREU, et al, 2000, REIS, PRATES e MENDES, BULLA, MENDES e PRATES, 2004, entre outros) quando há alguma remota possibilidade de inserção produtiva, inserem-se através dos chamados “bicos ou biscates”. Conforme Mattoso

Na década de 1990 a situação alterou-se profundamente. (...), o desempenho produtivo não foi apenas medíocre e resultante de efeitos de oscilações do ciclo econômico sobre o mercado de trabalho. A geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturante de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las. Jogou-se fora o bebê com a água do banho (1999 p. 11-13).

Segundo Soares, verificamos o crescimento do trabalho informal, nesta década, em 62%, enquanto que o número de trabalhadores na informalidade, isto é, sem registro em carteira, nas seis principais cidades do país “(São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife), cresceu 62% entre 1990 e 1999”. (SOARES, 2002, p. 67).

Os números assombam quando se associa a eles o trabalhador e sua família, pois segundo essa mesma autora, com base em dados do IBGE, 1999, do universo de 433 mil que ingressou no mercado de trabalho neste período, 78% não tem registro na carteira.

Segundo a mesma pesquisa do IBGE², é possível ainda que esta realidade se torne mais perversa, quando incluídos os 3,8 milhões que trabalham "por conta própria", pois a grande maioria destes trabalhadores encontra-se na informalidade.

Importante ainda destacarmos que os estudos oficiais não contabilizam os moradores de rua, pois as pesquisas são realizadas com a população domiciliada nos municípios.

É preciso que tenhamos, de fato, a real compreensão do que significam esses “frios” números na vida dessa parcela majoritária da população. Consideramos necessária a apreensão da dimensão do sofrimento das camadas populares, vivenciando a deterioração de suas proteções alcançadas no mundo do trabalho, do trabalho explorado.

É imprescindível apontarmos para esse fato, pois pode parecer que o trabalhador, aquele que o capitalismo cerceia e nega direitos, esteja reclamando sem direito, pois o capitalista entende que basta o trabalho, mesmo sendo precário, num crescente de extinção de posto e desqualificação da força de trabalho, para eximir-se de sua parcela de responsabilidade – nesta que podemos configurar como uma tragédia brasileira: o desemprego e a precarização do trabalho e da vida de muitos.

3.4 AS CONTRADIÇÕES DO CONTEXTO BRASILEIRO

Segundo Laurell (2002) o crescente aumento do sub e do desemprego não deixa dúvidas de que o Brasil, na atualidade, é um dos países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade, expressada no cotidiano de milhões de brasileiros, acentua-se em áreas absolutamente vitais, no que se refere à reprodução e à manutenção de milhares de famílias, que vêm cotidianamente minadas sua capacidade de resistência, e ao se sentirem oprimidos e sem a possibilidade de venda de seu único valor – a força de trabalho – reproduzem ciclos de miserabilidade vivenciados por gerações.

Isso torna possível verificarmos, hodiernamente, o recrudescimento dos mais diversos problemas sociais, tais como: o aumento das desigualdades entre as regiões no campo e nas cidades e a desigual distribuição de renda. Nessa dinâmica emergem novos problemas sociais relativos à precarização do trabalho, ao desemprego e também à desigualdade de gênero.

² Pesquisa Mensal de Emprego (PME)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dezembro de 1999.

Conforme Mattoso:

O Brasil se caracteriza por ter um dos mais extraordinários diferenciais entre os mais elevados salários e os salários da base, tornando-se comuns diferenças salariais superiores a 1 para 100 no interior de uma empresa. Dessa forma, agregou-se a maior desigualdade entre os assalariados a já intensa desigualdade entre rendimentos e lucros ou entre proprietários e não proprietários. Este conjunto de fatores dificultou a organização social, a estruturação mais favorável do mercado de trabalho urbano e uma distribuição de renda democrática (1999, p.10).

Esse abismo, construído entre os detentores do capital e dos meios de produção e a população pobre do país, é um dos determinantes que impulsionaram o esgarçamento dessas desigualdades e a tendência de queda vertiginosa no rendimento da população mais pobre, economicamente ativa, o que pode ser mais bem visualizado na tabela que segue:

Tabela 1 – Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento no Brasil – 1960/1990

Ano	50% mais pobres	10% mais ricos	10% mais pobres
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15,0	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

Fonte: Gonçalves apud Mattoso, 1999.

Esses números, segundo Mattoso (1999) são frios e ocultam o lado humano de desassossego e desestruturação pessoal, familiar e social, que afeta um em cada cinco trabalhadores das grandes metrópoles brasileiras, o trabalho informal atinge outros dois em cada cinco trabalhadores. Quando falamos em pobreza, os números impressionam. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) refere que cerca de 57 milhões de brasileiros, o equivalente a 35% da população, está atualmente abaixo da linha da pobreza e que entre 16 e 17 milhões de brasileiros vivem em condições de miséria absoluta (MATTOSO, 1999, p.22).

Nesse contexto de desigualdade, oportunizam-se as contradições, próprias do movimento da realidade e intrínsecas ao sistema capitalista. Segundo Mattoso (1999) o Brasil, até a década de 70 do século XX, registrou história de crescimento econômico, geração de emprego, mobilidade social e concentração de renda. Contribuíram para esse crescimento a inserção do país na economia internacional de forma qualificada e ampla, num processo de

substituição de importações; dessa forma podemos viabilizar no pós-guerra um processo de intensa urbanização e industrialização, tornando-se, em pouco tempo, uma das maiores economias do mundo.

Assim sendo, como explicarmos o aumento do número de desemprego nas décadas seguintes e a precarização das condições de trabalho de parcela crescente de categorias profissionais? Mattoso traz “luz” a essa indagação quando refere que

(...) A inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas, empregos e até mesmo novos setores ou atividades econômicas. Em outras palavras, a inovação tecnológica, embora possa modificar a determinação do nível do emprego, não determina a priori seu resultado (MATTOSO, 1999, p.31).

No entanto, esses resultados podem representar tanto o aumento de consumo e emprego quanto o aumento do tempo livre do trabalhador ou a escassez de emprego para a classe que vive do trabalho. Esse processo ganha visibilidade histórica e concretiza-se nas formas instituídas pelo modelo produtivo adotado, quais sejam: a forma de apreensão da riqueza produzida e também sua distribuição. Uma série de variáveis como o crescimento econômico; a redução da duração do trabalho, redução do tempo para aposentadoria, manutenção dos benefícios sociais adquiridos por meio de lutas históricas da classe trabalhadora contra o poderio econômico, poderiam favorecer a geração de mais postos de trabalho.

Contudo, as atividades produtivas neste período sofreram uma guinada significativa, e o desmonte e/ou a precarização das estruturas existentes, já pouco desenvolvidas, pesaram para que o desemprego ocupasse lugar de destaque nas preocupações dos chefes de família das capitais brasileiras. O quadro a seguir nos aponta a redução de emprego no Brasil na última década do século XX:

Tabela 2 – Taxas de desemprego no Brasil

Tipo Desemprego	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aberto Brasil	3,4	4,3	4,8	5,8	5,3	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,8
Pelo trabalho precário	1,5	2	2,9	4,6	4,7	4,0	3,3	3,8	4,2	4,6	4,9
Pelo desalento	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,5	1,9	2,2

Fonte: PED/SEADE-DIEESE; PME/IBGE.

Esse quadro não representa apenas a sistemática queda do volume de emprego em apenas uma década no Brasil, ele aponta, também, o quantitativo da perda material e subjetiva da vida do trabalhador, se é que esta pode ser mensurada. Autores como Pochmann (1999) e Singer (1998) afirmam que nesta década o desemprego, a desigualdade social e a exclusão, inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, acentuaram-se drasticamente.

Os reflexos são imediatos na vida do trabalhador com mais de 40 anos de idade, com tempo de desemprego de longa duração e sofrendo a redução do acesso aos benefícios sociais que poderiam dar-lhe possibilidades de contrapor-se e/ou buscar alternativas até o próximo trabalho, se vê diante da prevalência do trabalho precário, privado das possibilidades concretas de manutenção, por essa via, visto que é condição para o trabalho precarizado, a eliminação e/ou redução dos benefícios sociais, tais como o seguro desemprego.

Na concretude do capitalismo tem-se, portanto, que tudo é 'reificado' e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), quando seu 'corpo inorgânico' - 'natureza trabalhada' e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado. Não tem consciência de um ser cuja essência não coincide diretamente com a sua individualidade (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 1998, p.126).

É preciso que sempre, ao falarmos em trabalho informal, associe-se a ele a ausência de proteção social, isto é, de contribuições previdenciárias, restringindo com a informalidade o repasse necessário de contribuição do assalariado, para a garantia de manutenção de um sistema de proteção social. Soares (2002) expõe o processo de fragilidade instalado com a informalidade, na seguridade social brasileira, pois com a diminuição dos trabalhadores com registro em carteira na década de 90 do século XX, reduziu-se ainda mais a contribuição dos trabalhadores ativos.

Enquanto crescem a informalidade e o desemprego, cai o rendimento daqueles que ainda conseguem permanecer trabalhando. Dados do próprio IBGE indicam que a renda média dos trabalhadores brasileiros caiu 8% na década de 90, apresentando uma queda de 5,5% só em 1999. (...) Em segundo lugar estão os trabalhadores por conta própria, com uma redução da sua renda de 9,9%, o que desmistifica o discurso que o governo federal e a mídia vêm tratando de impor no Brasil de que a saída do trabalhador para aumentar sua renda seria trabalhar por conta própria. (SOARES, 2002, p.69).

Os dados revelam que os 56,9% dos trabalhadores ocupados, com registro em carteira em 1990, ou seja, contribuintes da previdência social reduziram para 44,5% em 1999,

o que significa uma queda de 12,6%. Não é preciso ressaltar que este fato impacta na já instável situação de financiamento da seguridade social no Brasil.

Tal situação instável do financiamento da seguridade social era o que os neoliberais de “plantão” aguardavam ansiosamente para deflagrarem na já alardeada Reforma da Previdência, que traz na contramão do estado de direitos: o corte nos benefícios sociais, a alteração ou exclusão de direitos adquiridos, enfim, o enxugamento do Estado nas garantias e proteções sociais, com a agravante de penalizar o trabalhador, pois na informalidade e/ou sendo seu próprio patrão lhe são retiradas as condições objetivas do trabalho, pois sem as proteções do trabalho formal (previdência, auxílios, férias, aposentadoria), este se torna déspota de si, na imensa maioria das vezes sem ter como manter um seguro privado.

Esses fatores combinados afetaram sobremaneira a já debilitada resistência da classe trabalhadora, num período de turbulências na economia: na redução do emprego, na extinção de postos de trabalho, no surgimento e aceleração do trabalho temporário e sem garantias – como foram as duas últimas décadas do século XX. Esse conjunto afetou e contribuiu para encaminhar grande massa de trabalhadores a perdas crescentes de vínculos, identidades e possibilidades reais de vir a retomar a reorganização de seus projetos, pela via do trabalho regulamentado e com garantias.

Dessa forma, conforme Snow e Anderson (1998), Castel (2000), vemos aumentar a expulsão de parcela de trabalhadores desempregados para níveis crescentes de situações de vulnerabilidades sociais, tais como: a marginalização, fragilização de vínculos consequência da fragmentação e/ou a perda da família, o aumento no consumo de álcool e outras drogas; quadros freqüentes de isolamento e depressão, abandono e por fim a realização, a situação de estar na rua, sem teto, sem trabalho, sem perspectivas.

Por isso, é prudente destacar que ao identificarmos o cidadão que faz da rua seu espaço e território de moradia, percebemos apenas a ponta do iceberg; o que está abaixo representa muito mais do que não ter um local de referência para habitar.

Há, portanto, que: mobilizarmos meios, propormos políticas, darmos visibilidade a essa tragédia contemporânea, o desemprego associado à condição de estar nas ruas, que marginaliza o cidadão, afronta os direitos humanos básicos, na medida em que não permite aos sujeitos, por seus meios, ultrapassar essas barreiras e o pior, a cada dia, sacramenta sua condição de descarte até que, num improvável futuro, o capitalismo possa identificar neles alguma utilidade.

4 O SUJEITO DE DIREITO: O MORADOR DE RUA

Queremos saber o que vão fazer com as novas invenções, queremos notícias mais sérias sobre a descoberta da antimatéria e suas implicações, na emancipação do homem, das grandes populações, homens pobres das cidades, das estepes, dos sertões.

Queremos saber.

Gilberto Gil

Neste capítulo discutimos as características do morador de rua de Porto Alegre, em seus distintos processos sociais: sua condição de vida, suas possibilidades de acesso aos recursos públicos, seus sonhos, enfim suas possibilidades concretas de pertencimento e sobrevivência numa sociedade que não o reconhece e pior, ao negar sua existência, o invisibiliza.

Conforme Reguera: “Quando não vivemos nos projetando, ficamos reduzidos ao instantâneo. A perda de futuro nos induz a ficarmos agarrados a uma busca de satisfações imediatas, a custo de qualquer outro aspecto da vida e da realidade”(2005, p.77) ou, no caso do morador de rua, sem perspectiva de futuro. Como esperar de quem perdeu a esperança que tenha forças para existir?

Moradores de rua, homens e mulheres marginalizados, sujeitos que, como outros, sofrem as desigualdades oriundas desse modo de produção, mas que são julgados e condenados a ser os “inúteis do mundo”, estão por toda parte. São operários ou trabalhadores especializados, homens, mulheres, migrantes que vieram em busca de sonhos de melhores condições de vida, ou sujeitos que ao longo de sua história sofreram rupturas de vínculos, perda do emprego ou outras perdas, desfiliações e fragilizações.

O tipo de sociedade em que vivemos impõe grandes doses de competitividade; por isso, conviria que dispuséssemos, todos, pelo menos de certos mínimos de igualdade quanto às necessidades satisfeitas para começar a vida. Exigir o mesmo rendimento de quem foi privado sem contemplações desses mínimos de qualidade de vida é um desavergonhado abuso e um propósito descarado de exploração (REGUERA, 2005, p.29).

Todos sofrem da mesma forma a intimidação, a fragilização e o abandono que a perda do emprego e/ou o não acesso a ele proporciona; com maior ou menor intensidade, vão perdendo suas referências e seus laços de pertencimento. Do espaço protegido da família, das proteções sociais, do seu lugar na sociedade “(...) são, então, mais ou menos compelidos a viver sua situação no isolamento; procuram dissimular, no seu meio, a inferioridade de seu *status* e estabelecem relações distantes com aqueles que são próximos de sua condição” (PAUGAM, 1999, p.41).

Sofrendo, segundo Castel (2000), processos de desestabilização, como a degradação das condições de trabalho e a fragilização dos suportes de sociabilidades, os moradores e moradoras de rua acrescentam ainda a seus sucessivos processos de perdas, o rompimento dos vínculos familiares como uma das situações causadoras de sua condição de estar na rua. Segundo Bulla e Oliveira:

Em sua fala, os sujeitos demonstram que a caminhada por eles percorrida foi sempre permeada por esta carência de realização própria, propiciando um clima de frustração humana desde a tenra infância. A frustração relaciona-se tanto à questão do não acesso aos recursos materiais, mas também aos aspectos subjetivos, que estão relacionados ao processo dos relacionamentos e trocas afetivas, bem como as capacidades de desenvolver uma auto-estima elevada e operacionalizar a organização do grupo familiar no contexto em que está inserido (2004, p.146).

Eis a população “mercadoria” que referia Marx (1993), mercadoria que uma vez perdendo seu valor de troca, já não encontra mais lugar na sociedade de consumo capitalista. Ela é composta por jovens com pouca ou nenhuma qualificação, homens e mulheres que perderam seus postos de trabalho e não encontram lugar, na atualidade, para “disputar” o reingresso ao trabalho; outros que sequer acessaram a este mercado e se vêem incapacitados para inserir-se no modelo econômico vigente. São também ex-presidiários, usuários de drogas que não tendo acesso a alternativas de reinserção, apoio e ou tratamento, acabam ampliando suas situações de vulnerabilidade através do processo de rualização.

Essa população, que sofre processos de marginalização, vê-se alijada dos suportes de sociabilidade, vivencia a degradação das condições de trabalho e inserção e vai, por assim dizer, “queimando etapas”; de trabalhador explorado, passa a condição de desempregado ou subempregado; de desempregado à margem das proteções sociais; da situação de desagregação de suas relações e sociabilidade à condição de desagregado e “inadaptado” para a condição de marginalizado da sociedade salarial.

A distância, contudo, é mínima. Após esta etapa é possível ainda situá-los em “zona” de extrema cisão dos recursos materiais das redes sócio-familiares e das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho.

Antunes adverte:

O capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do “estranhamento”, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas ao contrário, pode desfigurar, aviltar, etc., a personalidade humana, isto porque, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar “diretamente um crescimento da capacidade humana”, pode também “neste processo sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)” (1998, p.91).

No atual contexto de superação e da não necessidade material de grandes contingentes humanos, para o desenvolvimento do capital, surge o que Castel (2000) denomina de população de “sobrantes”; esses são os que já não tem utilidade ao capital, desfilados, inadaptados, invalidados pela estrutura, em razão de sua conjuntura. Tais adjetivos desqualificam da mesma forma que determinam a condição e a posição desses sujeitos na sociedade capitalista.

Os “sobrantes” da sociedade capitalista, invalidados pela transformação das regras do jogo social e econômico que os marginalizou, estão nas ruas – paços, viadutos e calçadas – ocultados por uma sociedade que não os quer ver, tornando a situação do morador de rua ainda mais perversa.

A problemática vivenciada pelos sujeitos moradores de rua se configura como a expressão mais perversa do processo de exclusão social sofrido por uma grande parte da população brasileira... A problemática vivenciada pelo morador de rua não se resume à falta de moradia, em que pesem as carências da política habitacional. O processo de rualização é muito mais complexo. O habitar na rua é resultado de um conjunto de condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e culturais que exclui as pessoas do convívio social ou que não as deixa inserir-se (BULLA, MENDES e PRATES, 2004, p.91-92).

É nesse confronto com as contradições do real que os sujeitos sociais ora se fortalecem ora se fragilizam. Não encontrando meios de suporte e respaldo, diante dos embates diários da sociedade capitalista, tendem a acreditar que suas possibilidades esgotaram-se junto à família, trabalho e sociedade. Percebem-se impotentes diante do universo que agora os circundam; e buscam, com sua permanência a rua, romper vínculos

com o grupo sócio-familiar, procurando ocultar suas vergonhas, fraquezas, pois se julgam responsáveis por toda sorte de mazelas que os atingiram.

4.1 CONTEXTUALIZANDO A POPULAÇÃO DE RUA

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo,
diferentemente, cabe transformá-lo.
Marx

Vivemos numa época em que a população mais pobre do planeta sofre com o flagelo da fome, de todo o tipo de violência e exploração. Nesses tempos de desigualdades perpetuadas por um modelo de sociedade justificada pela liberdade individual, pela competitividade “salutar”, que patenteia a “igualdade” de condições dos indivíduos, ao topo da pirâmide social, faz com que esta “ascensão” dependa, única e exclusivamente, da vontade, disposição e alcance das possibilidades pessoais.

Esse modelo ora instalado não “discrimina” seus competidores, desde que os mesmos demonstrem “disposição” e “competência” para alcançar os meios, recursos e possibilidades “ofertados” pela sociedade de consumo capitalista, a todos, sem distinção de credo, etnia, raça, classe social, etc.

Vivenciando esse modelo, impregnado até a raiz de contradições, concordamos com o método dialético em uma de suas premissas básicas, qual seja: a afirmação de que não basta analisar a sociedade e compreendê-la em seus processos excludentes, mas transformá-la no sentido de superação dos processos alienantes e contraditórios que estruturaram esse modelo desigual e que mina quotidianamente a estrutura objetiva e subjetiva da vida dos sujeitos sociais. Esse modelo que, para desenvolver-se, determinou e determina a milhares de vidas humanas condições inumanas de sobrevivência.

Por isso, é comum encontrar, na literatura, referência às características do morador de rua como sujeito que perdeu as referências: da casa, do trabalho, da família e mesmo de si. Alguns perdem a noção do tempo e não sabem sequer dizer o tempo que estão na rua, ou mesmo sua idade.

A pessoa que não sabe “se antecipar à imaginação, perde toda projeção para diante.
E não ter projeto é crescer sem uma trajetória estável, dissolver o processo de

identificação”. Viver somente na instantaneidade é perder continuidade, consistência, identidade, de certo modo é desidentificar-se (REGUERA, 2005, p 52).

Tais sujeitos, contudo, receberam o reconhecimento em lei de “cidadãos”, a quem o Estado deve prover as necessidades, sempre que estes estiverem à mercê da “miséria”, da “doença” e da “calamidade pública” (Constituição de 1988).

A questão, no entanto, é que os moradores de rua, tendo em vista suas trajetórias de exclusão e perdas, são estigmatizados pela sociedade capitalista, pois não alcançaram as “oportunidades” oferecidas pelo sistema para ingressar no mundo do trabalho; mundo este, que lhes “garantiria” o acesso aos bens e serviços “oferecidos” a todos “igualmente” – bastaria que aproveitassem as “oportunidades”.

Segundo Juncá (1997, p. 32) “(...) podemos afirmar que a mercadoria ‘trabalhador’ vem sendo submetida a um crescente processo de pauperização, não encontra seu lugar no mercado de trabalho e no seu cotidiano só soma rótulos que o desqualificam”.

Diante dessa realidade o destino desses sujeitos é o de engrossar as fileiras dos “sobrantes” desse modelo de sociedade, pois não conseguiram inserir-se na sociedade de consumo capitalista. Suas “oportunidades” foram “desperdiçadas” por inúmeras “deficiências” – pouca ou nenhuma escolaridade sem a especialização necessária – e a apresentação também não favorece: desdentados e doentes não são exatamente o que os padrões dominantes buscam na “mercadoria trabalhador”. Diz Marx:

Deste modo, a economia política não conhece o trabalhador desocupado, o homem que trabalha, à medida que ele se encontra fora da relação de trabalho. O trapaceiro, o ladrão, o mendigo, o desempregado, o esfomeado, o miserável e o delinqüente são figuras de homem que não existem para a economia política, mas só para os outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do burocrata, etc. São fantasmas que se situam fora do seu domínio (2003 p.124).

Explicita-se, pois, a criminalização da pobreza, pois a naturalização do preconceito e a banalização da discriminação das classes subalternas produzem um “manto” que invisibiliza estes sujeitos, permitindo que tais processos se manifestem, sem que a sociedade reconheça sua responsabilidade pelos mesmos.

A consciência da espoliação histórica e de todos os tipos de exclusão social que sofrem os sujeitos trabalhadores, moradores de rua e “sobrantes”, subproduto da sociedade capitalista, remetem ao entendimento de que todos, de uma forma ou de outra, sofrem os efeitos da apartação social que caracteriza este início de século XXI.

4.2 O MORADOR DE RUA – HISTÓRIAS QUE SE REPETEM

O desemprego e a precarização das relações de trabalho na contemporaneidade são fenômenos que contribuem para a deteriorização das condições de trabalho da população. Nessa perspectiva, acelera-se o crescimento do trabalho temporário, com tempo determinado, sem renda fixa e com redução do tempo trabalhado.

Esses processos fragilizam o cotidiano de homens e mulheres que dependem da venda de sua força de trabalho para a manutenção e reprodução de sua existência. Contudo, quando vivemos num contexto em que há estabelecimento de vínculos afetivos com a comunidade e a sociedade, quando temos apoio de uma rede, seja ela de laços afetivos e/ou de retaguarda de recursos sociais e quando a possibilidade de retorno à vida produtiva são projetos, na maioria das vezes, possíveis e alcançáveis, então os fenômenos citados anteriormente, sentidos de uma outra forma pelos sujeitos, provocam menos prejuízos.

Entretanto, quando essa rede de afetividade e retaguarda social se desfaz e o retorno ao mundo do trabalho – como uma perspectiva improvável em suas vidas, por conta da precariedade ou inexistência de recursos e suportes, tanto objetivo como subjetivos, a possibilidade de romper com esses processos – determina aos sujeitos sua condição na sociedade capitalista. Como bem destaca Antunes,

Ao invés do trabalho como atividade vital, momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se, na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivização do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas (1988, p.127).

É possível, conforme sustenta o autor, que a “coisificação das relações” na sociedade capitalista, tenha impulsionado milhares de vidas para a periferia dos direitos e proteções sociais; e, dessa forma, tenha contribuído para um quadro que se acentua na atualidade: os processos de realização a que estão submetidos boa parte dos trabalhadores desempregados e/ou sub-empregados. Em outras épocas e contextos, no entanto, poderiam ser construídos processos em que as possibilidades de “resgate” deste público seriam viáveis” através especialmente da Inserção Produtiva. Contudo, hoje, diante do desemprego estrutural e das novas exigências do mundo do trabalho, não há lugar para esse segmento social.

Apresentamos a seguir entrevista realizada no *Abrigo Marlene*, durante o período de realização da pesquisa. Do universo de 14 entrevistas, efetivadas com moradores de rua, onde nossa proposta era colher subsídios a partir do olhar dos sujeitos, em relação às possibilidades de Inserção/Reinserção produtiva no município de Porto Alegre, as manifestações dos entrevistados, são aqui descritas para ilustrar o quão significativos são seus relatos e que, como refere o subtítulo do capítulo, se repetem. Contudo, jamais seriam iguais, pois o ser é singular e isso é outro aspecto que o diferencia das “coisas”.

A entrevista a seguir realizada com a senhora “D”, branca, acima do seu peso médio, de estatura baixa, simpática, estilo bonachão, comunicativa, 62 anos, mostra que os sujeitos têm muito a dizer. A exposição completa da entrevista tem por objetivo apontar a história dessa mulher, moradora de rua que, no nosso estudo, expressa a vivência real do sujeito em situação de rua.

Entrevistadora: A senhora possui experiência profissional?

Senhora D: Não. Toda a vida eu trabalhei de empregada doméstica.

Entrevistadora: Então? É uma experiência profissional. A senhora foi empregada doméstica.

Senhora D: Eu nunca trabalhei em outra coisa... (esboça um sorriso, é um sorriso largo...).

Entrevistadora: A senhora está trabalhando?

Senhora D: Não. (Parece constranger-se).

Entrevistadora: Não está trabalhando, está desempregada?

Senhora D: Estou..., estou desempregada. (mais uma vez, percebo aquele rosto bonachão constranger-se...).

Entrevistadora: O que significa para a senhora não ter trabalho?

Senhora D: Significa um desgaste... emocional, mental, angústia, estresse, tudo que é coisa. Ter que vir parar num abrigo, ter de dormir na rua, na calçada (pausa, a Sra. D, neste momento, parece ter o olhar o vazio, como se não estivéssemos mais ali, alguns instantes após, como quem acabara de acordar de um sonho ruim, retoma a fala)... uma velha de 62anos...é triste, né? Não ter aquela oportunidade de regressar ao trabalho por causa da idade...

Impossível não problematizarmos esse lamento da entrevistada: a idade, a situação de rua, a pouca instrução formal, a doença; não conseguimos identificar qual seja a doença, contudo, a senhora D tem a face parcialmente paralisada e a fala um pouco “enrolada”. Pelo tema que propomos investigar junto a essa população; pelo diálogo com estudiosos desse segmento; pelos subsídios já aportados neste trabalho, na tentativa de identificarmos as possibilidades de inserção produtiva, objeto de nossa pesquisa, e as políticas de proteção pensadas (ou que deveriam ser pensadas); e, pelo modo de produção vigente na sociedade, seria incorrer em reducionismo acharmos que o fator idade é o único responsável por sua não-inserção ao mundo do trabalho.

A senhora D retoma a palavra e entendo que não devo interrompê-la, deixo expressar-se com liberdade, “descortinar-se”. Julgo que seja um dos raros momentos em que este sujeito é escutado, pois, é prática nessa sociedade invisibilizá-los ou discriminá-los, especialmente esse segmento que vive nas ruas. Portanto, escutá-los pode significar que o sujeito, mesmo que por instantes, deixe de ser um “sujeito oculto”. Para Martinelli (1999, p.22) “(...)se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele”.

Senhora D: (...) Se tiver cinco mil pessoas com 62 anos desempregada, só dez vão ser empregadas. Porque, elas têm 62 anos nunca trabalharam, sempre foram donas de casa e agora com essa idade elas têm duas faculdades. Daí poderá ser que em algum órgão eles admitam ela. Porque ela tem duas faculdades. Porque com uma só, com 62 anos, são poucas que conseguem, destas cinco mil pessoas, dez vão conseguir.

Entrevistadora: Poucas vagas e muitas exigências...

Senhora D: Muita, exigência, muita exigência. Eu tinha 56 anos, nunca mais trabalhei...

Entrevistadora: Desde os 56 anos a senhora está desempregada, faz oito anos então?

Senhora D: Oito anos... não, fazem 6 anos!!!

Entrevistadora: 6 anos, ok. (corrige-me a senhora D), a senhora está muito bem na matemática, hem?(risos). Melhor do que eu, sempre fui muito ruim na matemática (mais risos).

Senhora D: Eu sempre gostei de matemática.

Entrevistadora: Que bom. A gente sempre é boa em alguma coisa, não é? Nestes 6 anos em que a senhora está desempregada, procurou algum tipo de trabalho?

Senhora D: Procurei, fui em diversas agências fazer currículos.

Entrevistadora: Que tipo de trabalho a senhora buscava?

Senhora D: De empregada doméstica, para mim ter uma moradia. Não tinha nem onde morar. Nem para posar no emprego, nem para trabalhar só pela comida, pela cama... não aceitavam... (lamenta) por causa da idade... com 56 anos, botavam um limite, era 35... no jornal tem “menos de 30 anos” pra tudo... Hoje ainda fui ver um serviço, fui lá na Baltazar (Baltazar de Oliveira Garcia, avenida na zona norte de Porto Alegre). Fui num supermercado falei assim com um rapaz: eu tenho 62 anos, mas tenho pique para muita coisa eu quero trabalhar: auxiliar de depósito, almoxarifado, descarregar caminhão, varrer pátio, lavar carro... lavar o cachorro do dono... qualquer coisa. O salário é R\$350,00? Eu trabalho pro senhor por R\$ 200,00. Falei com o próprio gerente do supermercado e ele disse assim: Não há possibilidade, de maneira alguma. Só se a senhora quiser vir como voluntária aqui, trabalhar para mim segunda e terça-feira das duas às quatro da tarde.

Entrevistadora: E não tinha nenhuma remuneração?

Senhora D: Não, não tem... e disse ainda “Tia, a senhora junta aí umas latinhas, uns papelões, uns papéis velhos...” ele não aceitou nenhuma das propostas, fiz mais de 50 propostas e ele não aceitou. Porque tá lá. Vagas pra isso, pra aquilo, pra aquele outro, bah, eu me interessei, fiquei faceira da vida... se eu ganhasse R\$200,00 em um ano, ali ó... (a senhora D já se imaginava empregada e revela com tamanho entusiasmo seus planos, que, por instantes, aquele contexto em que vivia parece não existir mais, tudo pela expectativa do acesso ao trabalho que mais uma vez não se efetivou).

Entrevistadora: Já ajudava...

Senhora D; Já estava bem. Voltava de novo a comprar uma maloquinha para mim, e ia morar lá na favela.

Entrevistadora: Sempre tentando não é D., sempre indo atrás...

Senhora D: Sempre.

Entrevistadora: Quais as oportunidades que a senhora teve nestes últimos cinco anos para realizar cursos de qualificação/capacitação profissional?

Senhora D: eu fiz o RAP.

Entrevistadora: O que a senhora fez no RAP?

Senhora D: Fiz cursos de padaria e confeitaria. Lá no colégio Mesquita. Foi uma oportunidade, que o senhor V. (a usuária refere-se ao ex-prefeito de Porto Alegre João Verle - Gestão 2001-2004)), um amigo de toda a pobreza. Eu quero muito bem ele, um homem decente, honesto. Dá atenção para os mais carentes da cidade de Porto Alegre. Daí o senhor V. abriu esta oportunidade para nós fazermos um curso de padaria, confeitaria, pintor... Tinha dez cursos, tinha jardinagem, as mulheres trabalhavam na jardinagem. Quando terminou o programa, que nós ganhávamos uma bolsa de R\$ 150,00, que me ajudou bastante. Eu estava no abrigo, eu estava dormindo na casa de inverno, aí eu fui para o abrigo Bom Jesus, lá me deram essa oportunidade de me "arrumar". ...foi um período de seis meses.... e quando terminou, a professora deu o diploma, o Sr. V. foi lá, teve o encerramento, uma comemoração bonita... nós almoçando, dançando, divertindo bastante, tinha passeios...

Entrevistadora: Confraternizaram. E quanto aos cursos que a senhora participou. Com estes certificados, a senhora conseguiu fazer fichas nas agências de emprego, utilizando estes conhecimentos como referência para o trabalho?

Senhora D; Consegui, consegui uma vez fiz uma ficha, mas por causa da idade, padaria nenhuma quis me empregar, outra coisa que me barrou foi a falta de experiência.

Entrevistadora: Solicitavam tempo de experiência na função de padeiro ou confeiteiro?

Senhora D: Experiência na praça, né? Ter trabalhado em outros lugares. E daí que eu fui trabalhar de ambulante na rua, né? Daí eu consegui tirar uma licença para vender...

Entrevistadora: O que a senhora vendia?

Senhora D: Fazia pão caseiro, pão integral...

Entrevistadora: E fazia aonde?

Senhora D: Eu fazia na minha casinha... eu comprei uma maloquinha com o dinheiro do RAP!!! Eu ganhava R\$ 150,00, todo o mês e economizava todo, eu estava abrigada, tinha alimento, tinha tudo lá eu fiz assim (levantava o braço com os punhos cerrados enquanto falava, gesto que buscava me transmitir a força com que gerenciava suas economias), com o meu dinheirinho, eu guardei tudo. Eu comprei uma maloquinha no beco, lá na Bom Jesus(

Vila localizada na zona leste da capital) e fui morar. O “seu” L. (também morador de rua, parceiro nas vicissitudes da rua, na ocasião da entrevista L, estava também no abrigo), foi lá e reformou... fez a casinha para mim. Ele reformou, fez um banheirinho, fez um aumentinho. Eu comprei por R\$ 400,00. Eu tinha R\$ 900,00, mas eu tinha outras despesas, era shampoo, desodorante, um doce na rua, um ônibus, a passagem do ônibus, porque eu não tinha 60 anos ainda, nessa época (não possuía idade para obtenção do passe gratuito), me sobraram uns R\$ 600,00...700,00 daí com esse dinheiro eu comprei a casinha e comprei o material para reformar, agora faz um mês que estou aqui no abrigo e faz dois meses que a minha casa caiu, simplesmente “esbodegou” tudo.

As afirmações de Paugam reafirmam a coragem desses sujeitos: “(...) mesmo quando são dependentes da coletividade, não estão desprovidos de possibilidades de reação. Mesmo estigmatizados, conservam os meios de resistência ao descrédito que pesa sobre eles” (1999 p.44).

A senhora D, continua o relato: e eu estou no DEMHAB naquela casa de emergência (programa do Departamento Municipal de Habitação, que presta auxílio emergencial a pessoas vítimas de enchentes, desmoronamentos, entre outros), mas o DEMHAB foi lá e disse “neste lugar não podem colocar casinhas, porque é área de risco”, eu morava no alto de um barranco que tinha uns sete metros e meio lá para baixo.

Entrevistadora: E o DEMHAB vai lhe reassentar em outro lugar?

Senhora D: Não. Eles dizem que é para mim procurar um terreno, que daí eles vão. Só que eu já fui lá seis vezes, já “achei” seis terrenos e o DEMHAB diz: “Aqui não pode, porque essa área não é da prefeitura, é particular”. (A senhora D, faz uma crítica à postura do DEMHAB em relação à sua situação): — Essas famílias que moram lá (em um dos terrenos localizados pela entrevistada) moram há pelo menos 30 anos e o DEMHAB nunca veio perguntar se eles eram donos, o DEMHAB diz: “Não isto aqui é ocupação de uma área particular, vai ter de voltar lá para o Bom Jesus mesmo(...)”. Agora eu vou levar eles(o DEMHAB) lá na Lomba do Pinheiro, levei, novamente disseram: “Não dá, porque isso aqui é uma área de risco, a senhora vai morar sozinha neste lugar, isso é muito deserto, é muito longe, a senhora aguarde que nós vamos arrumar uma casa para a senhora”.

Essa visível não-responsabilização do Estado em relação ao cidadão, em situação de vulnerabilidade, realça os contornos de uma sociedade que caminha para a responsabilização

dos sujeitos sociais por “suas incapacidades”. Segundo Sposati: “(...) o Estado assume uma política(...) de estagnação ou deteriorização das políticas sociais. Aqui, as relações com as classes populares foram trivializadas, adotaram-se mecanismos de exclusão(...)”(1995, p.10).

Senhora D: (Continua o relato) Fiquei esperando, esperei um mês, daí na rua, na rua... na rua. Dormi 10 dias no Felipe DIEL (albergue conveniado com a FASC), dormi 10 dias no Dias da Cruz(outro albergue conveniado)e depois o restante dormi nas calçadas... bah, foi uma situação horrível.

Entrevistadora: Bem difícil mesmo... D, nós vamos voltar ao seu relato é importante sim, o registro da sua experiência, porque a senhora não deve ser a única a passar por essa experiência; outros passam por essa mesma experiência e é possível que, diariamente, se repitam essas situações, por isso é importante fazermos este registro ok? (sigo com a aplicação do instrumento). A senhora conhece programas e/ou serviços que auxiliem a população de rua a conseguir trabalho, ou programas como o RAP em que existam cursos, capacitações, bolsa-auxílio, etc.?

Senhora D: Não. Só existiu o RAP, que deu para as pessoas que participaram assim como eu (possibilidades) de reformar a casa, outros compraram, outros alugaram... O problema é que muito dos que conseguiram suas casinhas, hoje têm dificuldades para trabalhar porque as casas estão bastante distantes do centro da cidade e aí dificulta que a pessoa venha e volte todo o dia do trabalho e daí não tem vale transporte, vale alimentação e, muitas vezes, tem de dormir dentro dos carrinhos para cuidar do material, embaixo dos viadutos, porque são “carrinheiros”, catadores de papel, papelão (me explica), como eu e o “seu” L, já passamos por isso. Tinha... ia catar na rua de carrinho e tudo , ele tinha um carrinho e eu ia ajudar ele e nós nos damos bem, né? Ele (seu L) é um homem muito legal... ajuda todo mundo...

Entrevistadora: Desde o início das entrevistas no abrigo, “Seu” L sempre me acompanhou: conversando com as pessoas que gostariam de participar da pesquisa, indicando entre essas as que tinham participado em algum momento do RAP; foi um “auxiliar” bastante disponível e simpático, sempre aguardava minha chegada no abrigo nos dias das entrevistas, com os possíveis participantes já devidamente organizados.

Senhora D: E ele tem bastante inteligência, sempre dizia quando estávamos na rua: mas onde já se viu a senhora com 62 anos vai ficar sozinha, não. Vamos arrumar um papelão e dormir... Alguns (moradores de rua) diziam que havia uns sacos para dormir, nós

perguntávamos: cadê os sacos para dormir e eles diziam: “a prefeitura não deu, porque o prefeito (a usuária refere-se ao atual prefeito de Porto Alegre José Fogaça) não mandou”.

Sposati identifica as dificuldades vividas por essa população na rua referindo que

A poesia já diz, a Vida Severina, exige uma continua demonstração de resistência manifesta no contínuo deslocamento, na migração, no movimento de territorialização/desterritorialização. A vida na rua como modo de sobrevivência não deixa de compor uma das estratégias de resistência, da coragem de enfrentar a vida. Não quer dizer que o modo de viver seja necessariamente a rua (1995, p.127).

Entrevistadora: A senhora nos falou que era o RAP que, com os cursos de capacitação e a bolsa-auxílio, contribuiu para que os moradores de rua participantes do projeto buscassem alternativas e renda. E hoje? Já que o RAP não acontece a pelo menos dois anos, quais são as alternativas para a busca de trabalho e renda no município que os moradores de rua possam ter acesso?

Senhora D: Não tem.

Entrevistadora: A senhora já procurou?

Senhora D: Já. Aqui em Porto Alegre não tem. O que tem atende apenas famílias...

De fato constatamos pelo relato que a usuária conhece os recursos sociais disponibilizados pelo município; o citado por ela é o NASF, que atende famílias com idosos, crianças e portadores de deficiências em situação de vulnerabilidade social, e os programas do Governo Federal que, como o Bolsa-Família, também privilegiam estes grupos.

Contudo, a entrevistada refere que ouviu falar de um outro programa federal, o Programa de Atenção Integral à família – PAIF – o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado em 2004(portaria nº 78), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Destina-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências dentre outras).

A fala de um técnico Social da FASC corrobora com a da moradora de rua, quando esta aponta a ausência de programas para a população de rua no município.

Referindo-se à implantação do PAIF no município relata o seguinte:

(...) olha a gente está trabalhando para desenvolver a proposta do SUAS, no município, (...) nós estamos trabalhando no sentido de efetivá-la (...) (hoje) não tem nenhum programa voltado especificamente a essa população que está na rua, eu acho que na questão do SUAS... a gente tem que ter clareza que é a primeira vez que o Governo Federal incluiu a população em situação de rua na política de atendimento, isso vai impulsionar certamente a proposta de projetos de atendimento para os próximos anos(...).

Entrevistadora: A senhora nos informou que participou do RAP e que o projeto lhe auxiliou na reorganização dos seus projetos de vida, inclusive, a senhora falou que comprou uma casinha com a bolsa-auxílio destinada aos participantes do programa...

Senhora D: Comprei uma casinha, reformei lá na favela... Agora ela caiu.

Entrevistadora: Comprou uma casa em um terreno que não era próprio, mas a senhora colocou uma casa ali, reformou...

Senhora D: Botei água, luz que não tinha... era área risco né...era o que tinha...

Entrevistadora: E hoje ela desmoronou?

Senhora D: Desmoronou (novamente aquele olhar perdido, como se mirasse algo que eu não conseguia ver).

Entrevistadora: Por isso a senhora está aqui no abrigo?

Senhora D: Sim. Não tinha mais onde ficar...

Entrevistadora: Por tudo que a senhora relatou, acha importante que o RAP seja reeditado?

Senhora D: Eu acho importante que volte e eu quero me integrar novamente (ao programa), aí eu consigo comprar uma casinha novamente.

Entrevistadora: Se o projeto do RAP retornasse o que ele precisaria ter, além do que já existia, para qualificar o programa?

Senhora D: (a moradora fica por um instante, pensativa).

Entrevistadora: Reformulo a questão, citando seus outros dois companheiros de abrigo. Nas outras edições do RAP existiram os cursos de capacitação, a bolsa-auxílio e hoje, se o projeto do RAP retornasse, o que precisaria para auxiliar de fato a senhora, a “dona” M, o “seu” L, porque vocês teriam uma boa possibilidade de trabalho e renda, pelo menos no

período do desenvolvimento do projeto, não é? Então o que faltaria ao programa para se tornar mais efetivo para pessoas como vocês, que hoje estão em situação de rua?

Senhora D: Depende do tipo de serviço que eles vão dar... também o tempo de permanência no programa deveria no mínimo de dez meses, né?

Entrevistadora: Mais tempo de permanência dos moradores de rua no projeto?

Senhora D: Mais tempo... dão quatro, seis meses... uma coisa assim deviam dar mais tempo. Devido à idade da gente.

Entrevistadora: Mais tempo para quê?

Senhora D: Mais tempo pra gente receber mais aquela bolsa né... até nós conseguirmos o benefício da aposentadoria nós já somos de idade, né? Ou então cursos em salas de aula...

Entrevistadora: Cursos de capacitação? Para a qualificação profissional? Ou para aprenderem uma nova profissão?

Senhora D: Pra gente se qualificar, agora todo mundo tem que ter informática, né? Tem que saber lidar com o computador. Até para trabalhar de empregada doméstica... Tem que saber dirigir... eu já fui numa entrevista para emprego e três patroas me perguntaram: Sabes dirigir? A senhora tem o curso tal... porque eu posso colocar a senhora numa auto-escola para tirar a carteira de motorista, mas eu preciso de alguém que saiba dirigir...

Entrevistadora: A senhora está me dizendo, então, que a cada vez se colocam mais exigências para o ingresso ao trabalho?

Senhora D: “Eu preciso de uma empregada que tenha acesso ao computador (conhecimento), eu fico fora o dia todo e a dona de casa é a empregada, então ela tem que saber... tudo”, assim elas me entrevistam... Tá muito exigente e com essa idade fica pior. O programa do RAP é bom. Porque daí a gente ganha aquele dinheirinho...eu quero seguir...sossegar a minha cabeça...Se não eu vou enlouquecer na rua. E aqui também no abrigo não é por muito tempo... A Assistente social aqui me deu quatro meses de abrigagem, daí eu tenho que sair...

A senhora “D” então falou de seus projetos, da sua esperança de retorno do RAP, da necessidade de ter trabalho e renda, do medo do retorno às ruas, do envelhecer com dignidade; enfim falou de esperanças, de desejos, de futuro.

Encerramos a entrevista imaginando se algum desses desejos/necessidades seriam alcançados e se não fosse, a quem responsabilizar? Indagávamos sobre possibilidades e já, naquela altura da pesquisa, não visualizávamos nenhuma. Qual é a dimensão do abandono? Qual é o tamanho e como podemos medir a desesperança? Essas indagações permearam por muito tempo nossos pensamentos. Assim como dona “D”, muitas mulheres, idosos, sujeitos, enfim, com suas necessidades e expectativas estão em números cada vez maior, relegados ao espaço da rua, sem perspectiva de inclusão. Como garantir os direitos de seguridade a esses sujeitos?

Acreditar no homem, em sua capacidade de reação, será sempre uma boa possibilidade de não perder de vista outra condição de sociedade, dessa forma buscamos no alimento da alma a inspiração.

5 O CICLO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Optamos pelo método dialético por entender que o homem só se objetiva no real, no concreto de suas realizações e necessidades; que o homem, como pontuamos anteriormente, ao se objetivar, necessita realizar trocas com a natureza, tais como: alimentar-se, habitar, etc., produzindo e reproduzindo condições de vida e desenvolvendo-se a partir desse processo. Suas necessidades, portanto, antes de se reproduzirem no plano do pensamento, precisam existir concretamente.

Logo, o morador de rua, sujeito e tema de nossa investigação, ao buscar saciar sua fome, abrigar-se do frio, enfim, lançar mão de estratégias de sobrevivência na rua, primeiramente, precisa concretamente ter atendidas essas necessidades. É sua vivência concreta, portanto, que faz com que possa abstrair, no nível do pensamento, as estratégias e possibilidades que darão concretude às suas necessidades objetivas.

Segundo Frigotto, “a dialética situa-se, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de uma trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (1994 p. 75). Aprender o ser histórico em sua totalidade, ter o entendimento que a história não é linear; que o ser tem valores e cultura próprios, que a realidade não está dada, é, pois explicitar a dialética materialista

(...) ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma *práxis*, um movimento de superação e de transformação. Há, pois, um tríptico movimento: de crítica, de construção do conhecimento “novo” e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação (FRIGOTTO, 1994, p. 79).

Portanto, entendemos que o método dialético, o método marxiano, por excelência, possibilita uma aproximação efetiva da concreticidade dos processos históricos, a materialidade das questões objetivas vivenciadas pelo sujeito social. Marx refere que:

(...) não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tão pouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu

processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (1993 p.37).

Assim, partimos da vida e das necessidades materiais do homem concreto em situação de rua. O método dialético propõe-se a desvendar os fetiches, não se conforma com a aparência, não se limita ao mascaramento da realidade; ao contrário, busca, ao analisar o real, desvendar o que é aparente, o que não é visto ao primeiro olhar, em suma, propõe investigar o que não está explícito. Dessa forma, permite-nos a superação dos processos de alienação; possibilita-nos desatar os nós, desvendarmos as contradições que permeiam a realidade social, a vida dos sujeitos sociais em seus processos, as condições e o modo de vida.

Contudo, não basta analisarmos as contradições da realidade social, identificá-las como reais e naturalmente instaladas no cotidiano dos sujeitos, mas a partir do seu desvendamento é fundamental propormos estratégias para a sua transformação, ou subsídios que possam orientá-las.

Vivemos numa época em que a população mais pobre do planeta sofre com o flagelo da fome, de todo o tipo de violência e exploração. Nestes tempos de desigualdades, perpetuadas por um modelo de sociedade que se justifica pela liberdade individual, pela competitividade “salutar” e patenteia a “igualdade” de condições dos indivíduos ao topo da pirâmide social, inferimos que esta “ascensão” depende única e exclusivamente da vontade, da disposição e do alcance das possibilidades pessoais.

Tal modelo, ora instalado, não “discrimina” seus competidores, desde que os mesmos demonstrem “disposição” e “competência” para alcançar os meios, recursos e possibilidades “ofertados” pela sociedade de consumo capitalista a todos, sem distinção de credo, etnia, raça, classe social, etc. Diante de tal realidade, acreditamos seja cada vez mais necessário desocultar os fetiches.

Vivenciando este modelo impregnado até a raiz de contradições é que nos harmonizamos com o método dialético em uma de suas premissas básicas, qual seja: a afirmação de que não basta analisar a sociedade e compreendê-la em seus processos excludentes, mas transformá-la no sentido de superação dos processos alienantes e contraditórios que estruturaram esse modelo desigual, que mina quotidianamente a estrutura objetiva e subjetiva da vida dos sujeitos sociais. Esse modelo que, para desenvolver-se, determinou e determina a milhares de vidas humanas condições inumanas de sobrevivência.

Transformar a realidade, pois, é determinante para a superação das desigualdades engendradas pelo modo de produção ora vigente, possibilitando que de fato seja possível o

atendimento das necessidades objetivas de realização humana. E a transformação da sociedade só é possível pela realização prática dos sujeitos, pela prática social, que tem clareza de finalidade, ou pela *práxis*, definida e orientada numa perspectiva de modelo de sociedade, com justiça e igualdade de condições; pois a prática, orientada por uma intencionalidade, por uma visão de homem sujeito e mundo, reconhecidamente contraditória, é condição necessária para essa transformação, afinal, como refere Marx... “É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento” (1993, p.120).

Portanto, o caráter político do método, isto é, a direção social aponta para a superação da sociedade capitalista: pela *práxis* dos sujeitos sociais; pela não-aceitação de qualquer tipo de exploração humana; pela aniquilação dos meios que perpetuam a miséria e a fome; pela construção coletiva de outro modelo de sociedade, com mais justiça e solidariedade; pela superação da alienação na produção e reprodução da vida social e a garantia da distribuição coletiva da riqueza social produzida, na base dos valores materialistas dialéticos e históricos.

Ainda, conforme refere Prates, a superação (2003, p.88) “mais do que uma síntese implica um confronto mais intenso, mais profundo, um retorno ao passado que reencontrado e aprofundado – liberado de suas limitações – aparece mais real do que no início (exatamente porque superado)”.

A opção pelo método dialético se deveu também aos processos apreendidos em nossa trajetória de vida, compondo a classe social menos favorecida da sociedade capitalista, experienciando a submissão de gênero, a segregação de raça, e assumindo a resistência como estratégia para a manutenção da sobrevivência, numa sociedade que professa a extinção de postos de trabalho em nome da modernidade.

Uma vez identificada nossa trajetória com milhares de outras que se objetivam neste modelo de sociedade, portanto, é justo constatar que somente o método dialético poderia responder com propriedade à investigação proposta, na medida em que explicita estas contradições e o modo como se engendram, com o objetivo de contribuir para a sua superação.

Importante pontuarmos, ainda, que a identificação com o método dialético e a teoria marxiana influenciaram sobremaneira na relação com o mundo do trabalho, com o movimento social, com a militância política e formação profissional, evidenciando, de maneira muito clara, o entendimento de que o trabalho deve ser a realização objetiva e subjetiva do homem no mundo. O trabalho deve ser motivo de prazer e realização das necessidades humanas, deve

libertar o homem e não escravizá-lo. O produto do trabalho humano pode e deve ser transformado e, ao ser reconstruído, deve possibilitar sínteses, entendimento desses processos para além do subjetivismo, como elemento concreto que deve ser compreendido e incorporado à vida e às relações sociais dos sujeitos.

Conforme Marx e Engels:

Será necessário um exame mais profundo para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, suas relações sociais, suas existências sociais, mudam também suas representações, suas opiniões e suas idéias, em suma, suas consciências? (MARX & ENGELS, 2001, p.57).

O método dialético também emprestou-nos ferramentas para aproximar e conviver com o movimento social de outro modo, entendendo o sujeito em construção constante, ou seja, na sua historicidade. Passamos a reconhecê-los em movimentos de alienação e desalienação; com cerceamentos e rupturas; com subjetividade e objetividade; em síntese, a identificarmos o sujeito social como construtor e reconstrutor de história, participando, ora consciente, ora alienado, de processos que movem suas relações históricas e concretas no mundo.

Podemos citar, como exemplo dessa vivência, no movimento de organização dos moradores de rua de Porto Alegre, onde partilhamos seus espaços de participação, as discussões de suas histórias e projetos de vida. Acompanhando-os em espaços de vivência (abrigo), em espaços de protagonismo (conferências), em espaços onde expunham suas fragilidades (plantão social) ou em espaços onde exercitaram a resistência (Movimento dos Moradores de Rua), aproximou-nos do que Marx (1989) chama de “os homens em carne e osso”.

É justo afirmarmos que o método dialético orientou e, mais do que isso, determinou a opção pelo movimento social, reconhecendo, conforme destaca Viana (2000, p.35) “(...) a importância que tiveram (...) e lutas empreendidas, quer contestatórias, conservadoras ou reacionárias, para mover a roda da história até agora”.

A teoria marxiana inspirou-nos a uma militância política consciente: permitindo a leitura e releitura da história; percebendo o movimento do operariado à época da Revolução Industrial; a do trabalhador espoliado do modelo de produção Fordista/Taylorista; a do trabalhador especializado do modelo Toyotista de nossa realidade e fruto desses processos de produção o crescimento na contemporaneidade, não mais do exército de reserva, e sim de “sobrantes” deste modelo de sociedade.

Através dessas leituras, dos processos excludentes e contraditórios, que optamos por estar ao lado dos que sofrem, dos injustiçados, dos marginalizados, dos pobres, dos trabalhadores explorados, dos desempregados, do morador de rua. Mas este “estar ao lado” implicou uma tomada de decisão. Ao fazermos a opção pelo trabalhador explorado, identificamo-nos com o projeto político das esquerdas no mundo.

Ainda segundo Marx e Engels:

Esta organização dos proletários em classe e, assim, em partido político, é rompida a cada instante pela concorrência entre os próprios operários. Mas renasce sempre mais sólida sempre mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para forçá-la a reconhecer, sob forma de leis, certos interesses particulares dos operários (MARX & ENGELS, 2005, p.39-40).

Portanto, ao falarmos nesse estudo da forma de relação do homem com a natureza; do movimento social, como forma de organização da classe trabalhadora; e de suas estratégias para alcançar o reconhecimento de seus interesses, seria quase uma heresia não pautar nossa formação profissional, que tem marcadamente acentuada em seu projeto ético-político, na “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (Código de Ética Profissional, 1993).

Este projeto se concretiza quando assume a causa da defesa dos direitos sociais, interferindo na reprodução das forças sociais, através da inserção nos programas e políticas públicas, viabilizando acesso, à população usuária, aos serviços, informando e participando de fóruns e espaços onde estejam colocadas em pauta questões referentes à população pobre, ao trabalhador explorado; ao desempregado, ao morador de rua, etc.; interferindo ainda, segundo Yamamoto “(...) no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (2004, p.68).

Sendo a população subalternizada, os sujeitos com os qual trabalhamos, concluímos que a categoria, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, recebe, por parte desta sociedade, pouco ou nenhum reconhecimento, pois não interessa à sociedade capitalista dar visibilidade ou *status* à classe que vive do trabalho.

Contudo, em que pese à ideologia dominante, devemos manter coerência no compromisso com a luta pela garantia dos direitos, especialmente aos menos favorecidos, legitimando os documentos que materializam a opção ético-política assumida pela nossa profissão, conforme destaca Yamamoto

O código de ética do assistente social, a democratização do debate profissional impulsionado por suas entidades representativas e os resultantes da revisão curricular dos anos 1980, contribuíram para construir um projeto profissional em uma outra direção social, contraposta à anteriormente mencionada (2004, p.71).

Portanto, são esses os valores que cultuamos: o ser humano como elemento central e a sua defesa intransigente como compromisso incondicional. Norteados por esta ética humana, a “ontologia do ser social”, como referenciou Marx, que iniciamos um “mergulho” na teoria marxiana e assumimos o materialismo histórico e dialético como bússola que informa-nos e orienta-nos nos caminhos trilhados e nos múltiplos que precisam ser trilhados.

5.1 O MÉTODO E A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O tipo de estudo realizado caracterizou-se como qualitativo, pois trabalhamos a partir da análise documental e do aporte dos dados secundários, quantificando-os, mas especialmente buscamos conhecer as representações dos usuários sobre: trabalho e inserção/reinserção produtivas, suas opiniões, desejos e vivências com relação às possibilidades, limites de acesso a políticas públicas que articulem o acesso ao mundo do trabalho, seja via capacitações ou programas de geração de emprego e renda.

Essas questões, que implicam situações objetivas associadas às expressões da subjetividade dos sujeitos, somente podem ser identificadas a partir de uma abordagem que contemple os dados qualitativos.

Segundo Martinelli “no que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos” (1999, p.25).

Conforme Minayo, a pesquisa qualitativa “(...) se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, (...) das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (1996, p. 21-22); ou seja, ela refere ao que há de mais singular e profundo nas relações humanas – a valorização da subjetividade do homem, em sua relação com a natureza, com o outro homem, com o seu interior. Reconhece-o como um ser histórico, isto é, com meios de criar, recriar e transformar sua história.

5.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA

Ao definirmos o tipo de amostra utilizada neste estudo, referenciamos Gil (1995) que classifica os tipos de amostra empregados pela pesquisa social em: amostra probabilística e não-probabilística. Segundo o autor, as primeiras são rigorosamente fundamentadas em leis estatísticas e as não-probabilísticas baseadas em critérios definidos pelo pesquisador.

Os dados a seguir apresentam a totalidade das amostras que aportaram os subsídios necessários para o estudo proposto, totalizando 18 instrumentos aplicados. De um total de 18 entrevistas, 14 foram realizadas com moradores de rua; 2 com gestores municipais e 2 com técnicos sociais, sendo que um dos técnicos hoje atua no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Utilizamos, também, o que Marconi e Lakatos (1996) chamam de “o tipo mais comum de amostra não-probabilística” – a amostra intencional. Nesse tipo de amostra, o interesse está voltado a buscar as impressões dos sujeitos.

Segundo Marconi e Lakatos (1996, p.47) “na amostra não-probabilística intencional o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, nem sempre representativos da mesma, como por exemplo, lideranças de uma determinada comunidade”. Portanto, este estudo é composto por sujeitos, a partir dos critérios que seguem:

- Moradores de rua, que tenham participado de programas voltados à inserção/reinserção produtiva. Destacamos que o objeto do estudo é avaliar as possibilidades de acesso a Programas de Inserção/reinserção produtiva, que viabilizem o acesso desse segmento populacional, no Município de Porto Alegre;
- Assistentes Sociais que trabalhem com esse segmento populacional, e que tenham acompanhado ou acompanhem programas de inserção/reinserção produtiva direcionados a este segmento;
- Gestores e técnicos dos órgãos municipais responsáveis pela Política de Assistência Social – FASC e Políticas de trabalho e renda – SMIC, em Porto Alegre;
- Técnicos de Serviços que ofereçam empregos e possibilidades de capacitação para o trabalho tais como: Agências de emprego, SESI, SINE, SENAC, para avaliar se os critérios exigidos pelos serviços possibilitam a inserção de moradores de rua, ou sujeitos com suas características.

Pretendemos, contemplando grupos diversos, e totalizando aproximadamente 18 entrevistas, não fazermos uma generalização acerca das condições de acesso, mas sim apontar quais são as reais possibilidades existentes, na capital gaúcha, para a garantia desse direito, bem como problematizarmos os critérios excludentes e outros dados que possam emergir da investigação.

Nosso objetivo, ao entrevistar aqueles que participaram e/ou participam de programas direcionados à inserção/reinserção produtiva para o morador de rua, é conhecer suas impressões acerca dessas iniciativas, os aspectos positivos e aqueles que precisam ser superados em programas desse tipo.

Pretendemos, sobretudo, contemplar para tanto algumas questões relativas à: periodicidade da realização desses programas; formas de acompanhamento dos usuários pelos técnicos sociais; níveis de permanência e resposta dos usuários, perspectivas efetivas para o morador de rua de acessar emprego e renda, a partir dessas experiências.

No que se refere aos usuários ainda interessa-nos saber se de fato recebem apoio de outras políticas para seu atendimento integral, se a integração entre as políticas ocorre de fato, nesse tipo de programa, cujo planejamento as pressupõe; e, ainda, se os critérios exigidos para ingresso e permanência em tais programas de fato podem ser atendidos pelos usuários.

Contemplamos também a coleta junto a Assistentes Sociais que tiveram ou tenham experiências com este público, a partir do trabalho realizado em equipamentos públicos do município, além dos usuários dos serviços, e a coleta junto a representantes do Movimento de Moradores de Rua.

Relativo aos serviços que ofertam possibilidades de emprego e/ou capacitação para trabalhadores intentamos problematizar: o perfil do trabalhador em situação de desemprego que procura esses serviços; os percentuais de sujeitos que acessam aos programas de estímulo ao emprego e renda no município; os critérios para o acesso a esses serviços e quais as políticas e alternativas planejadas pelo município, para a efetiva absorção do morador de rua em seus programas de inserção/reinserção produtiva.

5.3 A ESCOLHA DOS INSTRUMENTOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente buscamos a autorização dos locais onde as abordagens serão realizadas, esclarecendo sobre os objetivos do projeto de pesquisa e sua relevância de modo a sensibilizá-los, a fim de que permitissem o acesso aos técnicos e a possíveis dados sobre a temática existente nas instituições. Para o processo de coleta utilizamos a técnica da entrevista, a partir do uso de um formulário do tipo semi-estruturado com questões abertas e fechadas. Segundo Marconi e Lakatos (1982) essa técnica parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, no entanto oferece-nos amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses, que vão surgindo à medida que recebemos a resposta do entrevistado. Dessa forma, o entrevistado seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências, dentro do foco principal colocado pelo entrevistador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Antes, porém, realizamos uma análise documental, do que for permitido acessar na instituição (dados gerais, estudos, listas de espera, cadastros, prontuários) e que possa ser usado como fonte de informação, para podermos identificar quais foram os programas de inserção produtiva ofertados: seus objetivos; público contemplado; resultados obtidos e sistematizados pelo programa, enfim, buscar nesses documentos, materiais que possam ser utilizados como fonte de informação sobre a realidade dos sujeitos sociais, e que tenham relação com o tema investigado.

Utilizamos igualmente, para qualificar nosso estudo, a técnica da história oral que explora as relações entre a história e a memória dos sujeitos; lançando mão ao que Rojas (1994) aponta como as duas formas de história oral: a história de vida e os depoimentos.

Com o segmento morador de rua utilizamos a primeira modalidade, pois a autonomia que é dada ao narrador, na decisão dos fatos, ao detalhar sua história, prevista pelo uso dessa técnica, permitirá que o mesmo discorra sobre sua vida, sentimentos, expectativas e experiências, sentindo-se à vontade para relatar sua história com detalhamentos, ou seja, aportando ao que Rojas (1999) chama de “o não-explicito” das vivências desses indivíduos.

Dispomos, ainda, do diário de campo para registrar as observações, impressões, reflexões e a descrição do processo, o que nos auxiliará posteriormente na elaboração do relatório, “pois é exatamente na etapa do campo que se dá o contato direto com as expressões

das condições e do modo de vida dos sujeitos (...)” (PRATES, 2003, p.136). Portanto, não só o dado é importante, mas em que contexto ele ocorre.

Com os assistentes sociais e os serviços que desenvolvem ações de capacitação e/ou inserção/reinserção produtiva a segmentos vulnerabilizados, utilizamos a segunda modalidade – depoimentos – em que “o pesquisador dirige a entrevista de acordo com seus interesses, distinguindo o essencial do supérfluo e, geralmente, as entrevistas são curtas” (PRATES, 2003, p.131).

5.4 ORIENTANDO A INTERVENÇÃO: AS CATEGORIAS DO MÉTODO MARXIANO

Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar (...)
é ele que me carrega como nem fosse levar...
Paulinho da Viola

Entendemos as categorias como elementos que auxiliam a explicar o fenômeno em seus movimentos na realidade. Dessa forma utilizamos, nesta investigação, as categorias que possibilitaram ampliar nosso olhar e qualificar nossa escuta na aproximação ao objeto de estudo. Utilizamos, pois, como categorias explicativas da realidade: *trabalho, capacitação, inserção/reinserção produtiva, rede/acesso*. As categorias do método utilizadas são: *historicidade, totalidade, contradição e mediação*. Apontamos, também, categorias empíricas, ou seja, aquelas que surgem a partir da fala dos sujeitos e que serão adensadas, teoricamente, posteriormente. Fazemos, a seguir, algumas reflexões sobre as categorias teóricas:

A categoria teórica *trabalho*: o trabalho é prática inerente aos homens em suas relações de produção e reprodução da vida social. É a categoria capaz de dar sentido e concretude à prática do ser social. Nesta investigação, tal categoria auxiliou-nos a desvendar os processos que estruturaram o trabalho na sociedade capitalista: como se desenvolveu, os modelos de produção que incorporou; e, atualmente, a sua reestruturação vem afetando sobremaneira a classe que vive do trabalho. Segundo Yamamoto

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística (2004, p.60).

O *trabalho*, ao mesmo tempo em que é processo de criação e realização do ser social, também é o espaço onde o homem aliena-se, pois ao não se reconhecer naquilo que produz; o *trabalho* se torna um fardo, não proporcionando a sua realização enquanto ser social.

O *trabalho*, portanto, é contraditório, pois, ao mesmo tempo em que é processo de autocriação e desenvolvimento humano, é também o principal espaço onde o homem sofre o processo de alienação (trabalho abstrato – aquele que se restringe ao dispêndio de energia, que é fardo). É importante ainda reconhecermos que o *trabalho* é histórico porque processual, em movimento, porque pressupõe construções anteriores realizadas por outros homens (a linguagem, as ferramentas, as instituições que já encontramos quando realizamos nosso processo de trabalho).

O *trabalho* materializa a relação do homem com a natureza; é pelo *trabalho* que o homem se socializa e objetiva sua interação no mundo. Segundo Yamamoto (2004, p.60) “é pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades”.

Para fins de análise, o *trabalho* nessa discussão, é entendido enquanto possibilidade de acesso e inserção social do morador de rua. O morador de rua expressa o sujeito social, deste modelo de sociedade: estigmatizado, “sobrante”, excluído do processo de acumulação capitalista, e que, por múltiplas determinações, fez da rua sua morada, espaço em que quotidianamente busca estratégia de sobrevivência, busca, com seus iguais, estreitar laços, constituir grupos. Segundo Sposati

As pesquisas e as reflexões mostram que, por mais degradada que seja a condição de vida da população, ela nos diz que tem coragem de enfrentar a vida, seja até pela tática da alienação consentida. Mesmo que se mantenham vivos com um pouco de álcool ou com droga, o exemplo que aqui nós temos é de coragem (1995, p.185).

Essa coragem que os moradores de rua demonstram em suas vivências, não é mais que as resistências constituídas por essa população para sobreviverem. Segundo Castel (2000) diante dos sucessivos processos de marginalização experienciados, alijados dos suportes de sociabilidade, vivenciam a degradação das condições de trabalho.

A categoria teórica explicativa da realidade - *Inserção Produtiva* – é utilizada nesta investigação no sentido de avaliarmos as reais possibilidades de acesso dos moradores de rua aos projetos e programas estatais, voltados à política de emprego e renda em nosso município. Segundo Castel:

Num primeiro plano, as políticas são pensadas como estratégias limitadas no tempo, a fim de ajudar a passar o mau momento da crise, esperando a retomada de regulação melhor adaptada ao novo cenário econômico. (...) As ações de inserção são essencialmente operações de reposição para preparar dias melhores. (2000, p.27).

Nesse sentido, consideramos necessário avançar nas formas de enfrentamento e resistência, nas questões que fragilizam tal população, contemplando políticas sociais, projetos e/ou programas que favoreçam o suporte econômico e social das mesmas. Imbricados neste movimento de inserção produtiva está a Reestruturação Produtiva, visto que a primeira é consequência deste processo e que segundo Antunes (2003) propõe a intensificação do ritmo produtivo e o aumento da exploração do trabalho.

A reestruturação produtiva trouxe consigo a implantação de novas técnicas de produção, acarretando sobremaneira a deterioração das condições de trabalho, pois implementou formas ainda mais individualizantes nos processos de trabalho. A robótica e a micro-eletrônica deixaram pouco ou quase nada ao operário de chão de fábrica, aos “desempregados de longa duração e aos jovens mal escolarizados em busca de emprego” (CASTEL, 2000, p.30). Pois estes, ao perderem seus postos de trabalho e/ou nem acessarem a eles, vêm reduzir suas possibilidades de inserção produtiva no mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que ocupa o lugar de forma aviltantes e alienantes de trabalho, como os modelos Fordistas e Tayloristas de produção, comporta, em contrapartida, a precarização das relações de trabalho, como a terceirização, que nesse contexto se intensifica, e a inauguração do trabalho “virtual”, pois o trabalhador do Toyotismo não vê o produto final do seu trabalho, visto que este é feito em escala, em várias partes do mundo – o produto é transnacional.

Assim, ao referir-se à reestruturação produtiva, em países capitalistas de economia avançada, Antunes adverte,

As formas mais estáveis de emprego, herdadas do Fordismo, foram desmontadas e substituídas pelas formas flexibilizadas, terceirizadas, do que resultou um mundo do trabalho totalmente desregulamentado, um desemprego maciço, além da implantação de reformas legislativas nas relações entre capital e trabalho (2003, p.76).

Na atualidade, a experiência vivida pelo trabalhador em relação ao trabalho diz de um esfacelamento das conquistas sociais, de uma precarização das proteções advindas do trabalho formal, de uma desnacionalização do trabalhador e do trabalho, do esgotamento dos postos de trabalho, da extrema competitividade nos processos produtivos e de exigência em

escala cada vez maiores de qualificação do trabalhador, para ocupação de postos de trabalho cada vez mais restritos.

Com o advento da informática e da robótica, o trabalhador tornou-se especialista em sua área de atuação. Essa conformação dos meios de produção reduziu significativamente, senão eliminou o exército de reserva bastante freqüente em vários momentos da trajetória do capitalismo. Hoje é possível que existam “exércitos”, contudo é seguro inferirmos que não sejam mais de reserva e sim de “sobrantes”.

Nossa investigação busca, ainda, identificar as reais possibilidades de acesso à reinserção produtiva no município de Porto Alegre. Mais do que identificá-las, buscamos problematizar com os agentes implementadores desses programas e/ou serviços, essas alternativas, no intuito de contribuirmos com subsídios para ampliá-las, qualificá-las e potencializá-las. Algumas questões, portanto, orientaram esse processo de problematização:

- Quais os programas de inserção produtiva, existentes hoje no município, voltados ao atendimento da população de rua?
- Qual a efetividade das propostas existentes?
- Quem são os parceiros, no âmbito Governamental (interface entre as secretárias), ONGS, Sociedade Civil, para a viabilização dessas propostas?
- Qual o nível de participação e permanência e o tempo dos moradores de rua nos programas?
- Quais são as estratégias para viabilizar esta permanência?
- Como a rede pública e a conveniada se articulam para potencializar essas iniciativas?

A resposta a estas questões possibilitou o acesso a alguns dados que nos permitiram inferir sobre o alcance social dos programas de emprego e renda e/ou sobre o objeto de análise – a Inserção Produtiva dos Moradores de rua de Porto Alegre – na perspectiva da garantia de direitos, e cidadania, entendidas como condições necessárias para que a população de rua pudesse superar essa condição e de fato construir sua autonomia e protagonizar sua vida em condições mais favoráveis.

A categoria teórica explicativa da realidade – *rede* – foi utilizada para possibilitar a constatação da existência ou não de um conjunto de recursos e/ou serviços ofertados a este segmento populacional, respeitando suas particularidades e, assim, viabilizando o seu efetivo

acesso e à (re)inserção em alternativas de geração de emprego e renda, bem como sua articulação com outras políticas tais como: saúde, habitação, educação, para que este acesso se concretize. Segundo Baptista

O atendimento em rede se constitui pela articulação de um conjunto amplo e dinâmico de organizações diversas, em torno de interesses comuns, realizações complementares em um processo unitário e coerente de decisões, estratégias e esforços, (...)traduzindo-se em vínculos horizontais, de interdependência e complementaridade (...)interconectando agentes, serviços, produtos e os diversos tipos de organizações (2000, p.58).

Portanto ao avaliarmos a existência de uma *rede* é fundamental não só verificar se há recursos sociais disponíveis, mas os níveis de integração entre os serviços, planejamento conjunto e, especialmente, controle social.

É, pois, exatamente a partir do estímulo a participação e organização dos atores sociais, para a condução de seus processos e da legitimação dessas formas pelo conjunto de serviços, que podemos falar em *redes*. Não basta, portanto, um conjunto de recursos sociais, mas iniciativas articuladas, que compatibilizem estratégias, compromissos e recursos para que ocorra de fato a superação da simples aglutinação de recursos que, fragmentados, perdem efetividade. É preciso, portanto que essa articulação, conforme uma unidade, responda e esteja atenta à real necessidade da população usuária.

Discutir a *rede* como uma proposta viável de retaguarda aos moradores de rua, em suas demandas estruturais e pontuais, é reconhecer, nesses sujeitos, possibilidades efetivas de organização e participação; é afiançar parcerias que os “empoderem” e permitam a realização de resistência e enfrentamento ao modelo ora vigente, que relega esta parcela da população a situações de extrema desigualdade e reduz significativamente suas chances de sobrevivência.

Portanto, a *rede*, enquanto categoria foi o elemento que auxiliou-nos no processo de análise, a fim de verificar se este segmento tem realmente acesso aos programas e serviços que a conformam e se estes programas efetivamente viabilizam a sua inserção.

5.4.1 Aprofundando as Categorias do Método

As categorias dialéticas são constitutivas da realidade. Profundamente imbricadas são separadas apenas para que se adense sua explicitação, enquanto elementos que auxiliam

no processo de desvendamento/intervenção no/do real. Embora o método dialético contemple uma multiplicidade de categorias, como destacamos anteriormente, é imprescindível a utilização das que passamos, então, a problematizar, para que numa investigação possa ser caracterizada como dialética, materialista e histórica (PRATES, 2003).

A *totalidade* como uma das categorias do método dialético, vai propiciar em nossa investigação, a análise do todo, isto é, do conjunto de situações e condições do contexto onde o sujeito social está inserido. Segundo Prates,

A totalidade, mais do que a reunião de todas as partes significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera os sentidos de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historização dos fenômenos que a compõem (2003, p.87).

Esse todo que não é dado e está em permanente movimento de autocriação, como refere a autora, é o que dá a idéia exata do movimento do sujeito social, suas inter-relações no meio em que vive e a interconexão desse meio como a superestrutura. É o ser social no seu cotidiano: experienciando situações, resistindo às intempéries, avançando em estratégias, fazendo a leitura da realidade e mediando o acesso à mesma, a partir de suas impressões e/ou necessidades. É o local e o global afetando sobremaneira as relações do ser social, quer ele os perceba ou não. Segundo Kosik

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (1976, p.42).

Dessa forma, ao analisarmos o fenômeno, não imaginamos esgotar todos os fatos, mas problematizá-los de forma articulada para que as partes inter-relacionadas constituam sucessivas totalizações provisórias. Pois, ao investigarmos as efetivas possibilidades de inserção produtiva dos moradores de rua de Porto Alegre, devemos ter presente o lugar de onde falamos, qual o contexto nacional e internacional do trabalho/emprego no modelo de acumulação vigente, bem como suas refrações na vida singular dos sujeitos. São esses fatores articulados e problematizados que poderão viabilizar a apreensão da totalidade fundamental, para tentarmos explicar o tema investigado.

Isso não significa o esgotamento da realidade, sempre maior do que a capacidade de apreendê-la, mas a busca pela apropriação do conjunto de fatores que a condicionam dentro dos limites e possibilidades históricas, que também condicionam a investigação e o pesquisador.

Então, a *historicidade* é o reconhecimento da processualidade do movimento de transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais. Pode ser caracterizada como “resgate do conjunto de fenômenos que aconteceram e acontecem na vida dos sujeitos, grupos, instituições ou comunidade” (PRATES, 2003, p.96). É, segundo a autora, a história desses atores, mas que mostrará quem eles são, que contradições engendraram suas vidas, que episódios podem ser considerados fatos significativos. A história mostra também que o “movimento que realizam esses sujeitos e instituições, é o reconhecimento da processualidade (...)” (PRATES, 2003, p.96).

Apoiamo-nos, pois, em Marx, que traduz a processualidade dos fenômenos sociais ou a *historicidade*, referindo que

As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado (2001, p.11).

Portanto, a *historicidade*, na presente pesquisa, auxiliou-nos a perceber o movimento dos moradores de rua, extratos de suas histórias de vida, de suas perdas, rupturas de vínculos com a família, com o trabalho e a sociedade. Permitiu-nos, ainda, a partir da utilização de estudos anteriores complementados por este, compreendermos esses sujeitos na sua totalidade: contemplando sua subjetividade e objetividade, possibilitando identificar de que modo vivenciaram seus processos, valorizando-os e entendendo-os a partir dos elementos e movimentos que constituem a sua história e o contexto que a condicionou.

Mais do que categoria de interpretação do real, a *historicidade*, constitui o próprio movimento do real, como de resto as demais categorias dialéticas que emergem da realidade e a ela retornam para que se possa explicá-la (PRATES, 2003).

A categoria *contradição*, nessa proposta de investigação, possibilitou-nos desvendar o que não estava explícito, o que não aparece à primeira vista, o que precisa ser confrontado, analisado e compreendido a partir de vários movimentos de desvendamento do real. Segundo Lefebvre,

O homem luta contra a natureza (...) precisa vencê-la, dominá-la, através do trabalho, da técnica, do conhecimento científico, pois só assim se realiza como homem... Quem diz contradições, diz também problemas a solucionar, dificuldades, obstáculos – portanto luta e ação – mas, outrossim, possibilidades de vitória, de passo à frente, de progresso (1991, p.13).

A sociedade capitalista é profundamente contraditória. As oposições inclusivas se expressam no enriquecimento produzido pela força de trabalho, do sujeito assalariado, que a ele não retorna como melhoria de sua qualidade de vida; ao contrário, esse enriquecimento é apropriado por alguns poucos e ao trabalhador o que sobra é o estranhamento produzido pelo trabalho sem sentido, a escravidão das fábricas, das máquinas, é a desvalorização do único produto que lhe pertence – sua força de trabalho. Segundo Prates,

(...) não basta explicar as contradições, é preciso reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas; uma base objetiva real; na verdade, mostram que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições (2003, p.88).

A *contradição* é categoria permanente no cotidiano da sociedade capitalista. Convivemos impregnados dela, fato constante é proclamar este modelo (capitalismo), possibilitador de o indivíduo alcançar o “seu espaço ao sol”, a partir de seus méritos, quando sabemos que as condições de competir não são iguais, os acessos não são os mesmos e os recursos, disponibilizados à ascensão, são escassos e poucos privilegiados os que possuem.

Concordamos, pois, com a teoria Marxista que rejeita “... deliberadamente a acabada, imóvel e mútua subordinação dos elementos do homem e da sociedade, como também a hipótese de uma harmonia espontânea” (PRATES, 2003, p.90).

Ignorar a *contradição* existente nas relações sociais do modelo de sociedade capitalista é ignorarmos o movimento da realidade; é, pois, ignorarmos a relação exploradores-explorados, ou melhor, a luta de classes, tantas vezes negada por alguns, mas que permanece presente no capitalismo.

Nesse sentido, a *contradição* expressa a tensão existente entre o sujeito histórico, morador de rua, e as efetivas possibilidades de inserção produtiva no capitalismo, que há muito descartou esse segmento populacional da sociedade salarial, fazendo com que constituísse uma das parcelas mais vulnerabilizadas que conforma o seu “exército” de sobrantes.

Como contraponto, avaliamos que, quotidianamente, ao buscar estratégias de sobrevivência e ao experienciar diversas formas de colocar sua força de trabalho como valor

de troca, o morador de rua experimenta movimentos de superação, mesmo que não tenha consciência deste movimento, pois ao resistir supera-se e evidencia a *contradição*.

A *mediação* é a categoria do método que possibilitou a articulação do conjunto das categorias de análise, trazendo como contraprova os dados de realidade. Segundo Pontes,

A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto (1991, p.41).

Dessa forma, as *mediações* permitem penetrar nos nexos do real, desvendando suas *contradições*. Também “(...) são os recursos necessários para desvendar as vias de resistência e vias de transformação” (MARTINELLI, 1993, p.138). Pela *mediação* ingressamos nos nexos constitutivos do real, implicando no desvendamento das *contradições*.

6 ETAPAS DO ESTUDO

Como propomos anteriormente, a pesquisa foi realizada com moradores de rua que participaram de programas voltados à inserção produtiva e também os que não experienciaram o ingresso nesses programas; com os Assistentes Sociais que trabalham com este segmento populacional e que acompanharam ou acompanham programas de inserção produtiva voltados a este público. Contemplamos, também, gestores e técnicos dos órgãos municipais responsáveis pela política de assistência social em Porto Alegre, Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, políticas de trabalho e renda Secretaria Municipal da Indústria e Comércio – SMIC e técnicos de serviços que ofertem empregos e possibilidades de capacitação para o trabalho.

Inicialmente buscamos autorização dos serviços (equipamentos públicos, secretarias municipais, escolas profissionalizantes e agências de recursos humanos) para realizar visitas nesses espaços, instigar a sensibilização dos profissionais desses serviços e usuários que participam dos programas, com seus relatos e experiências, assim como as documentações disponibilizadas pelos serviços (bancos de dados). Isso possibilitou-nos a coleta de dados para a efetivação da pesquisa.

A autorização para realizarmos a pesquisa nos equipamentos e serviços da fundação, ficou aguardando parecer do corpo diretivo por dois meses, desde 28/06/2006, após esse período foi liberada a autorização para aplicarmos os instrumentos na instituição. Na Secretaria de Indústria e Comércio – SMIC, obtivemos a solicitação de visita às suas instalações e aplicação do instrumento de pesquisa aos gestores, num período de 48h. As agências de recursos humanos e serviços, como o SENAC e O SESC, foram selecionados aleatoriamente e informados no momento do contato sobre o objetivo do questionário.

Concomitantemente, realizamos ampla leitura sobre o tema central desta investigação e aqueles que lhe são transversais, buscando aprofundar conhecimentos sobre a problemática em questão. Dando prosseguimento, elaboramos os instrumentos de coleta. O momento seguinte constituiu a testagem dos instrumentos de pesquisa, que foram posteriormente utilizados para a coleta junto a profissionais e usuários dos equipamentos

públicos, recursos e/ou serviços profissionalizantes. Os instrumentos aplicados com a população de rua e com os técnicos dos equipamentos sociais encontram-se nos Apêndices A, B e C.

Após o período de coleta realizamos o processo de análise do material quantitativo, que foi trabalhado a partir de tratamento estatístico. Para a realização do processo de análise qualitativa utilizamos a técnica da análise de conteúdo, pois além de facultar a verificação de hipóteses e/ou questões norteadoras essa técnica possibilita, segundo Gomes (1996, p.74) “a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. E é possível aplicá-las, como refere Gomes (1996, p.74) “a partir de princípios de pesquisa quantitativa ou qualitativa”.

Segundo Bardin (1979) a análise de conteúdo abarca dois tipos de comunicação: a instrumental e a representacional. Na primeira, a ênfase central é atribuída ao contexto e às circunstâncias em que a mensagem foi produzida; na segunda, a centralidade está no uso das palavras.

Após o processo de análise dos dados coletados, realizamos sua interpretação orientada pela teoria que serviu de base acrescida de outras inferências.

A nossa intenção, neste estudo, é de socializar os dados e reflexões apresentadas às equipes técnicas das instituições, serviços e seus usuários em momento especialmente agendado para este fim, no intuito de contribuirmos com a qualificação dos serviços prestados. Pretendemos, assim, dar maior visibilidade à importância dos programas de reinserção/inserção produtiva e contribuir com processos avaliativos sobre o atual estágio dos referidos programas no município, no que concerne à possibilidade de inclusão do morador de rua. Nosso objetivo, ainda, foi dar visibilidade a que os serviços públicos, governo e sociedade oferecem de suporte e retaguarda a esse público em especial, a fim de contribuir para a elaboração, implementação e/ou qualificação dos recursos já existentes, voltados a amenizar a situação de miserabilidade de significativa parcela da população “mercadoria”, para utilizar a expressão de Marx (2005).

Para a análise dos dados quantitativos coletados: idade, sexo, tempo de desemprego, profissão/formação, inserção no mercado de trabalho, conhecimento sobre programas sociais, avaliação sobre esses programas e sua possível reedição, efetuamos o tratamento estatístico simples. Os dados foram organizados em um mapa, processo que auxiliou-nos na interpretação.

Quanto aos dados qualitativos foram organizados de modo que as respostas dos entrevistados, a cada questão específica, fossem agrupadas possibilitando a realização da

leitura flutuante, conforme orienta a técnica de análise de conteúdo, seguida de codificações, identificando, a partir das categorias, a explicitação na fala dos sujeitos.

Este movimento possibilitou-nos, também, a realização de avaliações temáticas e freqüenciais, de acordo com a metodologia de pesquisa proposta neste estudo.

Do total dos (14), moradores de rua verificamos que em sua maioria (10) são do sexo masculino. Estudos anteriores sobre moradores de rua, já apontavam para a predominância masculina deste segmento (REIS, PRATES, MENDES, 1995; ABREU et al, 1999; PRATES, ABREU e REIS 2001). Tais estudos também apontam que esses sujeitos apresentavam como características comuns histórias de sucessivas perdas, onde se incluíam: o trabalho, a casa, a família e a própria auto-estima.

No que se refere à idade dos entrevistados, verificamos que as maiores concentrações estão na faixa entre 40 e 45 anos (5 de 14) e na faixa dos 60 e 65 (3 de 14).

— (...) *qualquer coisa faria, até pela comida... Mas não me aceitam, (...) a idade atrapalha... (M.L.L.S, 62 anos).*

— (...) *Um dos fatores (justificando os motivos que dificultaram para que conseguisse trabalho) foi a idade (L.C.R.V, 61 anos).*

A permanência ou reentrada no mercado de trabalho de pessoa com cerca de 60 anos torna-se mais difícil (...) São vistos como pessoas lentas, com reduzida força produtiva, desatualizadas e até incapacitadas para o trabalho (BULLA e tel.2004).

As falas citadas revelam a apreensão desse público, à medida que a idade torna-se também mais um obstáculo ao seu acesso ao trabalho. O mercado de trabalho, na atualidade, impõe regras para o ingresso dos sujeitos e sua permanência, dentre as quais a de ter idade “adequada” para dar conta das novas exigências, impostas pela reestruturação produtiva. Sujeitos com mais de 40 anos já são considerados velhos para ingressar no mercado formal, aqueles com mais de 60 anos, então, têm suas possibilidades ainda mais reduzidas.

Quanto à formação/profissional dos entrevistados os dados podem, num primeiro momento, surpreender, pois a totalidade (14) afirma possuir formação, contudo isso apenas confirma o que referem os autores que discutem o mundo do trabalho.

Em relação ao tipo de experiência profissional ou formação dos entrevistados verificamos uma gama diversificada de profissões que vão desde o trabalho na construção civil, indústria e serviços, tais como: (empregada doméstica-2, servente de limpeza-1,

Instalador hidráulico-2, estofador-1, pintor letrista-1, porteiro-1, cobrador de ônibus-1, apontador-1, servente de obras-1, carpinteiro 1, cabeleireiro 1, auxiliar de cozinha 1, manicure 1, refrigerador industrial 1, azulejista 1, lavador de vidros 1, jardineiro 1, colheita de maçã 1).

Tem sido uma tendência freqüente a redução do proletariado industrial fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada. Esse proletariado se desenvolveu intensamente na vigência do binômio taylorismo/fordismo e vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, o desenvolvimento da *lean production*, a expansão ocidental do toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo, a flexibilização e desconcentração (e muitas vezes desterritorialização) do espaço produtivo (ANTUNES, 2003, p.104).

Segundo Mattoso (1999) é possível visualizar esse processo quando se observa o crescimento acelerado das terceirizações, a redução de custos, em especial o da mão de obra, a flexibilização da legislação que regula o trabalho, a disposição do empresariado em abrir mão do crescimento via produção, aumentando seu lucro via internacionalização e financeirização do capital e como agravante dessa situação, destacamos a fragilização, na sociedade capitalista, da tradição que “identifica cidadania com o exercício de um trabalho” (MATTOSO, 1999, p.19).

Esses elementos são combinados com o perfil da população que habita as ruas dos grandes centros, agravando ainda mais a situação desses sujeitos já vulnerabilizados. A baixa escolaridade da mão de obra, conforme estudos de Mendes e Silveira (2004); Snow e Anderson (1998) confirmam os dados levantados por esta investigação, ou seja, que a grande maioria dos entrevistados (12 de 14) não possuía o ensino fundamental concluído, aliado à saúde fragilizada por uma série de agravantes da condição de estar na rua (pneumonia, tuberculose, Aids, drogadição, entre outros); e a média de idade alta para o ingresso e/ou reingresso ao mercado de trabalho, 40 a 45 anos (5 de 14) e 60 a 65 anos (3 de 14).

A partir de dados desta investigação, comparados aos estudos apontados anteriormente, é possível inferirmos que muitos desses sujeitos compunham uma parcela da classe trabalhadora, que com o avanço das transformações tecnológicas de um lado e a desaceleração da produção de outro, viram seus postos serem reduzidos e/ou extintos e suas condições de trabalho crescentemente precarizadas.

Quando questionados sobre sua situação de trabalho e renda, a maioria (10 de 14 entrevistados) respondeu que não estava inserido em qualquer atividade produtiva e que não recebia renda alguma; 1 entrevistado afirmou trabalhar como catador de material reciclável e 2 na venda do jornal Boca de Rua – produzido pelo movimento dos moradores de rua. Porém,

todos consideram tais ocupações como “bicos”, ou seja, subemprego; e um entrevistado referiu possuir renda (benefício-aposentadoria). Dessa forma, pudemos inferir que esta população acaba por limitar suas condições de sobrevivência e desenvolvimento.

O mais grave é que a manutenção e a intensificação desse processo de precarização das condições e relações de trabalho, em uma sociedade desigual e em um mercado de trabalho relativamente pouco integrado, vão rompendo identidades e gerando anomalias (MATTOSO, 1999, p.19).

A sociedade capitalista, por suas características, contribui para a manutenção das condições históricas daqueles aos quais ela resiste em dar visibilidade. Contudo, com tal gesto, se exime de sua parcela de contribuição na manutenção destas condições; dessa forma, naturaliza a grave, senão dramática, condição de trabalho e/ou a total inexistência deste, em que está relegada a população de rua.

Dos 3 entrevistados que mencionaram estar trabalhando, quando questionados sobre sua atividade a definiram da seguinte forma,

— (...) não é trabalho é só para sobreviver (...) (O. S., 45 anos).

— (...) é bico, só da para comer, ganha uns 5 “pilas” vendendo uns jornais (...) (A.C.R.C., 42 anos).

— (...) é bico (M.A.M.S, 23 anos).

Conforme bem destaca Singer:

Os excluídos de semelhantes posições de classe são forçados a ganhar a vida em ocupações precárias como atividades sazonais ou trabalhos semiclandestinos: vendedores ambulantes, lavadores de carro estacionados em lugares públicos etc. (SINGER, 1998, p.64)

Essas falas, na verdade aparecem na maioria dos relatos, quando informam as estratégias utilizadas para conseguir alguns trocados, se desejam adquirir/comprar alimentos, cigarros, bebidas, etc. Contudo, em sua maioria, os moradores de rua entrevistados enfatizam que essas estratégias são “bicos”, não reconhecem como trabalho.

Quando questionados sobre o tempo de desemprego, a maior concentração dos entrevistados (5 de 14 entrevistados) referiu estar há menos de 1 ano desempregado, a seguir aparece os que estão desempregados por período que varia entre 5 e 10 anos (4 de 14), entre 1 e 5 anos de desemprego (2 de 14), entre 10 e 15 anos (1 de 14), entre 20 a 25 anos fora do mercado de trabalho.

O desemprego, objeto que compõem esta investigação, é na atualidade fonte de boa parte das apreensões da classe que vive do trabalho. O medo de perdê-lo atemoriza milhões de homens e mulheres nos diferentes continentes, em especial nos países periféricos, por sua dependência, em alguns casos, crônica, das economias dos países centrais.

Dessa forma, julgamos que discuti-lo da forma mais ampla possível, possa levar a “tecer” redes, canais que possibilitem buscar saídas/estratégias e que incluam os mais diversos segmentos populacionais, apresentando reduzidas condições de concorrer no ingresso e/ou reingresso ao mercado formal de trabalho.

No entanto, alternativas que possam efetivamente incluir sujeitos como os que se encontram em situação de rua, devem pautar-se numa outra lógica, isto é, no reconhecimento desses sujeitos como cidadãos.

A análise dos dados qualitativos, que emergem da articulação desses questionamentos com os dados surgidos na coleta de campo com os sujeitos investigados – os moradores de rua – permitiram-nos fazer aproximações com as questões que norteiam esta pesquisa. Essas aproximações contribuíram para desvendar as questões de pesquisa, embora tenhamos sempre presente que, mesmo ao término dessa investigação “(...) o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser encarado de forma provisória e aproximativa” (GOMES, 1996, p.79).

Concordamos com o autor, pois ao analisar dialeticamente a sociedade e as relações que o homem com ela estabelece, ficamos condicionados pelos limites de possibilidades de apreensão e pela provisoriidade que pressupõe a superação.

Podemos destacar, ainda, ao tratar da análise dos dados da pesquisa qualitativa, a qual tem sido um momento de intenso prazer e cumplicidade, que ao mergulhar nos dados estes têm se descortinado repletos de riquezas, particularidades, histórias que apresentam os sujeitos e os privilegiam.

Julgamos ser este um momento extremamente rico, quando a partir do registro das suas expressões observamos o sujeito revelar-se na pesquisa. Martinelli (1999) ilustra com propriedade este momento quando diz que “(...) cada pesquisa é única, pois se o sujeito é

singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele. E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação” (1999 p.22).

Dessa forma, reafirmando os valores e a opção pelo método marxiano trabalhamos com a pesquisa qualitativa por esta constituir um “(...) exercício político, uma construção coletiva, que não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão” (MARTINELLI, 1999, p.27).

Cumpramos destacar que o instrumento de pesquisa traz, em cada questão, categorias centrais que contribuíram para a realização da análise proposta. Contudo, pelo fato de termos utilizado um instrumento com questões abertas, novos conteúdos e categorias surgiram qualificando o processo de desvendamento e permitindo a análise de elementos que, num primeiro momento, não foram elencados como categorias de análise. Porém, é notório que emergiriam como tais, na verdade a proposta é essa: estarmos abertos a novas possibilidades, pois, acreditamos que esse deva ser o movimento de todo o processo investigativo.

O primeiro desses elementos, ou categorias analisadas, é o desemprego, surgido a partir da dimensão – significado de não ter trabalho. A totalidade dos entrevistados (14) destaca que *é ruim não ter trabalho*. Com o intuito de aprofundarmos o que eles manifestavam com a valoração ruim, insistíamos na questão.

Os moradores de rua a partir de então definiram essa expressão, destacando os sentimentos que lhes causava o fato de não ter trabalho: A maioria das respostas privilegiava aspectos psicológicos como tristeza, angústia, estresse, baixa auto-estima (8 dos 14 entrevistados).

As falas a seguir podem traduzir o prejuízo psicológico vivenciado por esses homens e mulheres, consequência direta da ausência do trabalho, aliado à sua situação de estar na rua:

— (...) tristeza, falta de apoio... Ver os outros irem trabalhar todos os dias, de manhã cedo e a gente só olhando (...) (A.C.R.C, 42 anos).

— (...) é horrível. As pessoas te “tacham” como vagabundo, ladrão... passam na rua e não dão nem bola para ti (...) (M.R.C, 31 anos).

— É difícil, porque todo mundo precisa de dinheiro para se alimentar, pra ter uma casa pra morar...e sem trabalho a gente não tem nada disso...Não é bom morar na rua...(M.A.M.S, 23 anos).

— (...) isso (estar sem trabalho) está me levando a beber e a me drogar...(J.D.S.S, 44 anos).

Estudos internacionais, relativos à situação de moradores que foram sistematizados por Abreu et al (1999), em pesquisa realizada em Porto Alegre, sobre as condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos, mostram que as condições de trabalho, já difíceis para quem não tem moradia, apresentam outras fragilidades e são agravadas pela situação de falta de acesso a políticas, tais como: saúde, habitação e assistência social, entre outras.

Vivemos um momento histórico desconfortável, marcado pelo fenômeno da globalização e ofensiva neoliberal, agudização da questão social, desestabilização das políticas públicas, negação de valores éticos e seu corolário de desequilíbrios, mascaramentos, conflitos, desigualdades, exclusão. O morador de rua, sem dúvida é a expressão máxima desta exclusão, diante de nossos olhos em números cada vez mais expressivos não podem ser banalizados como parte integrante do cenário de nossa cidade (PRATES et al 1994, p.29-30).

Convivendo com ausências desde a mais tenra idade, esses sujeitos, mais do que trazer em suas falas, tendem a introjetar sentimentos de menos valia, provocando, dessa forma, abalos em sua já fragilizada condição física. Presentes nas respostas trazidas pelos moradores de rua, ainda que em menor proporção (3 de 8), estão os aspectos físicos e estruturais tais como citados por eles: não ter moradia, a fome, a precariedade dos “mocós” – locais aonde buscam abrigar-se do frio, chuva, servindo também de lugar de repouso quando a noite, o cansaço ou o que chegar primeiro se abater sobre eles.

Segundo pesquisa realizada com moradores de rua em Porto Alegre (Abreu et al, 2000), no período, o uso de drogas, especialmente do álcool, foi mencionado por 69,1% dos moradores de rua entrevistados.

Tal dado mostra a gravidade da problemática e a necessidade de priorização em garantir o acesso dessa população às políticas de saúde, de modo articulado; também a outras iniciativas de inclusão, entre as quais as de reinserção produtiva, para que possamos realmente falar em enfrentamento efetivo, pois a dependência química é fato que, além de precarizar ainda mais uma saúde já frágil, impede o acesso ou a permanência no trabalho. Não ter trabalho produz ainda, nesta população, o sentimento de inutilidade, de não pertencimento, de desvalorização, o que podemos verificar na fala dos entrevistados abaixo:

- (...) é ser um João ninguém (...) é não estar integrado na sociedade (O.S, 45 anos).
- (...) significa me sentir inútil socialmente (L.C.R.V, 61 anos).
- Fico triste, queria permanecer no trabalho. (...) a gente fica apenas três meses depois mandam embora, sem dar explicação (A.S.P, 30anos).

Em consequência disso, destaca Castel:

Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, um pouco como os proletários do início da industrialização (...) Porém, quando se é um indivíduo só, não ousa dizer, arrisque-se a estar completamente desmunido (...) pois perdem tão rapidamente o suporte de uma condição salarial que acabam por perder também a possibilidade de controlar o futuro (2000, p.252).

Em um primeiro censo de moradores de rua, realizado em Porto Alegre, em 1994-95, (REIS, PRATES e MENDES, 1995) foi constatada a existência de 222 moradores de rua, maiores de 14 anos, na capital. Os principais motivos mencionados pelos entrevistados, segundo os autores, que os levaram a buscar a rua como estratégia de sobrevivência foram problemas no relacionamento em família (28,8%) e o consumo indiscriminado do álcool/drogas (22,5%). O estudo também aponta que estes sujeitos eram na maioria homens (70%) e apresentavam como características comuns histórias de sucessivas perdas, onde se incluía o *trabalho*, a casa, a família e a própria auto-estima.

Os desafortunados de Snow e Anderson (1998) ou “sobrantes” como são chamados por Castell (2000) são denominações que identificam/denominam a população pobre e desempregada, que vive à margem da proteção social e que habita e sobrevive nas periferias dos grandes centros urbanos. São invisibilizados por uma sociedade que os renega e os discrimina, atribuindo-lhes o estigma de: vagabundos, doentes, loucos de rua. Esses adjetivos permeiam o cotidiano da população que vive nas ruas. Ressaltamos o modo como os americanos Snow e Anderson abordam sobre essa população:

Há muito tempo os moradores de rua são considerados como indivíduos que são funcionalmente inválidos em uma ou mais maneiras. (...) Mais recentemente, as deficiências que foram o foco de muitas pesquisas e discussão incluem a doença mental, o alcoolismo e vício de drogas, saúde física ruim e antecedente de comportamento criminoso. O argumento básico é que os indivíduos com uma ou mais dessas deficiências são os mais suscetíveis ao desabrigo porque “são os menos capazes de negociar com sucesso os mercados de trabalho e moradia, de usar o sistema de bem-estar, ou de obter apoio da família, parentes e amigos” (1998, p.407-408).

Podemos considerar, portanto, que ao expressarem o significado de não ter trabalho, a população de rua materializa o que apontam os estudos existentes sobre este segmento, tanto internacionais como nacionais, reconhecendo que sua perda, falta ou dificuldade de acesso constitui um dos elementos centrais e condicionam o processo de realização e a manutenção dos sujeitos nessa condição, mesmo associados a outros fatores.

Dessa forma é relevante apontarmos a importância do trabalho como instrumento necessário ao resgate de valores construídos socialmente, assim como investimentos na saúde física e mental desses homens e mulheres (SNOW e ANDERSON, 1998, REIS, PRATES e MENDES, 1996; ABREU et al, 1999; BULLA et al, 2004), entre outros.

Dando prosseguimento à análise qualitativa, outro aspecto abordado foi o significado do trabalho na vida desses sujeitos. A categoria teórica *trabalho*, como referimos anteriormente, é a categoria capaz de dar sentido e concretude à prática do ser social. Do total dos entrevistados, a maioria (9 de 14) traz em suas falas aspectos psicológicos positivos, tais como: alegria, tranquilidade, sentimento de integração, sentir-se cidadão, sentir-se valorizado e reconhecido.

O depoimento de alguns dos entrevistados, melhor expressa o significado que tem o trabalho para estes sujeitos:

- (...) *Ter trabalho é ter tudo, é uma honra, qualquer trabalho é honra. (A.R. S, 52 anos).*
- (...) *estaria alegre... Já teria um sorriso no rosto, (...) poderia estar no meio da sociedade... (A.C.R.C, 42 anos).*
- *Mesmo sendo morador de rua... Se tu esta trabalhando a sociedade vai te olhar com outros olhos, pois vai ver o teu crachá e te respeitar... Porque eu estou trabalhando (M.A.M.S, 23 anos).*

A impossibilidade de sentir-se incluído no mundo do trabalho determina a essa população um duplo sofrimento: o primeiro é a discriminação sofrida, pois ao não acessarem ao mercado de trabalho são estigmatizados. Conforme Snow e Anderson “o senso comum (...) freqüentemente sustenta, (...) que os moradores de rua fogem do trabalho regular porque são preguiçosos” (1998 p.185). O segundo é que vivenciam,

(...) uma série de dificuldades (afastamento do mercado de trabalho, perda de contato com a família aparência, ausência de moradia, problemas de saúde, etc.) Trata-se da fase extrema do processo, produto de um acúmulo de fracassos que conduziu a uma forte marginalização. Não tendo mais nenhuma esperança de sair dessa situação, essas pessoas têm o sentimento de que são inúteis à sociedade (PAUGAM, 1999, p.49,50).

Assim, buscarmos estratégias que proponham a superação dessas visões equivocadas e incidam efetivamente na redução da discriminação, pode contribuir, juntamente com as oportunidades de capacitação e inserção em postos de trabalho, cooperativas ou outras formas alternativas de geração de trabalho e renda, articuladas a outras políticas que privilegiam a organização interna: o resgate da auto-estima, o tratamento do alcoolismo, o acesso à moradia; e mesmo a retomada do convívio com regras exigidas pelo mundo do trabalho, tais como: o cuidado com a aparência, o cumprimento de horários, entre outras, sem as quais dificilmente estes sujeitos conseguem permanecer inseridos nos postos de trabalho. A fala de um morador de rua, apresentada por pesquisadores da temática, mostra a importância desse conjunto de ações que precisam ser realizadas de modo integrado. Diz o entrevistado:

— “(...) ganhei a casa e bebi a casa” (PRATES, REIS, MENDES, 1996).

Durante um dos registros, em que o morador de rua expressava o significado de ter algum trabalho, expôs, ainda que se tivesse a oportunidade de realizar atividade produtiva, no seu entendimento, uma seqüência de fragilidades, poderia ser superada, entre as quais as dificuldades de subsistência e mesmo o restabelecimento das relações familiares e da própria dignidade, o que podemos verificar na expressão que segue:

_ (...) É estar com a família, ter o meu salário, ir ao supermercado, pagar as minhas contas, (...) ter dignidade, poder escolher o que vou comer e aonde vou. (...) O trabalho é tudo se tu não tens trabalho tu não é ninguém (L.E.A. F, 45 anos).

Afinal, o trabalho no imaginário social assume lugar de destaque e na sociedade capitalista e determina a subordinação dos que possuem para a troca, com os detentores dos meios de produção, apenas a força de trabalho.

Marx (2001) explicita assim esta relação: “na sociedade atual, os meios de trabalho são o monopólio da classe capitalista; a dependência que daí decorre para a classe operária é a causa da miséria e da servidão em todas as suas formas” (p.99).

Como resultante desta forma de viver o trabalho, na sociedade capitalista, os indivíduos antes mesmo de se reconhecerem como homens, mulheres, jovens, cidadãos, identificam-se como médicos, advogados, mecânicos, papeleiros, ou desempregados.

A partir do momento em que o reconhecimento do outro se reduz ao que ele faz, esta sociedade tenta forjar na consciência da classe que vive do trabalho o seu valor de troca,

assim se o seu trabalho pode ser disponibilizado como mercadoria ele perde sua própria existência.

Dessa forma, podemos inferir que o trabalho, para a população de rua, assim como para toda a classe que vive do trabalho, não difere em termos de significado, pois o desejo por conseguir trocar sua força de trabalho, marca a expectativa e a vivência dessa classe e de segmentos como os moradores de rua.

No entanto, para os últimos, as possibilidades concretas de inclusão são bem mais limitadas ou quase inexistentes. É possível que nestes processos os indivíduos experienciem mais do que a fragilização dos vínculos sociais, mas em algumas situações sua total ruptura.

Uma vez sem referências de moradia, de trabalho, de espaços onde tenham vínculos que os possam fortalecer os sujeitos tendem a um isolamento progressivo e gradual, pois como afirma Paugam “a probabilidade de ruptura dos vínculos sociais é muito mais alta quando o indivíduo perde sua moradia (1999, p.51)”.

Por isso insistimos na relevância da problematização da relação trabalho versus população de rua, a partir do contexto real imposto pela sociedade capitalista contemporânea, pois nessa lógica se cristalizam as possibilidades escassas de inserção. A inserção no mundo do trabalho apesar de limitada por contextos e condições, historicamente determinadas, é muita ou na maioria das vezes, tratada como questão individual e daí decorrem os casos de fracasso, sentimento de menos valia, baixa auto-estima, revolta ou conformismo e apatia (ABREU et al, 1999).

Ter trabalho está associado à idéia de autonomia, independência, saúde, lazer, condições de alimentação e habitação qualificada, resgate de vínculos, melhora da auto-imagem, investimentos diversos na sociabilidade dos sujeitos, como revelam, a seguir, outras falas da população de rua:

— “Ter trabalho é uma honra. Ter trabalho é poder voltar para casa, para a família. É estar integrado na sociedade, sentir-se um cidadão, não um João ninguém (...)” (O.S., 45 anos).

— (...) estar trabalhando é ir onde eu quero, é ter salário, ter um cantinho onde parar (...)” (V.A.P.L, 42 anos).

— (...) tranqüilidade, sem trabalho a gente fica doente, entra em depressão” (M.L.L.S, 62 anos).

—“(...) poder escolher o que vou comer (...)” (L.E.A.F, 45 anos).

Essas falas são reveladoras, não no sentido, de serem inéditas; outros autores vêm se ocupando de problematizar o impacto da ausência da Inserção Produtiva para grande parcela da população, no sentido de revelar o sujeito que ainda mantém vivos e crédulos seus sonhos, suas utopias, mesmo no espaço da rua. Como não acreditar nesses sujeitos? Em suas possibilidades, em sua capacidade histórica de superação? Afinal, esses homens, mulheres, idosos, adultos e jovens, que estão nos paços, nas esquinas e escadarias de nossas cidades, merecem mais do que migalhas e caridade; aguardam sim a reposição pela sociedade capitalista de parte do que lhe foi expropriado, por séculos de exploração da qual ainda hoje são exemplos vivos, apesar de todas as revoluções tecnológicas.

Portanto é fundamental que sejam priorizadas Políticas de Inserção Produtiva que possam efetivamente incluir essa população com níveis de exigência que respeitem suas características.

Iniciamos esta etapa da análise com uma categoria capaz de explicitar a sociedade capitalista, desde sua gênese, estamos falando da contradição, é ela que vai trazer luz aos nossos diálogos e intervenções possibilitando assim o desvendar do dito e do não-explicito, concomitantemente, auxilia a entendermos a não-linearidade da história.

A sociedade capitalista é permeada de contradições e estas se evidenciam no instante em que alguns poucos indivíduos apropriam-se das riquezas construídas de forma coletiva; neste momento, é provável inferir que se inaugura à competição desmedida, o individualismo perverso, o egoísmo que afronta e atemoriza o próprio homem que o cria. Esse processo, nem sempre visível determina a expulsão de milhares de vidas humanas da rota dos direitos básicos e elementares, como o de comer, vestir, habitar e pode chegar ao ponto de quase eliminar, as possibilidades concretas desta população de ter direito a ter direitos.

A categoria explicativa da realidade, Reinserção Produtiva, juntamente com as categorias do método marxiano contribuíram, como referimos anteriormente, para nortear, problematizar e ampliar nosso olhar e qualificar nossa escuta. Tal tema, na contemporaneidade, é central para as discussões relativas à “classe-que-vive-do-trabalho”, pois as transformações que ocorrem, desde a década de 70 do século XX, no mundo do trabalho impactam sobremaneira nessa classe. Esse fato materializa-se, segundo Antunes, num processo múltiplo:

(...) se de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo avançado. Por outro lado, ocorreu um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. Efetivou-se também uma expressiva “terceirização” do trabalho em

diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se igualmente uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa, pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário (2003 p.211).

Nesse sentido identificar quais são as possibilidades de inserção/reinserção produtiva para o morador de rua, no município, avaliamos que possa contribuir para dar visibilidade a essas alternativas e na ausência delas, igualmente tornar visível esse vazio de atendimento, aportando subsídios para tencionar por resposta o poder público e a sociedade.

A seguir traremos alguns dados referentes ao RAP; a proposta será a de conhecermos o projeto do RAP para a compreensão da proposta: seus objetivos e o público atendido, para que assim seja possível tecermos considerações sobre este projeto e sua efetividade na inserção do morador de rua a alternativas de trabalho e renda no município.

O Projeto de Reinserção à Atividade Produtiva – RAP, em 1999/2000, em sua primeira edição, estabeleceu como público prioritário de suas ações a população adulta de rua do município de Porto Alegre, abrigados em seus equipamentos próprios – dois abrigos: Abrivivência (atual abrigo Marlene) e Abrigo Municipal Bom Jesus – um albergue conveniado, Monsenhor Felipe Diel, e um serviço próprio o Atendimento Social de Rua; na quarta e quinta edições somaram-se aos atuais equipamentos públicos o Albergue Municipal, Casa de Convivência e mais um convênio o Albergue Filantrópico Dias da Cruz.

A Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC – desde o início responsabilizou-se pela coordenação do projeto, tendo como parceiros as seguintes secretarias e departamentos municipais: Departamento de Esgoto Pluviais – DEP; Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU; CARRIS; Secretaria Municipal de Educação – SMED; Secretaria Municipal da Indústria e Comércio – SMIC e Secretaria Municipal de Saúde – SMS; na quarta e quinta edições agregaram-se às demais as seguintes secretarias: Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos Segurança Urbana – SMDHSU.

Destacamos os seguintes objetivos do projeto, conforme, dados da 5ª e última edição:

- Proporcionar a vivência da situação laboral, acompanhada, como perspectiva de reorganização para o trabalho;
- Concessão de uma bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 200,00;
- Estimular o público-alvo para a construção de um processo de organização, servindo como um estágio intermediário e pessoal à recuperação para a atividade produtiva;

- Proporcionar a integração entre as diferentes políticas públicas para o enfrentamento da situação destes usuários;
- Estimular participantes do projeto a sua inserção no processo de escolarização;
- Propiciar espaço para discussão de alternativas de organização de geração de trabalho e renda. Fonte: (Projeto RAP, FASC, 2004).

Cabe ressaltarmos sobre a proposta de alternativa de inclusão do RAP se comparada ao número da população atendida em suas edições. Documentos da FASC informam que 700 usuários foram atendidos nas edições do RAP desenvolvidas até 2005, sua última edição. Constatamos o alcance do programa ao público prioritário de sua atenção. (Proposta de Consultoria – Janeiro 2007)

Conforme dados da FASC, do período de outubro/1999 a abril/2000, o projeto foi executado durante 6 meses; dos 100 usuários inscritos, 36 concluíram o projeto e 64 saíram pelos motivos citados a seguir:

- Não iniciaram o projeto: 11
- Desistiram durante a execução do projeto: 27
- Foram desligados: 07
- Problemas de saúde: 04
- Retorno à cidade de origem/família: 02
- Ingresso no NASF: 01
- Conseguiram emprego: 12

[U1] Comentário:

[U2] Comentário:

[U3] Comentário:

[U4] Comentário:

[U5] Comentário:

[U6] Comentário:

[U7] Comentário:

[U8] Comentário:

[U9] Comentário:

[U10] Comentário:

[U11] Comentário:

Complementamos destacando que destes 64, 15 foram inseridos em outros programas, retomaram relações familiares ou inseriram-se no mercado de trabalho, logo, podemos concluir que 51 dos usuários obtiveram algum benefício do programa.

Avaliamos ser necessário um esclarecimento de pelo menos três dos motivos que motivaram a saída dos usuários do projeto.

1. Desligados: Os participantes do RAP antes de iniciarem as atividades previstas, assinavam individualmente um Termo de Adesão ao Projeto. Esse termo continha as intenções do projeto, visando o bom desempenho das atividades, tais como: não usar substâncias psicoativas durante as atividades

do grupo produtivo e de acompanhamento, cumprimento de carga horária (frequência, assiduidade e disciplina). O termo era comum a todos os participantes, de forma que tivessem claro que todos os compromissos assumidos deveriam ser cumpridos efetivamente.

A resolução, portanto, para o desligamento ou suspensão eram situações acordadas entre os participantes e discutidas entre gerentes e coordenadores do projeto, para que de fato os objetivos propostos fossem garantidos, visando: o comprometimento dos acordos, a organização e a disciplina exigidas no mundo do trabalho; visto que a proposta era buscar possibilidades de inserção dos participantes neste universo, em que os acordos teriam que ser minimamente cumpridos. Portanto as faltas sem justificativas (cinco faltas ao mês), o comparecimento ao local da atividade produtiva após ter ingerido álcool ou outras drogas e o envolvimento em situação de agressão física ou verbal, eram consideradas quebras de acordos/contratos passíveis, após suspensão provisória de até três dias, de desligamento.

2. O ingresso no NASF – Núcleo de Apoio sócio Familiar, implantado em 1994, como projeto sinal verde, passou a ser denominado NASF em 1996. O programa desenvolvido pela FASC e organizações não-governamentais é destinado às famílias residentes em Porto Alegre, que têm crianças e adolescentes, pessoas portadoras de deficiências e idosos em vulnerabilidade social e renda per capita mensal de até meio salário mínimo. As famílias recebem acompanhamento de Assistentes Sociais e Psicólogos e repasse mensal de bolsa-auxílio de R\$ 200,00 pelo período de seis meses a um ano.
3. Conseguiram emprego – esse é um dado que para o nosso estudo tem grande relevância, pois, sinaliza que as possibilidades de inserção produtiva podem ser alcançáveis, para esse público, ainda que com todas as adversidades existentes no contexto da rua. Sendo, contudo, indispensáveis para isso a atenção de uma série de suportes que viabilizem as condições concretas desse alcance e manutenção da categoria – o trabalho – que cada vez mais se revela constituinte da identidade dos sujeitos sociais.

Para o estudo que propomos esses três itens, especialmente, trazem elementos, que em nossa análise, expressam o movimento dialético da realidade, permeado por conflitos e

possibilidades; movimento este que mostra a não-linearidade da história e a historicidade também do próprio sujeito criador e reconstrutor de sua história, portanto capaz de sucessivas superações. São oportunas as palavras de Marx e Engels,

Quando se fala de idéias que revolucionam uma sociedade inteira, exprime-se com isso apenas o fato de que, no âmago da antiga sociedade, se engendraram os elementos de uma nova sociedade e que a dissolução das idéias antigas acompanha a dissolução das antigas relações sociais (2001, p.57-58).

Esses dados, aparentemente diminutos (se calcularmos o universo de moradores de rua Porto Alegre em relação à população total) representam mais do que números ou estatística, expressam valores que não são facilmente mensuráveis, porque falam de vidas de carências, relações de direitos, mas também de superações. Dessa forma: o retorno à cidade de origem; o ingresso no NASF; a conquista de um emprego e até o número de desligados (pois dos 64 participantes que iniciaram o projeto apenas 07 foram desligados por quebra de acordos) num contexto de rua em que “pouco a pouco, o indivíduo vai abandonando hábitos, conceitos e costumes, incorporando uma nova cultura e percepção da rua como um lugar de sobrevivência, trabalho e moradia” (Doc. FASC, 2004) pode ser considerado pouco expressivo. Apesar das adversidades cotidianas, o morador de rua ainda é capaz de produzir respostas que possam viabilizar, quando articuladas a outros suportes materiais e subjetivos, a mudança de sua condição de excluído.

Dando prosseguimento à análise dos dados levantados nos documentos, verificamos que no período em análise, na leitura dos dados quantitativos pela equipe técnica do projeto, foi possível inferir uma avaliação qualitativa, pois, observaram que o número dos que não iniciaram, desistiram ou foram desligados (45) se mostra inferior aos que de alguma forma se reorganizaram: concluíram o projeto (36), retorno à família (02), ingresso em outros programas (01), Conseguiram emprego (12), totalizando 51 usuários. Destacamos ainda o afastamento por problemas de saúde (04). Do total dos participantes, 16 deixaram de utilizar a rede de abrigagem por aquisição de moradia (casas de emergência – retaguarda do DEMHAB, aluguel e construção em terreno adquirido por invasão).

Avaliações, ainda que preliminares deste período, apresentam elementos, que hoje auxiliam em nosso estudo, quando a proposta é a de identificar as possibilidades de inserção da população de rua ao trabalho e renda numa sociedade, como refere Sposati (1995), em que não vigora o pleno emprego. Contudo, apesar das fragilidades dessa população, por todo um

contexto de carências e exclusão, já deram exemplos de sua capacidade de mudar sua condição.

Todavia, a observação da equipe técnica do projeto em sua 1ª edição aponta que com investimentos nessa população, como uma retaguarda de ações do poder público, tais como: acesso e investimento em saúde, moradia e oportunidades reais de alcance ao trabalho e renda fazem crer ser possível encontrarmos nesta população as seguintes respostas:

- Valorização de sua identidade;
- O resgate da sua auto-estima;
- A ressignificação do seu projeto de vida (trabalho, moradia, resgate de vínculos familiares, tratamento saúde física e mental);
- O início de organização coletiva em relação à questão da moradia;
- A troca de experiências entre os usuários e destes com os funcionários dos órgãos municipais envolvidos no projeto;
- A excelente produção realizada na atividade laborativa.

Essas respostas dadas pela população de rua, durante o desenvolvimento da 1ª edição do RAP, foram possíveis de ser produzidas pela compreensão do projeto pelos técnicos envolvidos, conforme atestam os documentos analisados destacando as razões que fizeram com que a 1ª edição fosse exitosa, diz o documento, ocorreu em razão: “ do intercâmbio de conhecimento entre os órgãos municipais; maior conhecimento da realidade da população de rua, por parte dos órgãos municipais que compõem o projeto e o trabalho em conjunto (...) desenvolvido pelas parcerias estabelecidas entre as secretarias” (Doc. FASC, 2004).

Assim, por reconhecermos a importância dessa articulação conjunta para a efetivação do projeto é que a *rede*, como categoria explicativa da realidade, foi elencada neste trabalho como elemento importante para a análise e identificação dos recursos e serviços necessários a uma retaguarda efetiva dessa população para o alcance de suas possibilidades.

A seguir reproduzimos trechos de entrevista realizada com um dos técnicos sociais pesquisados, quando questionado sobre o RAP como alternativa de qualificação/requalificação profissional para a população de rua.

<p>- Eu acho que este trabalho é um trabalho gratificante, porque tu aprende muito mais...(...) a troca é muito mais deles, do que nós para eles (...) é apostar nesta população.</p>

O RAP, então, é uma via de possibilidades para uma situação que se banaliza em nossa sociedade, o não acesso ao trabalho pelo morador de rua, a estigmatização e a criminalização que estes sujeitos sofrem pelo não ingresso no mundo do trabalho, como se fosse lógico responsabilizar a vítima pelo crime. Conforme Sposati:

Quem esta na rua, quem precisa de assistência assim o é por ser um vadio. Em nossa sociedade, perversamente, para ser cidadão, é preciso mostrar a carteira de trabalho assinada, quando de fato não somos uma sociedade de pleno emprego e somos plenos de trabalho informal ou de economia submersa. Já disse algumas vezes e repito: esta é uma sociedade regida por um binômio onde o trabalho é visto como o pai da virtude, e a assistência como a mãe do vicio. Com essa mentalidade, o que é assistir? É dilapidar o dinheiro público e estimular a vadiagem. O homem mora na rua, mas se trabalhasse, não estaria na rua. Vigora a falsa idéia de existir pleno emprego (SPOSATI, 1995, p.87).

Portanto, discutirmos a categoria Reinserção Produtiva, nesse modelo de sociedade, viabilizando formas de acesso ao trabalho e renda à população moradora de rua é, no mínimo, um debate corajoso. E transpor do discurso para a ação é desafiar a lógica “perversa”, como refere Sposati, desse modelo de sociedade. Contudo, o desafio foi feito, ficando visíveis suas concretas possibilidades de: resgate da auto-estima; retomada de vínculos; autonomia, entre outros ganhos objetivos e subjetivos caso estes sujeitos tenham garantidos direitos de participar de um programa como este. A fala de um técnico social, que acompanhou o programa RAP em suas cinco edições, quando questionado sobre a efetividade do projeto, destaca:

- (...) nessas cinco edições na organização deles, interna e nos seus projetos de vida, houve uma efetivação, eu acho que esta é uma avaliação qualitativa, não tem números, mas, tem uma avaliação importante deles... cumpriam horários, (...) reduziam a bebida (...) retomavam vínculos familiares já rompidos ou fragilizados. (eles) conseguiam retomar, até porque com a renda, com a bolsa eles tinham esse recurso de poder retornar e também auxiliar, (...) a gente viu muitos momentos vividos por eles importantes... Então é o espaço sim de retomada de vida, é um espaço de reconstrução do seu projeto, porque projeto? Eles já tiveram então é reconstrução do seu projeto (...) é um espaço de projeção futura.

A seguir algumas avaliações de técnicos que acompanharam o projeto, desde a sua 1ª edição, revelando ser possível o trabalho quando articulado em *rede*.

- (...) com o aprofundamento do programa (...) que foi com a SMIC desde o início, se trabalhou com o DMLU, se trabalhou com a SMOV, com a SMAM, dependendo do programa do RAP ele abrangia algumas secretarias (...) quando trabalhou a questão do arroio (limpeza do Arroio Dilúvio), tinha o DEP envolvido o DMLU, quando se trabalhou a questão das praças, jardinagem, a SMAM se envolveu. Depois (...) entrou também a Escola Mesquita e aí então a parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos (...) e a SMIC (...) e toda a proposta de formação desses usuários, propondo uma autonomia ao final dos cursos e das atividades práticas que o RAP propunha (...) (Técnico Social da FASC).

- (...) na minha experiência é uma proposta que dá para ser aportada, desde que seja articulada com as outras políticas, porque não dá para pensar que o morador de rua vá parar de beber, vá conseguir trabalho e ter moradia assim... Não. Tem que ter uma articulação com as outras políticas, tem que ter o acompanhamento e isso a gente fez e foi importante a gente viu que o acompanhamento é fundamental (Técnico Social da FASC).

Ainda sobre a importância da rede para a viabilização de ações paralelas:

- (...) a gente tinha reuniões com os técnicos e os moradores quinzenalmente, e tem que ter uma articulação... a gente apostava muito na questão da economia solidária. E tiveram experiências nesse sentido, A incubadora (estrutura física e recursos humanos disponibilizadas pela SMIC usados para o fomento de novas atividades); tivemos experiências também de inserção e de articulação com o empresariado, acho que se a gente juntar esses elementos é possível fazer (...) (Técnico Social da FASC).

Debatermos a categoria *rede* como instrumento capaz de viabilizar acessos e potencializar articulações, ao mesmo tempo em que descortina um universo de acessos, explicita também contradições. A inclusão pressupõe a garantia de mínimos sociais, onde se exclui a questão da inserção ao trabalho e renda. Mas no contexto atual é, no mínimo, contraditória ao padrão do modelo capitalista, pois este prima pela exigência dos melhores e mais capazes no mercado de trabalho, ou ocupando os melhores postos. Portanto, a população moradora de rua tem profunda desvantagem nesse quadro, visto a ausência de proteção mínima, numa perspectiva de Estado Mínimo para as Políticas sociais. Dessa forma é mais do que necessário o confronto permanente, a partir da categoria *contradição*, para que se possa dar visibilidade à disputa de concepções na sociedade capitalista.

Vejamos um exemplo explícito de *contradição*, falando de um mesmo projeto e de um mesmo público, contudo em momentos políticos diversos: o primeiro durante a Administração Popular em 1999; e, o segundo, no atual governo.

A expressão que segue é a de um técnico social referindo-se sobre as alternativas de qualificação e/ou requalificação profissional oferecida à população de rua no município;

Olha é uma questão bem difícil...(…) neste ano de 2006 o RAP, nem teve uma edição, a gente tinha orçamento disponível para ele... mas na realidade ele não se efetivou, é uma questão bastante polêmica, porque na realidade ele envolve ações inter-secretarias e com outras entidades também e isso é muito difícil de se efetivar (...) Eu desconheço outras propostas da FASC para a questão da reinserção dos usuários que vivem na rua; eu acho que desde a última edição do RAP (2004) a gente não teve nenhuma outra alternativa de inclusão... as oficinas que são desenvolvidas nos equipamentos, elas não têm esse caráter de reinserção à atividade produtiva, trabalham muito mais na questão educacional, na maioria das vezes, realizada pelos próprios terapeutas ocupacionais dos órgãos e elas (as oficinas) não promovem a inserção, é muito mais uma questão de ocupação, trabalho de grupo mesmo no equipamento do que visando uma qualificação (Técnico Social da FASC).

Quando introduzimos essa mesma questão para os gestores atuais de duas das secretarias centrais a execução do projeto, evidenciamos informações que se contradizem:

- A SMIC tem programas próprios: O PETEC; o PIEC; a Incubadora da Mulher; o PLANTEC – com vagas garantidas para esse público mais vulnerável (Gestor da SMIC).
- Não. Não existe programa específico para esse público (Gestor da SMIC).

Por sua vez, quando questionados no programa PLANTEC, um dos anteriormente mencionados, que é um convênio em parceria com o Governo Federal e tem por objetivo atender a populações em situação de vulnerabilidade social, obtivemos como resposta:

- Não. Esse pessoal de rua... a gente tem intercâmbio, a gente sempre é parceiro da FASC nas seguintes ações, todos os materiais apreendidos pela SMIC pela fiscalização, são direcionados à FASC, ele é apreendido, tem um período de recurso (...), se o pessoal não vai buscar ou não apresenta comprovantes que é o dono da mercadoria em determinado período, então ela (...) passa a ser da FASC, então automaticamente a gente está ajudando esse pessoal...porque ele é o público, então esta é a ação especificamente, mas ações de qualificação não de reintegração...somente na FASC (Gestor da SMIC).

É pertinente que aqui fazemos um comentário sobre a visão assistencialista, expressa na fala de um gestor do poder público municipal, quando refere que: as ações de parceria com outra secretaria, para contemplar políticas de proteção social, resumem-se a doações, esmolas, explicitando o equívoco que ainda permeia as Políticas de Inclusão Social, ações voltadas ao público em situação de vulnerabilidade, ações essas que unicamente a Política de Assistência Social poderá dar conta.

Voltamos ao Gestor Municipal da Política de Assistência Social para identificarmos com este, programas que articulem a capacitação e a reinserção produtiva do morador de rua no município. E novamente a contradição se mostra explícita na fala do Gestor:

O RAP está no CMAS... Hoje teremos reunião com o representante do conselho, para considerações sobre o horário novo, tem discussões (...) um horário de seis horas por dia três de manhã, com almoço e café. Três horas porque a prática e a outra incorporada (a teórica) requerem assim. Eles estão desocupados é melhor que eles fiquem dentro do curso e vão direto para o albergue depois, para o abrigo (...) e a gente assim consegue diminuir o tempo ao invés de oito meses, seis meses (...) e qualifica melhor, por um dia ele vai ter seis horas é difícil, mas ele vai, ele não tem outra obrigação a não ser o curso (...).(Gestor da Política de Assistência no Município). (grifos nossos).

Nessa expressão do gestor evidencia-se o estigma ainda persistente em nossa sociedade, como se os programas ou projetos fossem executados apenas para que os moradores de rua não fiquem “ociosos”, como se fossem inválidos. O respondente não reconheceu o direito desses sujeitos de inserção com qualidade e suas possibilidades de superação, o que fica explícito em sua expressão.

Questionado sobre como vão ser absorvidos os moradores de rua que não estiverem abrigados o gestor refere:

Os que não estão podem ser encaminhados (...) podem ir até o abrigo e fazer a inscrição tranquilos, todos (...) a seleção a gente deixa a cargo da Assistente Social (...) (Gestor da Política de Assistência no Município). (grifo nosso)

Mais uma vez a responsabilidade em produzir resposta a Política de Proteção Social fica exclusiva à Política de Assistência. Na expressão do gestor fica explícito esse entendimento. Desta forma assume a responsabilidade que não deve ser de uma única política. Verificamos, pelo histórico da assistência em nosso país, que as ações de proteção social, pensadas isoladamente, produziram respostas ineficazes e paliativas e jamais alcançaram algum impacto na redução dos danos provocados à população carente, causados em grande parte pelo avanço do modo de produção capitalista na sociedade.

A *totalidade*, outra categoria do método elencada em nossa investigação, propicia a análise do conjunto de situações e condições do contexto onde o sujeito está inserido. E a totalidade que auxiliará, em nosso estudo, a desvendar elementos que explicam alguns dos fatores mencionados nas entrevistas.

Para dialogarmos, viabilizando a com a categoria do método – a totalidade – valemos do contexto do morador de rua hoje no município de Porto Alegre, explicitado a partir de Reportagem do Jornal Zero Hora em sua edição de 21 de janeiro de 2007, p. 43,

A matéria **Sem teto, sem viaduto e sem solução** traz explícito o tamanho do dilema vivido por essa população; questões trazidas pela população entrevistadas como medo, preconceito e humilhação revelam mais uma vez que esses adjetivos incorporam-se à discussão quando o tema é população de rua.

A matéria sugere que exista uma aversão à idéia de trocar a “liberdade das ruas” pelo rigor dos abrigos. Contudo, sustenta que se todo o morador de rua buscasse os abrigos e albergues públicos e conveniados do Município, estes não encontrariam “ lugar para um terço dos necessitados” (Zero Hora, 2007, p.43).

— Zero Hora: A prefeitura da capital oferece 200 vagas no Abrivivência e no abrigo Bom Jesus.(...).

Ainda segundo a matéria o último levantamento (2002) feito com esta população constatou a existência de cerca de 600 pessoas nas ruas da Capital – três vezes o número de vagas nos abrigos. Hoje, a estimativa é de que haja o dobro de moradores de rua.

Além dos abrigos, há três albergues públicos – um da prefeitura e dois conveniados – abertos das 19h às 7h, com 425 vagas. Não é possível morar no albergue. Nele, o

usuário janta, dorme e toma café. Somando-se o número de leitos de albergues e abrigos, dois serviços diferentes, chega-se a 625 vagas – metade da população de rua estimada(Zero Hora, 2007, p.43).

A declaração a seguir do mesmo gestor da FASC, que em entrevista para a realização de nosso estudo, referia que

(...) tem uma grande parte na rua (moradores de rua), gente que não está ali dentro (do abrigo), gente que quer ficar junto aos seus, ele não quer a ordem do abrigo, não temos nada que nos meter, eu conheço muitos que não são alcoolistas que moram na rua por uma questão de cultura, de opção (...).

Na matéria para o jornal reconhece:

— “Não há vagas para todos” – constata o gestor da Fundação de Assistência social e Cidadania.

Reconhecemos a deficiência na articulação das políticas públicas em buscar respostas satisfatórias a essa expressão da questão social, o morador de rua. Avaliamos que ampliar as vagas de abrigagem nos equipamentos de forma isolada, não será a solução para esse dilema vivenciado quotidianamente por esse seguimento populacional.

Contudo precisamos reconhecer os direitos dos sujeitos que recusarem o recurso da abrigagem, pois não é absurdo conceber que eles tenham, como qualquer outro indivíduo, o direito a sua individualidade, à sexualidade e também ao da recusa a normas e disciplinas que possam inibir seu livre desenvolvimento social. Sabemos, pois, que os equipamentos seguem uma série de normas e restrições, assim, não é difícil concluir porque alguns moradores de rua resistem à idéia da abrigagem (no caso de existirem vagas).

As exigências impostas, nos equipamentos públicos que atendem a essa população, em muitas situações executam o movimento inverso ao da inclusão. Podemos citar alguns exemplos, relatados por essa população, ao referirem-se aos abrigos como locais que evitam frequentar. Como esperar que o drogadito/alcoolista, em situação de rua, com pouco ou nenhum suporte da retaguarda da saúde para tratamento de sua doença, vá parar de drogar-se ou beber apenas porque recebeu um pernoite. E o portador de doença mental, é possível imaginar que por estar no albergue, por noites contadas, deixará no lado de fora do portão do abrigo o seu sofrimento psíquico? Pois da mesma forma que ao alcoolista e ao drogadito faltam-lhes retardas em vários níveis, neste caso a que se destaca é a da saúde.

Portanto é possível inferir que a complexidade dessas questões, explicitada nos relatos, existem, ainda que avanços fossem produzidos: ausência e/ou inexistência de interfaces nas políticas sociais públicas.

Referindo-se ainda ao Projeto de Reinscrição à Atividade Produtiva (RAP), como alternativa à inserção ao trabalho e à renda pela via da qualificação profissional e do aporte das políticas públicas do Município, a matéria constata que na atual situação em Porto Alegre:

— O cobertor do RAP é curto. Há 75 vagas para um universo estimado em pelo menos um mil moradores de rua (Zero Hora, 2007, p.42).

Mas é conveniente destacarmos que “nem mesmo o cobertor curto” está sendo ofertado a esse segmento populacional, visto que as novas edições do RAP, previstas para o 2º semestre de 2005, em 2007 ainda não são uma realidade. A fragilidade de Políticas Públicas que efetivamente garantam a inserção dessa população, aliadas ao desconhecimento por parte da sociedade sobre a realidade de vida desses sujeitos, tornam o olhar e a crítica ainda mais discriminatórios e excludentes por parte da população em geral.

— “Não imaginava que tinha tanto mendigo na rua”. Conta um morador da capital que, junto com comerciantes do local, decidiram colocar uma grade separando o prédio da calçada.

— “É a segunda grade, além do portão do edifício” (Zero Hora, 2007, p.43).

Como forma de “proteção” e até para manter um distanciamento dessa realidade, a população utiliza estratégias como gradeamento de suas áreas e fachadas, colocando um divisor para o que fica visível aos olhos. Contudo, ainda, felizmente, para os que acreditam em valores como a solidariedade, não é possível invisibilizar essa população. Entendemos que o desocultamento é fundamental para que este público tenha alguma garantia de mudar sua condição, pela via dos direitos sociais, estes garantidos constitucionalmente.

Entretanto, é necessário mais que manchetes, nos principais meios de comunicação, mas a tomada de consciência e de responsabilidade coletiva da sociedade e do poder público instituído, para que de fato possam ser construídas alternativas de enfrentamento que reconheça e respeite essa população como cidadãos.

A categoria *mediação*, em nosso estudo, foi utilizada transversalmente nas articulações entre as possibilidades de acesso à inserção produtiva e a sua total inexistência. Conforme Pontes a *mediação* presta-se (...) a captar o movimento dialeticamente, o movimento do ser social, portanto, (...) indispensável à busca das mediações enquanto condutos, onde as categorias concretas se movimentam dando sentido ao processo histórico (PONTES, 1997, p.161).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõe
para a gente é no meio da travessia.
Guimarães Rosa

Nossas considerações fazem uma síntese dos principais aspectos desvendados, por este estudo, que esperamos possa contribuir para ampliar o debate junto à sociedade sobre a população que vive nas ruas de um grande centro, como a capital gaúcha. Consideramos fundamental problematizar se de fato as iniciativas, redes e políticas ofertadas a esse segmento populacional, no campo da seguridade, favorecem a transformação de sua condição de vida neste modelo de sociedade? Contudo, temos a clareza de que estas problematizações devem constituir-se como uma totalização provisória, pois a opção pelo Método Dialético implica o reconhecimento da provisoriedade histórica exatamente porque reconhecida como processo, movimento em curso permanente de transformação.

Entendemos que a coerência deva pautar nossas discussões, análise na leitura e desvendamento da realidade. Pois avaliamos que tendo clara a direção social assumida, podemos melhor estabelecer um diálogo com a realidade; isso é condicionado, acreditamos, pela opção e apropriação de um método que, além de dar conta desse movimento, permita estabelecer as interconexões e leituras dos múltiplos fatores que conformam os fenômenos sociais e a realidade contextual.

Dizíamos durante a elaboração de nosso estudo que o método adotado para a compreensão e o desvendamento da sociedade capitalista, o Método Marxiano, orientou-nos em nossa construção enquanto ser social: foi guia em nossa opção política, definiu nossa opção pelo Serviço Social como profissão e demarcou nossa postura ética e profissional – a visão de homem sujeito e mundo contraditório e a defesa intransigente dos direitos humanos.

É importante que façamos esse resgate quanto ao método aqui adotado, pois, não cabem dúvidas de que, em nossa investigação, este foi um guia fundamental, pois permitiu, a todo momento, que as categorias elencadas, intrínsecas à realidade e ao próprio método

dialético que dela as absorve, propiciassem a articulação dos nexos do real, seu desvendamento e sua análise.

Ainda referindo-nos às “bússolas” que orientaram nossa jornada, é imprescindível o destaque ao Código de Ética da Profissão, pois ao afirmar a liberdade como valor central, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa a toda forma de discriminação, autoritarismo e injustiças sociais, materializamos o compromisso do Assistente Social: na condução de seus processos de trabalho, na relação com as instituições que o empregam e, principalmente, no trato com as políticas de recorte social.

O enfrentamento da questão social na atualidade exige dos trabalhadores sociais mais do que formação profissional competente, exige também um posicionamento político e aqui a política deve ser entendida como a forma com que se estabelecem as relações dos indivíduos em sociedade. Acreditamos que essas inter-relações devam ser pautadas no respeito à singularidade dos sujeitos, no que consideramos ser um processo permanente, a construção coletiva de um outro modelo de sociedade que supere o anterior.

A questão social, em nossos dias, expressa diferentes processos que fragilizam, estigmatizam e retiram as possibilidades concretas dos sujeitos de ascender de uma condição de excluídos dos meios de acesso aos recursos, ou seja, meios de subsistência reais à sua manutenção e reprodução, numa sociedade que explicita cotidianamente sua aversão aos menos aptos a inserirem-se neste modelo selvagem de acumulação, competição mercantilização e consumo inaugurado pelo modo de produção capitalista.

Não podemos compactuar com a disputa entre os desiguais, o que já seria argumento suficiente para apontarmos o quanto é excludente esse modo de produção; pois ao fazer crer aos competidores que bastam a vontade, o esforço e a disposição para o alcance das “benesses” desta sociedade, inculcamos nos sujeitos sociais, que não lograram inserir-se o sentimento de fracassados, de não merecedores, de incompetentes, portanto, possíveis cidadãos de “segunda categoria”, marginalizados a espreita de uma próxima oportunidade “ofertada” pela generosidade e “solidariedade” da sociedade de consumo capitalista.

É possível, conforme pontuamos ao longo do debate sobre o trabalho na sociedade capitalista, especialmente no segundo capítulo, que, na atualidade, a experiência que temos é a da precarização e extinção cada vez maior e de modo mais acelerado de postos de trabalho e o incremento de outros com condições que aviltam a relação do homem no processo de produção e manutenção das condições materiais e subjetivas de vida.

Podemos listar algumas das novas incorporações do mundo do trabalho em seus processos produtivos: a informalidade que retira direitos da classe que vive do trabalho,

mecanismos contratuais unilaterais, exigências intermináveis para o ingresso do trabalhador no mercado de trabalho, a produção e a manutenção de baixos salários, a ampliação da desigualdade entre o maior e o menor rendimento, entre tantos outros.

Esses processos no mundo do trabalho tem sido, nas últimas décadas, fator de expulsão de milhares de trabalhadores da rota dos direitos sociais, favorecendo a fragilização dos seus vínculos na família e na sociedade, pois ao não conseguirem atender as suas necessidades básicas e de seu grupo familiar, sentem-se envergonhados por suas “incapacidades”, por passarem a incluir a categoria da população que, segundo Castel, “sofrem de um déficit de integração com relação ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, etc.”(2000, p.43); vulnerabilidades estas (...) “ criadas pela degradação das relações de trabalho e proteções correlatas” (2000, p. 42).

Tais aspectos são confirmados por diversos estudos, que destacamos durante este trabalho, como também é o que demonstram os dados encontrados em nosso processo investigativo.

Os dados obtidos, a partir de nossa pesquisa, mostram mais do que respostas sobre as possibilidades de inserção/reinserção produtiva dessa parcela da população que, impossibilitada pela conjuntura de acessar ao mercado de trabalho e de não alcançarem as políticas de proteção social, fazem das ruas seu território, espaço de subsistência e moradia.

Esse segmento populacional, que na contemporaneidade já compõe a paisagem de nossas cidades, sendo facilmente identificados nos grandes centros, habitando viadutos, praças e marquises, sofre processos de exclusão e consegue superar a sua grave condição de rualização. Esse fato se destaca quando esta população tem ainda que conviver com o eterno manto da invisibilidade, porque não sendo visíveis, não produzem constrangimentos à sociedade, pois sua presença é incômoda aos olhos do cidadão que assim como o modelo produtivo instalado vê, nesses indivíduos, responsabilidades por toda a sorte de mazelas que minam suas resistências. Vê-los significaria admitir as contradições desse modelo excludente de sociedade.

Estudiosos desta temática como (SNOW e ANDERSON, 1998, REIS, PRATES e MENDES, 1996; ABREU et al, 1999; BULLA, MENDES e PRATES, 2004), realizaram investigações cujos dados encontrados apontam que essa população torna-se ainda mais vulnerável quando experienciam reduzirem-se suas possibilidades de ingressarem em alguma atividade produtiva.

É essa escassez e/ou inexistência de acessos efetivos que buscamos desocultar e problematizar em nosso estudo. Não temos a pretensão de encontrar respostas e/ou soluções mágicas para um problema tão complexo. Contudo, pretendemos contribuir dando visibilidade a essa temática, para que os sujeitos exponham a degradação de suas condições materiais e subjetivas, como resultado desse processo excludente a que estão submetidas milhares de vidas, excluídas das discussões e dos interesses da sociedade que glorifica o capital.

Ao longo do trabalho explicitamos nossos compromissos, os quais nos “informavam” a todo o momento se realmente estávamos buscando responder à questão que norteia nosso problema de pesquisa, qual seja *Quais as possibilidades de Inserção/Reinserção produtiva dos moradores de rua no município de Porto Alegre?* Eram conflitos internos, pois, apurávamos a cada aplicação dos instrumentos de pesquisa junto a gestores, a técnicos sociais e aos moradores de rua a inexistência de políticas de inserção e renda que contemplassem também a população de rua.

Essas ausências proporcionavam mais do que angústia; vivenciávamos, a cada entrevista coletada, a frustração dos técnicos sociais e a desesperança que se refletia na fala da população de rua. A angústia dos técnicos, interpretávamos como a crença de que era possível promover ações, reeditar projetos, enfim propor políticas que contemplassem o acesso dessa população a uma rede de suportes sociais para que de fato possibilidades concretas fossem implementadas.

Contudo, conforme exposto por um destes profissionais, não existiam outros programas e/ou projetos em desenvolvimento no município que atendessem a população de rua, a sua inserção em cursos de capacitação e a possibilidade de trabalho e renda; o que de mais concreto havia era uma proposta encaminhada ao Conselho Municipal de Assistência que propunha uma reedição do RAP – Projeto de Reinserção à Atividade Produtiva da Fundação da Assistência Social e Cidadania – FASC, no município, desativado desde sua última edição em 2004.

Buscamos junto à Secretaria da Indústria e Comércio – SMIC, visto estar entre suas atribuições, desenvolver programas e projetos voltados à geração de emprego e renda no município. Entretanto, embora existissem projetos voltados à inserção produtiva, com parcerias de ONGS e do Governo Federal, visavam públicos em situação de vulnerabilidade social, porém restringiam o acesso à população de rua de forma indireta, por não privilegiarem esse público.

Tal limitação ocorre porque a locomoção aos espaços de realização dos cursos é inviabilizada, visto que os mesmos não acontecem na região central da cidade, e não são disponibilizados vales-transporte para o deslocamento desses sujeitos. Além disso, não são ofertadas, em locais próximos, possibilidades para a realização de refeições (lanches), uma vez que grande parte dos recursos de alimentação (gratuitos) é oferecida no centro da cidade.

Problematizávamos, com a SMIC, as características da população de rua e a importância de atender essa população de modo articulado a outros recursos e suportes sociais, para que de fato fosse possível viabilizar o envolvimento deles em programas e projetos que pudessem dar-lhes a perspectiva de uma outra condição de vida.

Somam-se a essa série de dificuldades o fato de que o gestor entrevistado, responsável pela política municipal de geração de trabalho e renda, explicitou o seu entendimento de que ações de inserção, voltadas a essa população, devem partir do “cobertor curto” da Política de Assistência Social. Dessa forma, assistimos ainda ao ranço de quem cuida de pobre é a Assistência. Contudo, é possível que essa situação ainda possa assumir contornos mais alarmantes, pois nosso estudo não verifica, na capital gaúcha, nenhuma proposta em execução para o atendimento, no que se refere a possibilidades de inserção produtiva, ao morador de rua.

O que podemos constatar, através do estudo realizado, é que essa população tem poucas ou quase nenhuma possibilidade de, através das políticas de proteção no âmbito municipal, onde se verificou a total ausência de projetos em execução e a desativação do que existe, a título de aprimorá-lo, ou seja, “atirou-se fora a água do banho com a criança dentro”, pois nestes dois anos de não execução do projeto RAP nenhuma outra ação de capacitação para a inserção ao mundo do trabalho foi implementada pela Prefeitura.

Não pretendemos debater o modo de execução dos programas de inserção à atividade produtiva, mas sim verificar a rede de serviços, recursos e políticas realizadas diretamente pelo poder municipal ou através de parceiras realizadas com o município, para a implementação de programas voltados à inserção dos moradores de rua via política de trabalho e renda. Contudo, as informações dos gestores municipais apontaram não só a inexistência de ações diretas, mas também de parcerias com o Estado e outros agentes, no atual contexto local.

Programas do governo federal que contemplem o perfil da população de rua e que tenham como proposta incluir a expectativa de organização para trabalho e renda é o que está previsto no Sistema único de Assistência Social – SUAS. A efetivação do SUAS, pelo governo federal, atende à demanda de trabalhadores sociais e da sociedade civil organizada

para dar concretude ao que propõe a Lei Orgânica da Assistência – LOAS, ao referir ações articuladas às populações com altos níveis de vulnerabilidade social. Contudo, em Porto Alegre está em fase de discussão tal proposta, estruturando comissões para a implementação do SUAS.

Identificamos a desativação e/ou ausências de projetos e ações, a inexistência de uma rede articulada, a inexistência de parcerias, seja com o estado ou com entidades não governamentais. De concreto, a discussão e a montagem de comissão para início do debate do executivo municipal para implantação do SUAS e a proposta de reedição do RAP, que aguarda entendimentos entre o gestor da política municipal de assistência com a sociedade organizada no Conselho Municipal de Assistência, para ajustes na “nova” proposta.

A realização dessa investigação que buscou responder às questões que nortearam nosso caminhar pela temática, conforme expresso ao longo deste trabalho, possibilitou-nos concluir, a partir da fala dos sujeitos moradores, a não-existência de políticas de trabalho e renda que atendessem às suas necessidades; e reivindicavam a inclusão nos programas que existem ou viessem a existir e que incluíssem públicos com as suas características, buscando evitar segregações e atuando de forma a possibilitar meios de garantir a inclusão social e não o seu contrário.

Dialogamos ainda com os recursos disponíveis na cidade para capacitação profissional e/ou encaminhamentos para o trabalho, buscamos junto ao Serviço Nacional do Comércio – SENAC e Serviço Social da Indústria – SESI quais seriam os cursos/capacitações disponibilizados a um público com as seguintes características: baixa escolaridade, sem possibilidades de comprovar domicílio e necessitando de isenções do valor de sua mensalidade, visto sua situação de desemprego. Dialogamos ainda com os recursos disponíveis na cidade para capacitação profissional e/ou encaminhamentos para o trabalho, buscamos junto ao Serviço Nacional do Comércio – SENAC e Serviço Social da Indústria – SESI quais seriam os cursos/capacitações disponib

A mesma questão fizemos ao Sistema Nacional de Empregos, que ao ser consultado informou não existir qualquer restrição a esse público para o encaminhamento ao trabalho, contudo, a absorção dele, não é significativa. O funcionário consultado explicitou a dificuldade de inclusão desse público: “o encaminhamento é feito sem problemas, porém ao chegarem ao endereço indicado, encontram muitos outros desempregados na fila e na maioria das vezes são preteridos por outros com melhores requisitos e aparência física”.

Nas agências de recrutamento de recursos humanos, quando formulada a mesma questão recebemos com um certo estranhamento as respostas: “(...) e eles trabalham?” “Como

posso referenciar uma pessoa sem domicílio?” “Até poderia trabalhar como doméstica, mas sem endereço (...) e aparência deles não é boa, melhor não perder o tempo deles nem o meu (...)”.

Ao recebermos essas devoluções, imaginávamos o sujeito morador de rua já fragilizado pela fome, pelo frio, pelo desabrigo e seqüências de perdas, como reagiriam ao ouvir seguidas recusas, com esse grau de rejeição e discriminação? Como pretender a superação de suas fragilidade se os acessos são inexistentes e as barreiras intransponíveis? Como esperar transformações em sua condição de vida segregada, excluída, preterida? Que sociedade é esta que professa a igualdade sendo extremamente desigual? Existem respostas a essas questões? Acreditamos que sim. Não poderíamos pensar diferente, mesmo diante da barbárie, pois a crença no homem tem de ser nosso valor central. Pois, o homem, e apenas o homem, poderá substituir o egoísmo fundamentado nos valores arraigados na sociedade capitalista por outra lógica que se pautar na solidariedade de classes.

Contudo, em que pese nossa crença na possibilidade de superação dos sujeitos sociais, temos consciência de que isso não se dará sem podermos contar com um Estado Social forte, com políticas de proteção social e rede de serviços que privilegiem processos de articulação entre as políticas de inserção social, especialmente para atendimento dos segmentos que sofrem freqüentes processos de vulnerabilização.

Ao finalizarmos este estudo que, além de dar visibilidade à inexistência de políticas de Inserção e Reinserção produtiva aos moradores de rua de Porto Alegre, possibilitou o reencontro com este público, que materializa permanentemente com sua coragem de sobreviver nas ruas – demonstrações permanentes de movimentos de superação, solidariedade – acima de tudo, mostram que antes de ser “excluídos”, “desvalidos”, “desfiliados”, “sobrantes” são sujeitos portadores de uma invejável capacidade de resistência.

A burguesia rasgou o véu de emoção e de
sentimentalidade das relações (...)
e reduziu-as a mera relação monetária.
Karl Marx e Friedrich Engels

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo B. et al. **Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos em Porto Alegre**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS/HCPA/FASC, 2000.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**. De frente para o estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Os sentidos do trabalho. **Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

BAPTISTA, Mirian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas/EDIPUCRS, 2004.

CASTEL, Robert. WANDERLEY, Luiz Eduardo. WANDERLEY, Mariângela Belfiore W. **Desigualdade e a questão social**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL – CFESS – Resolução nº 273/93.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade in praia vermelha** - Estudos de política e teoria social – Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ – DP&A, 1997, v. 1.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CRESS. 10ª Região. **Coletânea de leis: código de ética profissional.** Porto Alegre: CRESS, 1996.

Documento FASC – Projeto de Reinscrição à Atividade Produtiva – RAP. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia de pesquisa educacional.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de Mediação entre a Teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social** – Tese de Doutorado – PUCRS, Fevereiro de 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, A.C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2001.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). DESLANDES, Suely Ferreira. NETO, Cruz Otavio. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 6 ed. Petrópolis, 1996.

ROJAS, Juana. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa - um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1984.

PAUGAM, Paul Singer. **Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. Serviço Social e Sociedade-60. São Paulo: Cortez, 1999.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. São Paulo. Cortez, 1991.

_____. **Reflexões sobre a contribuição teórica da mediação para a intervenção do serviço social**. 2 ed.revista. São Paulo: Cortez, 1997.

PRATES, Jane C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. 2003. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2003.

REGUERA, Enrique Martinez. **Crianças de ninguém, crianças de rua** – psicologia da infância explorada. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**. Um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. População de rua frente às questões das políticas públicas e da gestão da cidade. In: ROSA, Cleisa M. M. **População de rua**. Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**, n. 55, p.9 - 37. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da seguridade social brasileira**. Entre a política Pública e o Mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, Paul. **O capitalismo, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social e Sociedade**, n. 64, p. 34 - 56. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ANEXO A – Reportagem 1

O Preconceito e o estigma explicitam-se nas formas com que a sociedade capitalista vê o morador de rua

| Entrevista |
Claudia Silva da Silva
 MORADORA DE RUA

“Tem muito preconceito”

O endereço de Claudia Silva da Silva, 21 anos, é Avenida Ipiranga, sob a histórica ponte da Azenha. Na companhia do namorado, Cristiano Cavalheiro, 24 anos, e de um número sempre crescente de jovens, Claudia vive há três anos no local. Saiu de casa, no bairro Rubem Berta, porque “brigava com a família”.

– A ponte é um bom lugar, porque tem tudo perto. O pessoal ajuda com comida, a gente ganha um dinheirinho na sinaleira, não incomoda ninguém – garante Claudia, mãe de três filhos.

Zero Hora – Se a prefeitura fechar esta ponte, onde vocês vão morar?

Claudia Silva da Silva – A gente vai para alguma praça ou para alguma “aba” (marquise de prédio) boa.



ZH – Condomínios da Cidade Baixa reclamam que moradores de rua deixam praças e fachadas de prédios imundas.

Claudia – É chato isso. Quem faz (necessidades fisiológicas nas praças e na frente de prédios) não tem consideração e queima o nosso lado. O pessoal aqui da ponte não faz isso.

ZH – Moradores também reclamam de assaltos.

Claudia – A gente tira da ponte o pessoal que rouba. É chinela-gem. Depois vêm os brigadianos e nos dão porrada. Acho que tem muito preconceito.

ZH – Como tu percebes o preconceito?

Claudia – Pelo jeito que te olham, pela forma como falam.

ZH – Por que vocês não vão para albergues?

Claudia – Prefiro morar na rua. Aqui a gente não incomoda ninguém e não é incomodado.

ANEXO B – Reportagem 2

REPORTAGEM 2

GERAL

SEXTA-FEIRA, 23 de fevereiro de 2007 — 13

Terminais em condições precárias

Usuários de transporte coletivo reclamam da sujeira e da ação de vândalos. Prefeitura faz limpeza diária

Sujeira e falta de segurança são alguns dos problemas enfrentados pela população que depende do transporte público em Porto Alegre. A situação dos terminais e das paradas de ônibus é alvo frequente de reclamação dos passageiros, que precisam conviver diariamente com o lixo acumulado nos locais e as pichações. A prefeitura realiza limpeza diária, mas a presença de moradores de rua, que procuram abrigo nos terminais à noite, agrava os problemas.

Entre os campeões de problemas está o terminal Triângulo, no cruzamento das avenidas Assis Brasil e Baltazar de Oliveira Garcia. Apesar da varrição, no final da tarde, passageiros relatam acúmulo de lixo, como papéis e garrafas plásticas. Também ocorre a cada duas semanas a lavagem do terminal. Em algumas avenidas de maior movimento, o trabalho se dá durante o dia e a



ALEXANDRE MENDEZ

Joaquim Silveira é um dos locais com moradores de rua à noite, segundo o diretor substituto da Divisão de Limpeza e Coleta do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Régis Galvão dos San-

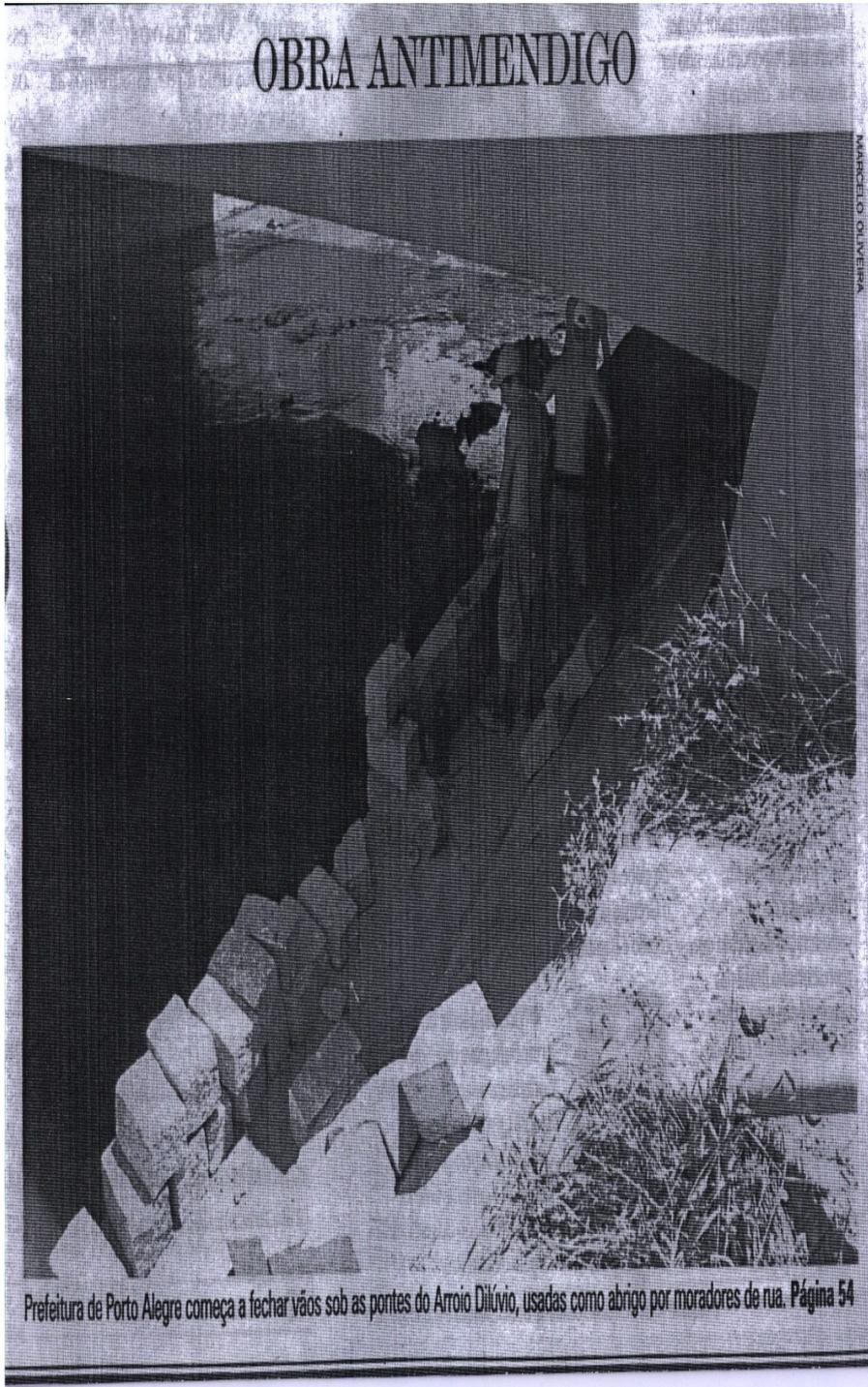
tos. "Na Osvaldo Aranha, por exemplo, a varrição é feita até três vezes por dia. O ideal seria um funcionário fixo nos locais, mas o custo do serviço se tornaria muito alto", afirmou.

O terminal da rua Joaquim Silveira, no bairro São Sebastião, zona Norte, é um dos espaços que abrigam moradores de rua de noite, que permanecem pela manhã. Além das várias pessoas detidas, os usuários ainda precisam desviar do acúmulo de resíduos. As abordagens aos moradores de rua cabem à Fundação de Assistência Social e Cidadania, mas a maioria se recusa a sair. "A sujeira é levada muitas vezes por esses moradores de rua, que comem nos locais e deixam os resíduos", destacou Santos.

Para atender aos terminais e às paradas de ônibus e realizar a manutenção constante, o DMLU trabalha em parceria com a EPTC.

ANEXO C – Reportagem 3

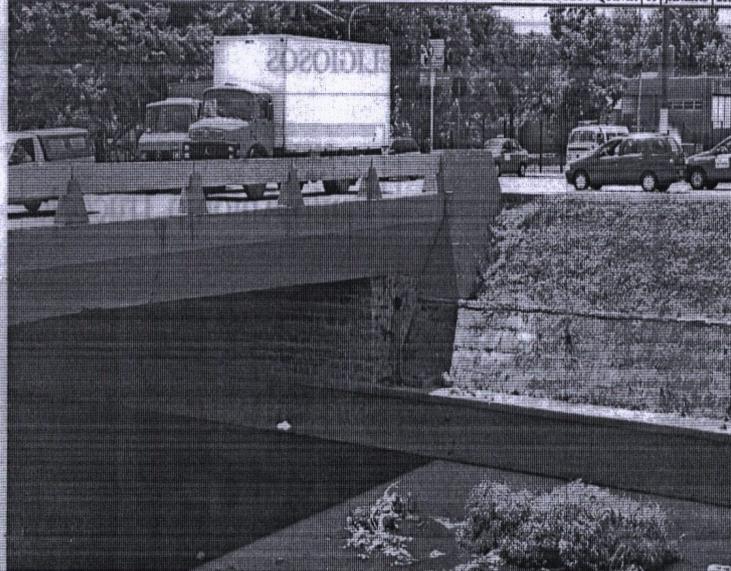
REPORTAGEM 3



ANEXO D – Reportagem 4

REPORTAGEM 4

54 | Pelo Rio Grande/Região Metropolitana > | ZERO HORA > QUINTA | 11 | JANEIRO | 2007



Cerca de 600 pedras estão sendo empilhadas em cada margem do Arroio Dilúvio, formando paredes, na esquina das avenidas Erico Veríssimo e Ipiranga

Porto Alegre Inicialmente, medida atinge vãos localizados nas travessias da Avenida Ipiranga sobre o Arroio Dilúvio

Prefeitura fecha acessos de morador de rua a pontes

CAREN CECÍLIA BALDO

A prefeitura de Porto Alegre deu início ontem ao fechamento de mais um dos vãos onde vivem moradores de rua na Avenida Ipiranga.

Na ponte da Erico Veríssimo, sobre o Arroio Dilúvio, no bairro Azenha, cerca de 600 pedras serão empilhadas em cada margem do arroio, unidas por cimento, formando paredes sob a estrutura por onde passam milhares de carros diariamente.

Até ontem, o mesmo tipo de obra já tinha sido concluída pela Se-

cretaria de Obras e Viação (Smov) em outros pontos que cruzam a Avenida Ipiranga: nas pontes da Avenida Praia de Belas e das ruas Múcio Teixeira, no bairro Menino Deus; e Frei Germano, no Partenon. Em dois meses, além do fechamento dos vãos da Erico, deverão ser bloqueados os acessos nas ruas Santana e Ramiro Barcelos, no bairro Santana.

Em tratativas com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ainda está o fechamento dos vãos da ponte da Azenha. Considerada monumento histórico, depende de uma análise mais rigorosa para a realização de reformas.

O objetivo da prefeitura é impedir

o acesso de pessoas àqueles locais para evitar que morem embaixo das pontes. O pedido, de acordo com a Smov, partiu da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus (Assamed) e foi reforçado por moradores de outros bairros, nos entornos das pontes do Dilúvio.

Moradores serão levados para abrigos

A presidente da Assamed, Alzira Dornelles Bán, disse que a solicitação era feita havia mais de 10 anos.

— Pedimos que fossem fechados os vãos a partir da Borges até a Getúlio. Mas é uma vergonha ainda

não terem fechado todos, até a Azenha, que é muito problemática. É uma questão de segurança.

Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania, os moradores que não terão mais os vãos das pontes para se abrigar serão encaminhados para albergues da prefeitura. Entre as opções, estão o Albergue Municipal, no bairro Floresta; e abrigos como o Marlene, no Menino Deus, e Boni Jesus, na Zona Leste.

Conforme a Smov, houve um acordo entre os dois órgãos para atender moradores de rua que serão "despejados" das pontes. A Smov não tem dados estatísticos sobre quantas pessoas vivem sob as pontes do Arroio Dilúvio. No ano passado, Zero Hora fez um levantamento e constatou pelo menos 40 pessoas nessa situação.

Apesar da opção oferecida pela prefeitura, um dos moradores que ainda vive embaixo da ponte da Erico Veríssimo, identificado apenas como Jonatan, 20 anos, mora ali há três anos e não gosta da ideia de ter de ir para um abrigo.

— Lá, a gente tem de dormir cedo. Vamos ter de ficar dormindo nas abas (marquises), o que é ruim. Já tomei água gelada na cara para acordar porque a gente estava dormindo na frente de umas lojas — disse, acompanhado de outro homem, também morador dos vãos.

caren.baldo@starogazeta.com.br

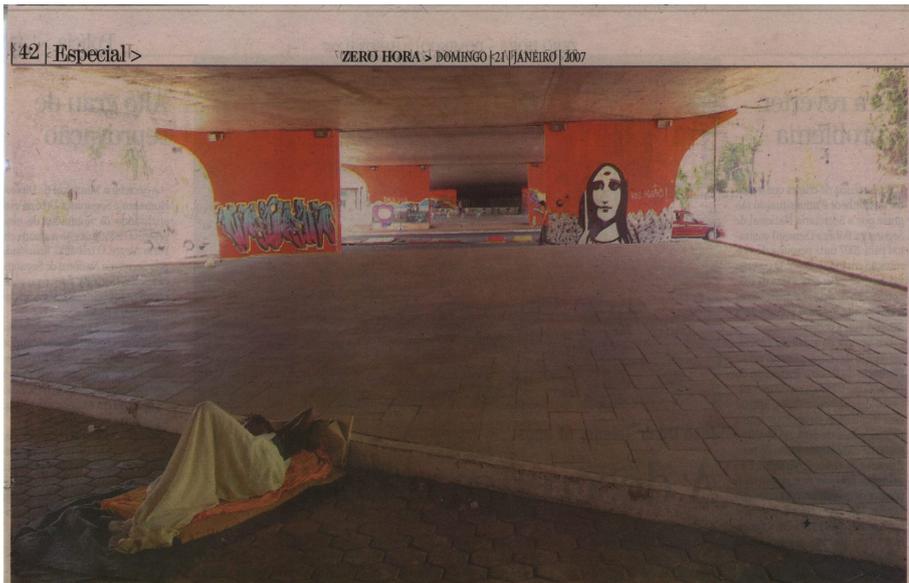
ANEXO E – Reportagem 5

REPORTAGEM 5



ANEXO F – Reportagem 6

REPORTAGEM 6



O fechamento de espaços sob pontes, marquises e outras áreas públicas faz com que moradores de rua migrem para praças e frentes de prédios, acentuando os conflitos em bairros de Porto Alegre

Sem teto, sem viaduto e sem solução

CARLOS ETCHICHURY

Moradores de rua são chamados de sem-teto, mas em Porto Alegre poderiam ser definidos como sem-marquise, sem-ponete, sem-praça, sem-abrigo.

A Capital vivencia um fenômeno contraditório: o aumento da população de rua, de um lado, é acompanhado da redução dos espaços públicos historicamente usados por mendigos.

Os resultados são percebidos em redutos tradicionais da classe média, como Cidade Baixa e Menino Deus. Nesses bairros, quem no passado era afofado com desabrigados hoje vive às turras com vizinhos indesejados.

Sem espaço sob pontes e viadutos, moradores de rua transformam calçadas em dormitórios e latrinas. A migração se intensifi-

cou recentemente com o fechamento do espaço de cinco pontes ao longo da Avenida Ipiranga, tradicionalmente habitadas por moradores de rua.

É por isso que em quase todo prédio de vias como José do Patrocínio, Lima e Silva, Venâncio Aires e Getúlio Vargas grades separam passeios de espaços condominiais – criando uma estética antimendigo na cidade.

Em alguns casos, como no salão de beleza de Rosane Ivaniski, 49 anos, há duas proteções de ferro entre a porta de entrada do estabelecimento e o caminho para pedestres.

– Os mendigos vinham todos os dias pedir coisas e nos

ameaçar. À noite, dormiam e sujavam a calçada. Fomos obrigados a fechar toda a frente – conta Rosane, no salão na José do Patrocínio.

Falta de trabalho dificulta troca da rua por abrigo

Guelion da Silva Machado, 22 anos, há um ano e meio vivendo sob a ponte da Ipiranga com a Azenha, compreende a indignação de quem acorda com fezes humanas na porta de casa. Mas faz uma ressalva:

– Não são todos que fazem isso. Aqui na ponte quem assalta é mandado embora. Ganhamos a vida trabalhando na sinaleira. Também não gostamos de quem faz as necessida-

des nas calçadas. Suja o nosso lado.

Para a doutora Jane Cruz Prates, professora da pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a tendência é de que os conflitos se acentuem.

– O fechamento das pontes, isoladamente, vai acabar colocando os moradores de rua nas praças e na frente dos prédios. Precisamos de políticas públicas – analisa Jane.

A falta de perspectiva é revelada para quem se dedica a estudar o fenômeno da exclusão. É o que apurou Vera Celina Candido de Farias, mestrande em Serviço Social pela PUCRS e integrante do Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais:

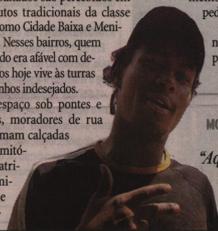
– Entrevistei 14 moradores de rua,

e todos disseram que falta acesso a trabalho e renda. Sem trabalho é impossível sair da rua.

Em Porto Alegre, há o programa Reinserção de Atividade Produtiva (RAP), cuja edição de 2007 se iniciará em março. A proposta é atrair a população de rua para alguma atividade, com o pagamento de uma bolsa de R\$ 200 durante seis meses (30 horas/aula semanais), mais café da manhã e almoço. Os cursos são de jardinagem e paisagismo, pintura predial e de móveis e manutenção e zeladoria de praças.

O cobertor do RAP é curto. Há 75 vagas para um universo estimado em pelo menos mil moradores de rua.

✉ carlos.etchichury@zerohora.com.br



**GUELION DA SILVA MACHADO,
MORADOR DA PONTE DA IPIRANGA COM A AZENHA**

“Aqui, quem assalta é mandado embora. Também não gostamos de quem faz as necessidades nas calçadas.”

ANEXO G – Reportagem 7

REPORTAGEM 7

Queixa no banco

Às 10h45min de ontem, nove desocupados conversavam esparramados em três bancos do Parque da Redenção, ao lado da Rua José Bonifácio, na Capital.

Um deles, agarrado numa garrafa de cana, queixava-se.

Dizia que a sua "casa", localizada embaixo de uma ponte, abrigo de alguns invernos, estava sendo lacrada e ainda lamentou:

– Igual àquele lugar não vou encontrar mais...

**APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa dirigido aos Técnicos Sociais e Gestores da
Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**

INSTRUMENTO DE PESQUISA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

TÍTULO DA PESQUISA: Possibilidades de Inserção/Reinserção Produtiva dos Moradores de Rua do Município de Porto Alegre

PESQUISADORA-MESTRANDA: Vera Celina Candido de Farias

ORIENTADORA: Profª. Jane Cruz Prates

Instrumento Dirigido Aos Técnicos Sociais e Gestores da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC

Quais são as oportunidades de acesso à inserção/reinserção produtiva oferecida pelo município de Porto Alegre aos moradores de rua?

.....
.....
.....
.....
.....

Quais as parcerias existentes no município para efetivação dessas propostas (Estado, União, ONGs)?

.....
.....
.....
.....

Quais as alternativas de qualificação profissional e/ou requalificação profissional, oferecidas à população moradora de rua do município de Porto Alegre?

.....
.....
.....
.....

Qual a situação política do programa RAP hoje no município de Porto Alegre?

.....
.....
.....
.....
.....

Quais são os programas de inserção produtiva existentes hoje no município de Porto Alegre, que possibilitem a inclusão de população de rua?

.....
.....
.....
.....
.....

Quais as medidas que estão sendo tomadas pelo gestor municipal e/ou parcerias para ampliar as possibilidades de inserção produtiva dos moradores de rua?

.....
.....
.....
.....
.....

Qual a efetividade dos programas de inserção/reinserção produtiva na reorganização dos projetos de vida da população de rua?

.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa dirigido aos usuários dos equipamentos públicos municipais

INSTRUMENTO DE PESQUISA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

TÍTULO DA PESQUISA: Possibilidades de Inserção/Reinserção Produtiva dos Moradores de Rua do Município de Porto Alegre

PESQUISADORA-MESTRANDA: Vera Celina Candido de Farias

ORIENTADORA: Jane Cruz Prates

Instrumento Dirigido aos Usuários dos Equipamentos Públicos Municipais

Instituição de abrigagem/albergagem:

Nome:

SEXO: () M () F

Idade:

Escolaridade:

1. Possui formação ou experiência profissional: () S () N

2. Que tipo de formação ou experiência profissional possui?

.....
.....
.....
.....

3. Você está trabalhando? () S () N

4. Caso Sim, onde?

.....
.....

5. Qual a sua condição de trabalho?

.....
.....
.....

6. Caso esteja desempregado, o que significa não ter trabalho para você?

.....
.....
.....
.....

7. Qual o tempo de desemprego?

.....
.....

8. Que tipo de trabalho procurou?

.....
.....
.....
.....

9. Que oportunidades obteve para qualificar-se para o trabalho nos últimos 5 anos?

.....
.....
.....
.....

10. Você conhece programas sociais que auxiliem aos moradores de rua a conseguir trabalho?

() S () N

11. Nem o RAP? () S () N

Caso sim, quais?

.....
.....
.....
.....

12. Já os procurou? S () N ()

13. Caso tenha participado, isso lhe auxiliou a melhorar suas condições para conseguir outro emprego?

Por quê?

.....
.....
.....
.....

14. Acha interessante que seja reeditado S () N ()

15. Caso sim, qual a sua sugestão para o aprimoramento do Programa?

.....
.....
.....
.....

16. Que outras condições, além do trabalho, são necessárias para auxiliar o morador de rua a conseguir e manter o emprego?

.....
.....
.....
.....

17. Qual o significado do trabalho para você?

.....
.....
.....
.....

18. Como você avalia os programas sociais voltados à inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua no Município?

.....
.....
.....
.....

19. E os que o (a) sr(a) conheceu?

.....
.....
.....
.....

20. Você entende que as políticas públicas, no Município que atendem a população de rua, auxiliam ao acesso e manutenção de emprego e renda? Caso sim, o que pensa sobre eles?(Mesmo que não funcione mais)

.....
.....
.....
.....
.....

**APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa - Roteiro de análise documental do Projeto
RAP - Reinserção à Atividade Produtiva**

INSTRUMENTO DE PESQUISA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUIÇÃO: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

TÍTULO DA PESQUISA: Possibilidades de Inserção/Reinserção Produtiva dos Moradores de Rua do Município de Porto Alegre

PESQUISADORA-MESTRANDA: Vera Celina Candido de Farias

ORIENTADORA: Profª. Jane Cruz Prates

Roteiro de análise documental do Projeto RAP - Reinserção à Atividade Produtiva.

1. Proposta do projeto RAP
2. Tempo e permanência os moradores de rua no programa
3. Alternativas utilizadas para viabilizar permanência dos usuários
4. Respostas do público usuário
5. Depoimentos de técnicos
6. Índice de avaliação do projeto:

APÊNDICE D – Termo de Esclarecimento

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Título da Pesquisa: Possibilidades de Inserção/Reinserção Produtiva dos Moradores de Rua do Município de Porto Alegre

Aluna Mestranda: Vera Celina Candido de Farias

O presente estudo propõe-se a discutir as características do morador de rua de Porto Alegre e suas possibilidades de inserção ou reinserção produtiva, no chamado mundo do trabalho. Nossa proposta é a de desvendar os processos que permitiram a essa população não acessar e/ou acessar precariamente o trabalho, este tido, como forma de manutenção de sua vida material, social e subjetiva.

Ao apresentar o presente estudo a ilustríssima Sr^a. Brizabel Rocha, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, apresentamo-nos e solicitamos sua autorização para a realização de entrevistas e análise documental com os moradores de rua, usuários dos equipamentos públicos municipais; Assistentes Sociais, funcionários desta Fundação, trabalhem com este segmento populacional; gestores e técnicos municipais responsáveis pela política de assistência social no município.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à instituição ou à pessoa participante, tendo em vista que os dados e resultados individuais estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado. As entrevistas coletadas e gravadas serão inutilizadas após a análise do conteúdo.

Esta pesquisa será orientada pela Prof^a. Dr. Jane Cruz Prates, do Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS, da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, que poderá oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (051) 33203500, ramal 4114.

Em tempo, se consentidas as entrevistas e a análise documental da presente pesquisa, esta se realizará nos equipamentos públicos municipais: Abrivivência, Albergue Municipal e Casa de Convivência, com os moradores de rua e os Assistentes Sociais, assim como, na sede da FASC, com os gestores da política de assistência social. Segue em anexo cópia do termo de consentimento informado e esclarecido.

Certos de sua atenção.

Atenciosamente,

Vera Celina Candido de Farias

APÊNDICE E – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, declaro que aceito participar da pesquisa intitulada “Possibilidades de Inserção/Reinserção Produtiva dos Moradores de Rua do Município de Porto Alegre” e que fui informado sobre objetivos da pesquisa, de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito e esclareci minhas dúvidas. Sei que, em qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim eu desejar. A Assistente Social, Vera Celina Candido de Farias, Mestranda da PUCRS, certificou-me de que todos os dados da pesquisa serão confidenciais e que terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, em face destas informações.

Se tiver perguntas sobre este estudo, posso contatar a pesquisadora, Vera Celina Candido de Farias, pelo telefone 33203500, ramal 4114. Para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante deste estudo ou, se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso igualmente contatar a Prof^ª. Dr. Jane Cruz Prates – orientadora da pesquisadora, pelo telefone: 33203500 - ramal 4114.

Assinatura do Participante

Nome

Assinatura do Pesquisador

Nome

Porto Alegre, ____ de _____ de 2006.